



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

ISSN 0079-4139



Estatísticas Agrícolas

2018



Edição 2019



Estatísticas
oficiais



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Estatísticas Agrícolas

2018

Edição 2019

[FICHA TÉCNICA]

Título | Estatísticas Agrícolas 2018

Editor | Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00 | Fax: 21 845 40 84

Presidente do Conselho Diretivo | Francisco Lima

Design e Composição | Instituto Nacional de Estatística, I. P.

ISSN | 0079-4139

ISBN | 978-989-25-0495-7

Periodicidade | Anual

ERRATA | ERRATUM

Atualizado / Updated:

24-09-2019 Textos / Texts - pág. 7, 16, 17, 19, 20 e 21

Figuras / figures - 1.3, 1.4, 1.15, 1.16, 1.17, 1.18, 1.20, 1.21 e 1.22 - pág. 16, 19, 20 e 21

Quadro / Table 1.1; 1.2; 1.4. - pág. 24, 25 e 26



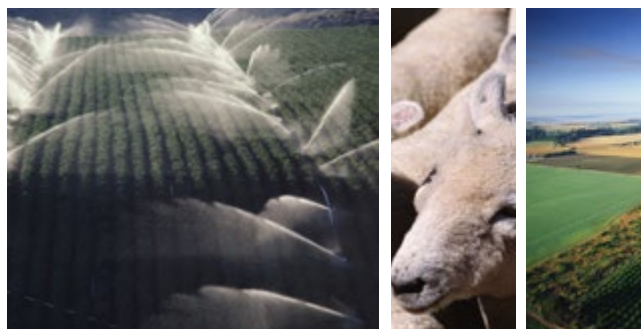
218 440 695



O INE, I. P. na Internet |

www.ine.pt





INTRODUÇÃO

INTRODUCTION

O Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta na edição de 2018 das “Estatísticas Agrícolas”, um retrato atual e o mais abrangente possível da agricultura nacional, reportando-se a informação ao último período de referência disponível.

O INE tem vindo a desenvolver todos os esforços no sentido da apropriação de dados administrativos para a produção de estatísticas oficiais, com o objetivo de reduzir os custos e a carga sobre os respondentes. Deste modo, agradece a todas as entidades que facultaram informação para inclusão nesta publicação, nomeadamente o Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura Florestas e Desenvolvimento Rural, a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), o Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) e a Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM).

O INE agradece ainda a todos os que contribuíram para a elaboração desta publicação, em especial aos agricultores, associações de produtores e às empresas que responderam aos vários inquéritos.

Acreditando que a crítica construtiva serve de estímulo para o aperfeiçoamento e a melhoria da qualidade da informação estatística, o INE agradece todas as sugestões formuladas pelos utilizadores que possam contribuir para a valorização da informação sobre o setor agrícola.

Statistics Portugal presents the 2018 compendium of “Agriculture Statistics” edition, reporting the information to the last available reference period and a wide scope of data concerning national agriculture activity.

Statistics Portugal has been developing all efforts towards the use of administrative data for the production of official statistics, in order to reduce the costs and the burden on respondents. Therefore, Statistics Portugal would like to thank all entities that supplied information to this publication, namely: Office of Planning, Policies and General Administration of Ministry of Agriculture, Forestry and Rural Development, Institute for Nature Conservation and Forestry, General Directorate of Food and Veterinary, Wine and Vineyard Institute, General Directorate of Agriculture and Rural Development, Regional Directorates of Agriculture and Fisheries, Azores Regional Statistical Service, Madeira Regional Statistical Directorate.

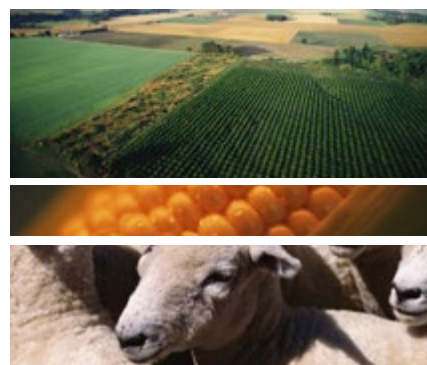
Statistics Portugal also acknowledge all the survey respondents, which information was relevant for the compilation of this publication.

Believing that constructive criticism serves as a stimulus for improving the quality of statistical information, INE welcome all comments and suggestions from users, which will play a role in improving future information for the agricultural sector.



[ÍNDICE]

	pág.
INTRODUÇÃO/INTRODUCTION	>> 3
SUMÁRIO EXECUTIVO/EXECUTIVE SUMMARY	>> 7
SINAIS CONVENCIONAIS/UNIDADES DE MEDIDA/SIGLAS/ABREVIATURAS	>> 11
1. PRODUÇÃO VEGETAL	>> 13
2. PRODUÇÃO ANIMAL	>> 33
3. PRODUÇÃO FLORESTAL	>> 45
4. AGRICULTURA E AMBIENTE	>> 57
5. INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO	>> 63
6. COMÉRCIO INTERNACIONAL - PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROALIMENTARES	>> 79
7. BALANÇOS DE APROVISIONAMENTO	>> 99
8. BALANÇA ALIMENTAR PORTUGUESA	>> 113
9. SEGURANÇA ALIMENTAR	>> 125
10. PREÇOS E ÍNDICES DE PREÇOS NA AGRICULTURA	>> 131
11. CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA	>> 141
12. CONTAS ECONÓMICAS DA SILVICULTURA	>> 147
13. ANEXOS	>> 151



SUMÁRIO EXECUTIVO

Produção Vegetal - ano agrícola 2017/2018 *

O ano agrícola 2017/2018 caracterizou-se meteorologicamente por um outono quente e extremamente seco ao qual sucedeu um inverno igualmente seco mas frio. A situação de seca meteorológica, que se verificava desde abril de 2017, foi ultrapassada por uma primavera muito chuvosa (a 3ª primavera mais chuvosa desde 1931) e fria. O verão foi classificado como normal em termos de temperatura e precipitação embora junho tenha sido o 2º mês mais chuvoso desde 2000 e agosto o mês mais quente dos últimos 88 anos.

Nos cereais de outono-inverno registou-se um aumento de produção (+13,8% face a 2016/2017), numa campanha que registou a menor superfície desde que existem registos estatísticos sistematizados (117 mil hectares).

Nas culturas de primavera-verão registou-se uma diminuição generalizada da produção, com particular relevo no tomate para a indústria, cuja produção foi 25,7% inferior à da campanha anterior, em resultado da diminuição da área instalada.

Nos pomares, as quebras de produção também foram evidentes, especialmente nas maçãs (-19,9%) e nas peras (-20,2%). A produção de vinho atingiu os 5,9 milhões de hectolitros (-10,3%, face à vindima anterior).

Produção Animal - 2018

A produção total de carne situou-se nas 892 mil toneladas, refletindo uma variação positiva pouco significativa (+0,2%), quando comparada com a produção do ano 2017. Houve um aumento de 1,7% do total de carne de reses (494 mil toneladas) contrabalançada por idêntico decréscimo (-1,7%) da produção de carne de animais de capoeira, cujo total se fixou nas 382 mil toneladas.

EXECUTIVE SUMMARY

Crop production - crop year 2017/2018 *

Crop year 2017/2018 was characterized by a hot and extremely dry autumn, which was followed by an equally dry but cold winter. The situation of meteorological drought, seen since April 2017, was surpassed by a very rainy (the third wettest since 1931) and cold spring. Summer was classified as normal, in terms of temperature and precipitation, although June was the second wettest since 2000 and August was the hottest of the last 88 years.

In winter cereals there was an increase in production (+ 13.8% compared to 2016/2017), in a campaign that registered the lowest area since there are systematized statistical records (117 thousand hectares).

In summer crops there was a generalized decrease in production, with particular emphasis on tomato for processing, whose production was 25.7% lower than the previous season, due to the decrease of the installed area.

In the orchards, production losses were also evident, especially in apples (-19.9%) and pears (-20.2%). Wine production reached 5.9 million hectolitres (-10.3% compared to the previous harvest).

Animal Production - 2018

Total meat production was 892 thousand tonnes, reflecting a small increase of 0.2%, when compared with 2017. There was a raise of 1.7% in total bovine, pig, sheep, goat and horse meat (494 thousand tonnes), outweighed by the similar decrease of poultry meat (-1.7%), that showed a total production of 382 thousand tonnes.

Apresentaram aumentos as carnes de bovino (94 mil toneladas), suíno (383 mil toneladas) e caprino (1,2 mil toneladas) de 3,1%, 1,4% e 2,5%, respetivamente, enquanto a carne de ovino (15,7 mil toneladas) teve uma redução de 0,4%. A produção de frango (306 mil toneladas) teve um decréscimo de 3,6%.

A quantidade de ovos de galinha produzida ascendeu a 143 mil toneladas, 1,1% superior comparativamente a 2017, sendo que 120 mil toneladas corresponderam a ovos para consumo (+1,3% face a 2017).

A produção total de leite apresentou em termos globais um aumento de 1,0%, com o volume de leite de vaca (1 881 milhões de litros) a crescer 1,0%, o leite de cabra a aumentar 8,8% e o de ovelha a decrescer 1,6%, face a 2017.

Produção Florestal

A superfície ardida em Portugal no ano 2018 foi apenas 8,3% da superfície ardida em 2017, não tendo ultrapassado os 45 mil hectares.

No período 2001-2018 os anos 2017, 2003 e 2005 destacam-se como os anos com maior área ardida: 541 mil hectares, 472 mil hectares e 347 mil hectares, respetivamente.

Em 2018, houve uma redução acentuada do número de incêndios rurais no Continente (12 273 incêndios face a 21 006 em 2017), menos 41,3% das ocorrências.

Os dados do 6º Inventário Florestal Nacional (IFN6) referentes ao ano 2015 mostram que de 2010 para 2015 o total de superfície florestal do Continente aumentou 1,3% (37 mil hectares). Na superfície florestal arborizada do Continente a espécie mais representada em 2015 era o Eucalipto, com 25,7% da área arborizada total, seguido do Sobreiro com 23,6% e do Pinheiro-bravo com 20,6%.

Agricultura e ambiente

Em 2017 foram transacionadas em Portugal, cerca de 8 mil toneladas de produtos fitofarmacêuticos, menos 16,4% face a 2016.

O consumo aparente de fertilizantes, expresso em macronutrientes Azoto (N), Fósforo (P_2O_5) e Potássio (K_2O), foi de 182 mil toneladas em 2018 (196 mil toneladas em 2017), refletindo um decréscimo de 4,9% face ao ano anterior.

O balanço bruto do azoto no solo foi de 159 mil toneladas de N em 2018, equivalente a 44 kg de azoto por hectare de superfície agrícola utilizada (46 kg de azoto por hectare em 2017).

Beef (94 thousand tonnes), pig (383 thousand tonnes) and goat meat (1.2 thousand tonnes) rose 3.1%, 1.4% and 2.5%, respectively, while sheep meat (15.7 thousand tonnes) dropped 0.4%. Broiler meat production (306 thousand tonnes) decreased 3.6%.

Total chicken egg production reached 143 thousand tonnes, higher in 1.1% when compared to 2017, of which 120 thousand tonnes were eggs for consumption (+1.3% vis a vis 2017).

Total milk production level showed an increase of 1.0%, with cow's milk (1881 million liters) increasing by 1.0%, goatsmilk raising 8.8% and sheep milk reducing 1.6%, when compared with 2017.

Forest Production

Burnt area in Portugal in 2018 was only 8.3% of the total burnt area in 2017, not having exceeded 45 thousand hectares.

In the period 2001-2018, years 2017, 2003 and 2005 stand out as those with the biggest burnt areas: 541 thousand hectares, 472 thousand hectares and 347 thousand hectares, respectively.

In 2018 there was a significant drop of the number of rural fires in the Mainland (12,273 fires when compared to 21,006 in 2017), less 41.3% of the occurrences.

Forest Inventory data of total forested area in the Mainland for 2015 show an increase of 1.3%, when compared to 2010 (plus 37 thousand hectares).

In the forest stands area of the Mainland, the most representative species in 2015 were eucalyptus (25.7% of total stands area), followed by cork oak (23.6%) and maritime pine (20.6%).

Agriculture and the environment

The plant protection products sales in Portugal reached 8 thousand tons in 2017, 16.4% less than in 2016.

Apparent fertilizer consumption, expressed as macronutrients Nitrogen (N), Phosphorus (P_2O_5) and Potassium (K_2O), was 182 thousand tons in 2018 (196 thousand tons in 2017), reflecting a decrease of 4.9% comparing with 2017.

The net nitrogen balance in the soil was 159 thousand tons N in 2018, equivalent to 44 kg of nitrogen per hectare of utilized agricultural area (46 kg of nitrogen per hectare in 2017).

Em 2018 o balanço do fósforo (P) registou um excesso de 20,5 mil toneladas (22,8 mil toneladas de P em 2017), equivalente a 5,7 kg de fósforo por hectare de superfície agrícola utilizada (6,3 kg de P por hectare em 2017).

Indústria alimentar, das bebidas e do tabaco - 2017

O valor das vendas das Indústrias Alimentares atingiu 11 mil milhões de euros, mais 592 milhões de euros face a 2016.

A atividade de “abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne” foi a mais valorizada das indústrias alimentares com 18,5% do total do valor de vendas.

A indústria das bebidas faturou aproximadamente 2,9 mil milhões de euros, mais 203 milhões de euros que em 2016, tendo a “indústria do vinho” contribuído com 53,2% do total do valor das vendas (52,5% em 2016).

O valor das vendas obtido pela Indústria do Tabaco totalizou 574 milhões de euros, menos 103 milhões do que em 2016.

Comércio Internacional - 2018

O saldo da balança comercial dos “Produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas) totalizou -3 705,8 milhões de euros, o que corresponde a um aumento do défice em 80,0 milhões de euros face ao ano anterior.

O saldo da balança comercial das “Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” atingiu um excedente de 608,5 milhões de euros, registando um decréscimo de 0,3 milhões de euros face ao ano anterior.

O saldo da balança comercial dos “Produtos do sector florestal” atingiu 2 592,4 milhões de euros, o que corresponde a um aumento do excedente em 79,5 milhões de euros face ao ano anterior.

Balanços de Aprovisionamento

Em 2018 o mercado interno contribuiu com 74,9% da quantidade de carne necessária para satisfazer as necessidades nacionais de consumo (76,7% em 2017). A carne de suíno foi a mais consumida (44,7 kg/habitante em 2018; 43,4 kg/habitante em 2017).

O consumo de leite e produtos derivados aumentou 1,0% em 2018 atingindo o valor de 1 232 mil toneladas (1 220 mil toneladas em 2017). Este acréscimo no consumo teve por base um aumento de 6,5% registado no consumo de queijo (+8 mil toneladas) e de 1,5% no consumo de leite (+11 mil toneladas).

In 2018, the phosphorus balance recorded an excess of this nutrient in the order of 20.5 thousand tons of phosphorus (22.8 thousand tons in 2017), equivalent to 5.7 kg of phosphorus per hectare of utilized agricultural area (6.3 kg of phosphorus per hectare in 2017).

Food, Beverage and Tobacco Industry - 2017

The value of Food Industry sales reached 11 billion Euros, plus 592 million Euros compared to 2016.

The activity of “slaughter of animals, preparation and preservation of meat and meat products” was the most valued of the food industries with 18.5% of total sales value.

The beverage industry accounted around 2.9 billion Euros of sales, 203 million Euros more than in 2016, while the “wine industry” accounted for 53.2% of total sales (52.5 % in 2016).

Tobacco industry sales totalled 574 million Euros, 103 million less than in 2016.

International Trade - 2018

The trade balance of agricultural and food products (excluding beverages and fishery products) showed a deficit of 3 705.8 million Euros, which represents a deterioration of 80.0 million Euros over the previous year.

The trade balance of “Beverages, spirits and vinegars” reached a commercial surplus of 608.5 million Euros, corresponding to a reduction of 0.3 million Euros compared to the previous year.

Trade balance of forest products had a surplus of 2,592.4 million Euros, corresponding to a raise of the surplus of 79.5 million Euros, when compared with the previous year.

Supply Balances

In 2018 the domestic market contributed with 74.9% of the meat necessary to satisfy the national consumption needs (76.7% in 2017). Pig meat remained as the most consumed type of meat (44.7 kg/inhab in 2018 ; 43.4 kg/inhabitant in 2017).

Consumption of milk and dairy products in 2018 increased by 1.0%, reaching 1,232 thousand tons (1,220 thousand tons in 2017). This raise was due to plus 6.5% in the consumption of cheese (+8 thousand tons) and of plus 1.5% in the consumption of milk (+11 thousand tons).

Na campanha 2017/2018, a produção vinícola registou um acréscimo de 11,9% face à campanha anterior, resultando num acentuado decréscimo das importações (-39,9%) em relação a 2016/2017.

Segurança Alimentar - 2018

As ações de controlo e fiscalização levadas a cabo pela ASAE, no âmbito da Segurança Alimentar, incidiram sobre 18 767 operadores (18 188 em 2017).

Estatísticas de preços agrícolas - 2018

O índice de preços de produção dos bens agrícolas registou um crescimento de 2,4%. Esta variação ficou a dever-se ao aumento do índice de preços da produção vegetal (+4,2%), uma vez que o índice de preços da produção animal apresentou uma evolução de -0,2%.

O índice de preços dos bens e serviços de consumo corrente na agricultura aumentou 1,7%, sobretudo em consequência da variação observada no índice de preços da energia e lubrificantes (+8,5%).

Contas Económicas da Agricultura - 2018

O Rendimento da atividade agrícola registou, em 2018, um acréscimo por Unidade de Trabalho Ano (UTA) de 0,2%, em termos reais, após um crescimento de 5,4% no ano anterior.

A evolução do rendimento resultou da conjugação de um aumento nominal do Valor Acrescentado Bruto (VAB) (+1,3%) com um acréscimo dos Outros subsídios à produção (+3,0%). O crescimento nominal do VAB resultou da conjugação de uma variação positiva da Produção do ramo agrícola (+0,4%) com um decréscimo do Consumo Intermédio (CI) (-0,3%).

Contas Económicas da Silvicultura - 2017

Em 2017, a atividade da silvicultura ficou marcada por um conjunto de incêndios de grandes proporções, tendo o VAB da silvicultura decrescido, pelo segundo ano consecutivo (1,0% em valor e 2,3% em volume). A redução nominal do VAB foi determinada pelo aumento do consumo intermédio (+8,0%), em particular devido aos gastos com serviços silvícolas, num contexto em que a produção aumentou 1,6%. O crescimento desta refletiu o acréscimo da produção de cortiça (+5,9%) e de serviços silvícolas (+13,0%) a par de uma estabilização, em valor, da produção de madeira.

In 2017/2018, wine production registered an increase of 11.9% when compared to the previous year, with a significant decrease of wine imports (-39.9%), compared to 2016/2017.

Food Security - 2018

Food Security control and inspection actions carried out by the ASAE focused on 18,767 operators (18 188 in 2017).

Agricultural price statistics - 2018

The production price index of agricultural goods registered a growth of 2.4%. This variation was determined by the increase in the price index of vegetable production (+4.2%), since the animal production price index registered a decrease (-0.2%).

The price index of goods and services currently consumed in agriculture increased by 1.7%, mainly due to an increase in the price index for energy and lubricants (+8.5%).

Economic Accounts for Agriculture - 2018

The Agricultural income registered, in 2018, an increase by Annual Work Unit (AWU) (+0.2%), in real terms, after a growth of 5.4% in the previous year.

The evolution of this indicator is mainly associated to a nominal increase of the Gross Value Added (GVA) (+1.3%) and a growth of Other subsidies on production (+3.0%). The nominal growth of GVA resulted of a positive variation of Output of the agricultural industry (+0.4%) and a decrease in Intermediate Consumption (-0.3%).

Economic Accounts for Forestry - 2017

In 2017, the forestry activity was characterized by fires of big proportions, with a decrease of GVA of forestry activity by the second year in a row (-1.0% in value and -2.3% in volume).

The nominal decrease of GVA was a consequence of an increase of Intermediate Consumption (+8.0%), particularly due to the costs of forestry services, in a context where production increased by 1.6%. This increase reflected the growth of cork production (+5.9%) and forestry services (+13.0%) along with a stabilization, in value, of wood production.

SINAIS CONVENCIONAIS, UNIDADES DE MEDIDA, SIGLAS E ABREVIATURAS

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Valor confidencial
x	Valor não disponível
ə	Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada
//	Não aplicável
Pe	Valor preliminar
Po	Valor provisório
Rc	Valor corrigido
Rv	Valor revisto

NOTA: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

SIGLAS

c	Cabeças
AIMMP	Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário em Portugal
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
BAP	Balança Alimentar Portuguesa
CAE	Classificação das Atividades Económicas
CEA	Contas Económicas da Agricultura
CELPA	Associação da Indústria Papeleira
CES	Contas Económicas da Silvicultura
CI	Consumo Intermédio
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DRAP	Direções Regionais de Agricultura e Pescas
DOP	Denominação de Origem Protegida
DREM	Direção Regional de Estatística da Madeira
EEE	Encefalopatia Espongiforme Bovina
EM	Estado-Membro
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
g	Gramas
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IFN	Inventário Florestal Nacional

INE	Instituto Nacional de Estatística, I. P.
IGP	Indicação Geográfica Protegida
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
IVV	Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.
H	Homens
ha	Hectare
hl	Hectolitro
HM	Total de homens e mulheres
kWh	Quilovátios-hora (Kilowatt-hora)
l	Litro
LMR	Limite Máximo de Resíduos
M	Mulheres
n. e.	Não especificado
n.º	Número
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
COM	Organização Comum do Mercado
p	Peso
PAC	Política Agrícola Comum
pc	Peso carcaça
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
POEC	Plano de Ordenação de Exploração Cinegética
pv	Peso vivo
s.a.	Substância ativa
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SCIE	Sistema de Contas Integradas das Empresas
SREA	Serviço Regional de Estatística dos Açores
t	Tonelada
UE	União Europeia
unid.	Unidade
UTA	Unidade de Trabalho Ano
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VABpm	Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado

Além destes sinais e siglas, são utilizados os símbolos do sistema métrico decimal.





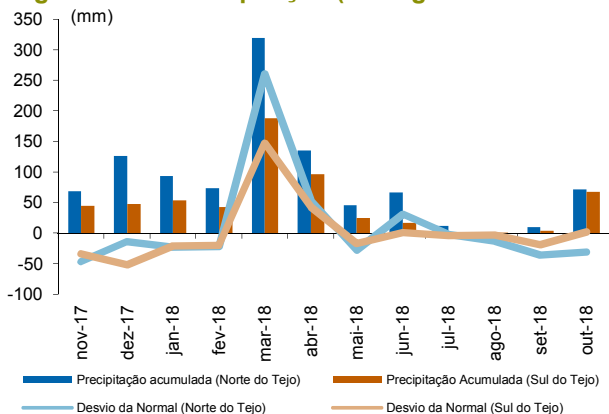
[PRODUÇÃO VEGETAL]



1 - PRODUÇÃO VEGETAL

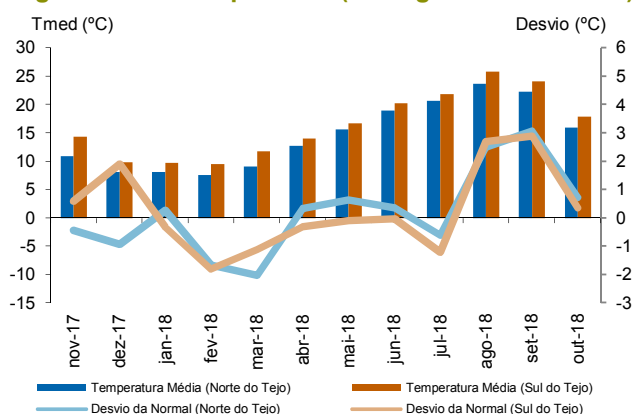
O ano agrícola 2017/2018 em Portugal continental caracterizou-se, em termos climatéricos, por valores de precipitação e de temperatura acima da normal 1971-2000. Os primeiros meses (novembro a fevereiro) foram muito secos e a primavera muito chuvosa e fria.

Figura 1.1 >> Precipitação (ano agrícola 2017/2018)



Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

Figura 1.2 >> Temperatura (ano agrícola 2017/2018)



Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

O outono classificou-se como quente e extremamente seco. A falta de humidade dos solos condicionou o arranque do novo ano agrícola, dificultando a execução das operações culturais de preparação das sementeiras das culturas de outono/inverno. Houve dificuldades de abeberamento e de fornecimento de alimento aos efetivos pecuários, num quadro de seca que se iniciou em abril de 2017 e que mantinha as charcas e albufeiras, públicas e particulares, com as reservas hídricas muito abaixo dos valores normais.

O inverno manteve-se seco e com temperaturas muito baixas, principalmente em fevereiro. Entre dezembro e fevereiro, a quantidade de precipitação correspondeu a cerca de 2/3 da normal (1971-2000) e a situação de seca manteve-se: em dezembro, 65% do território continental estava em seca severa ou extrema; em janeiro, o valor baixou para 56%; no final de fevereiro atingiram-se os 84% do território continental nestas condições. A conclusão da apanha da azeitona, a poda das culturas permanentes e a adubação das culturas de inverno decorreram sem problemas, mas as reservas hídricas continuavam a apresentar grandes déficits. Por esta altura, e em diversas regiões do Alentejo, equacionava-se, inclusivamente, a não realização de culturas mais exigentes em água, nomeadamente o arroz e o milho.

O estado do tempo na primavera reverteu esta situação ao posicionar-se como a terceira mais chuvosa desde 1931, terminando com a situação de seca meteorológica que subsistiu durante 11 meses. No final de maio, a precipitação acumulada no ano hidrológico correspondia a 96% do valor normal e, ao contrário do que se chegou a antever, não existiram quaisquer limitações à disponibilização de água para as culturas temporárias de primavera/verão e para as culturas permanentes. No entanto, estas condições meteorológicas afetaram a realização dos trabalhos agrícolas, com perturbações na conclusão das podas, nas adubações de cobertura, na aplicação de tratamentos fitossanitários, na instalação das culturas de primavera/verão e nos cortes das forrageiras para feno.

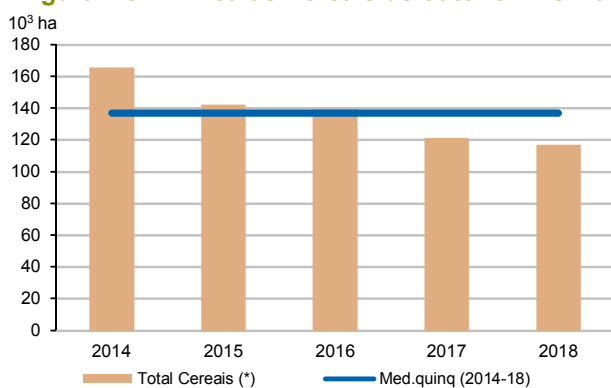
No verão as temperaturas e a precipitação foram as normais para a época. De salientar apenas as elevadas temperaturas de agosto, que foi o segundo mais quente dos últimos 88 anos, tendo o dia 4 sido o dia mais quente do século XXI. Os trabalhos agrícolas da época decorreram com normalidade mas o desenvolvimento das culturas foi afetado pela onda de calor de agosto, com a ocorrência de situações de dessecação das plantas (nas hortícolas) e de desidratação/secagem dos frutos (escaldões nos pomares e vinhas).

As pastagens de sequeiro, semeadas e espontâneas, registaram um atraso no arranque do ciclo de desenvolvimento, consequência da falta de precipitação no início do outono. As disponibilidades de matéria verde nestas áreas foram muito reduzidas até março, quando a ocorrência de precipitação conduziu a uma melhoria significativa do desenvolvimento vegetativo das áreas forrageiras. Até aí, muitas explorações pecuárias que esgotaram as reservas de alimentos conservados (por terem iniciado precocemente a sua utilização devido à seca prolongada), viram-se obrigadas a recorrer à compra de palhas e fenos em quantidades muito superiores ao habitual. Por outro lado, verificou-se um atraso nas sementeiras das culturas forrageiras, o que implicou uma disponibilização mais tardia desta fonte alimentar dos efetivos. A partir do início da primavera, as condições meteorológicas foram muito favoráveis para o desenvolvimento dos prados e culturas forrageiras, o que permitiu concluir o ciclo vegetativo com uma produção abundante de matéria verde e seca, em geral de elevada qualidade alimentar.

Cereais de outono/inverno: *

A instalação dos cereais de outono/inverno decorreu em pleno período de seca meteorológica e com perspectivas de manutenção do quadro de escassez de precipitação. Os momentos em que a execução dos trabalhos de mobilização do solo se pôde realizar em condições técnica e agronomicamente aceitáveis foram limitados no tempo, o que contribuiu para a diminuição da área total de cereais, face à anterior campanha, para os 117 mil hectares, a menor desde que existem registos estatísticos sistematizados.

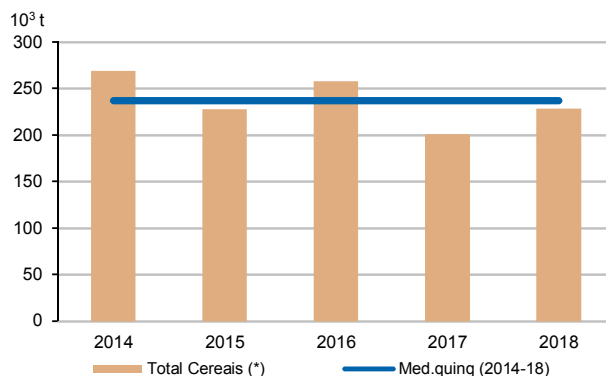
Figura 1.3 >> Área de Cereais de outono/inverno



Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal
(*) - Inclui: trigo, centeio, aveia, cevada e triticale.

Atualizado / Updated: 24-09-2019

Figura 1.4 >> Produção de Cereais de outono/inverno



Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal
(*) - Inclui: trigo, centeio, aveia, cevada e triticale.

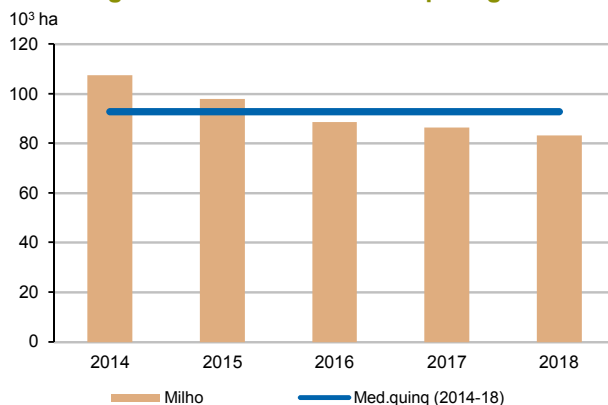
Atualizado / Updated: 24-09-2019

O desenvolvimento vegetativo das searas, em geral bem germinadas e com bom enraizamento e afilamento, melhorou significativamente com a precipitação de março, tendo sido possível aproveitar o aporte nutricional fornecido pelas adubações de cobertura realizadas atempadamente em janeiro/fevereiro. Posteriormente, na fase de enchimento do grão, foi igualmente determinante a ocorrência de precipitação, que contribuiu decisivamente para um aumento generalizado da produção (+13,8% que na campanha anterior), alcançando as 237 mil toneladas.

Cereais de primavera/verão:

A instalação das culturas de primavera/verão foi bastante condicionada pelas condições climáticas, nomeadamente pela elevada quantidade de precipitação ocorrida em março e abril. No milho, a sementeira só se iniciou de forma mais continuada a partir de meados de maio, devido às dificuldades que se observaram na entrada das máquinas nos terrenos saturados, e com uma maior percentagem de variedades de ciclos médios e curtos. Face a estes condicionalismos, a área instalada baixou para os 83,4 mil hectares (-3,7% face a 2017), tendo-se mantido a tendência de decréscimo das últimas quatro campanhas.

Figura 1.5 >> Área de Milho para grão

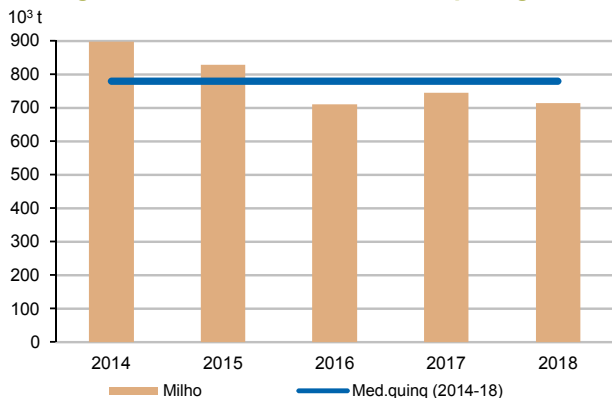


Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal

* Atualizado / Updated: 24-09-2019



Figura 1.6 >> Produção de Milho para grão

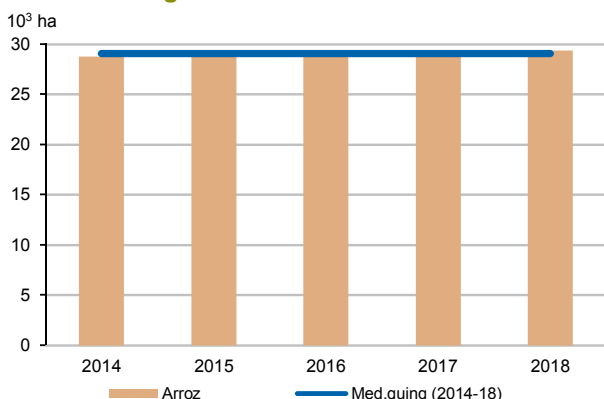


Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal

O desenvolvimento vegetativo das searas de milho decorreu com normalidade, com respostas muito positivas ao aumento das temperaturas e da insolação. No regime de regadio registou-se, face ao normal, um incremento no número de regas e/ou da dotação das mesmas, sem quaisquer constrangimentos relativos às disponibilidades hídricas. A ocorrência de fenómenos extremos de vento e precipitação, associados à tempestade Leslie, provocou a acama de muita searas que ainda não tinham sido colhidas na região do Baixo Mondego e do Pinhal Litoral, dificultando a colheita. A produção obtida foi de 714 mil toneladas (8,3% inferior à média do último quinquénio).

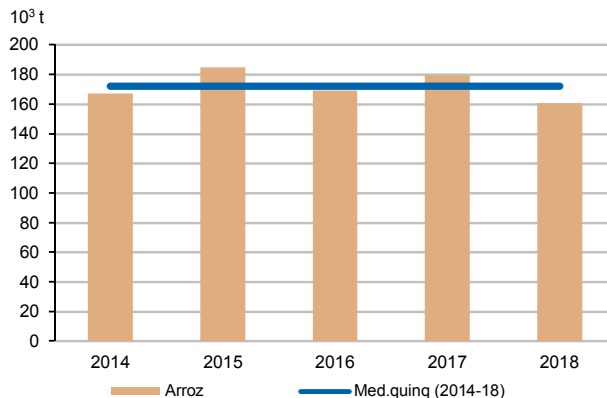
Quanto ao arroz, e afastados os receios iniciais da falta de água (principalmente na bacia hidrográfica do Sado), a sementeira iniciou-se tardiamente, devido à saturação dos solos que dificultou o acesso das máquinas aos canteiros, e prolongou-se até à última semana de junho. A área semeada, 29,4 mil hectares, foi ligeiramente superior à da campanha anterior (+1,4%).

Figura 1.7 >> Área de Arroz



Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal

Figura 1.8 >> Produção de Arroz



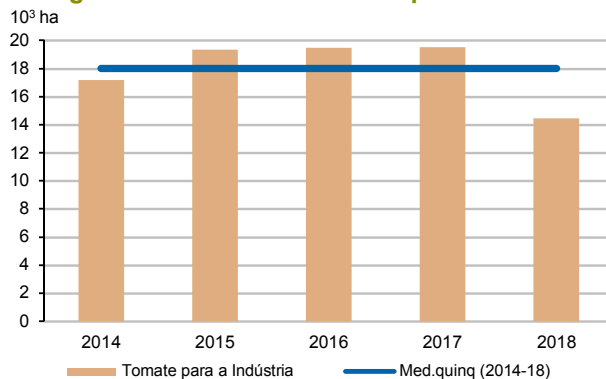
Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal

No Ribatejo e Alentejo o desenvolvimento vegetativo foi bom, com as searas a apresentarem povoamentos muito homogéneos, boa coloração e ausência de problemas fitossanitários. Em contrapartida, na Beira Litoral observaram-se searas afetadas com periculária (originando uma elevada percentagem de grãos falidos por panícula) e muitas infestantes, nomeadamente milhã e arroz-bravo, que afetou a produtividade da região. Posteriormente, a passagem da tempestade Leslie também afetou os campos de arroz do Baixo Mondego, agravando as perdas de rendimento unitário. Globalmente a produção fixou-se nas 161 mil toneladas, 10,6% inferior à de 2017.

Tomate para a indústria:

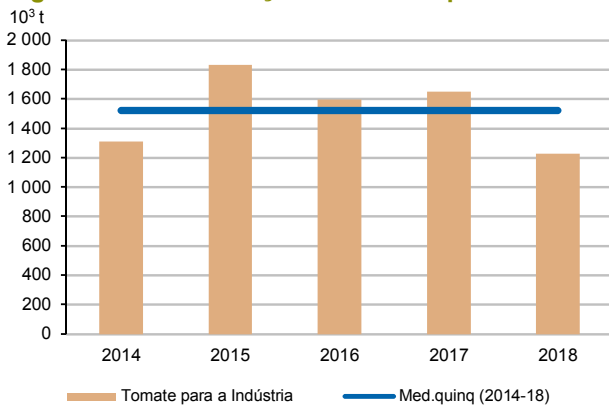
No tomate para a indústria, a plantação decorreu com um atraso de três semanas face ao normal, tendo sido totalmente concluída apenas em junho. A área instalada sofreu uma redução significativa, passando dos 19,6 mil hectares em 2017 para os 14,5 mil hectares (-26,0%). Esta diminuição deveu-se ao abandono da cultura por parte de alguns produtores e à redução da área instalada nos restantes, essencialmente reflexo dos prejuízos registados na campanha de 2017, provocados por fortes ataques de mosca branca e de ácaros que originaram frutos com a polpa totalmente alaranjada/branca e textura muito rija (de reduzidíssimo valor comercial para a indústria).

Figura 1.9 >> Área de Tomate para indústria



Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal

Figura 1.10 >> Produção de Tomate para indústria



Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal

Ao longo do ciclo de desenvolvimento da cultura registaram-se focos intensos de *Phytophthora infestans* (causador do mildio do tomateiro) e de *Fusarium sp.* e *Phytium sp.* (responsáveis por doenças vasculares e radiculares), e que obrigaram ao aumento do número de tratamentos fitossanitários preventivos e curativos face ao habitual. A colheita iniciou-se apenas na segunda quinzena de agosto (ou seja, com cerca de um mês de atraso face à campanha anterior), tendo-se concluído na primeira quinzena de outubro. A produtividade foi muito semelhante à da campanha anterior, tendo sido entregues nas indústrias transformadoras 1,23 milhões de toneladas de tomate, -25,7% do que em 2017 (totalmente devido à redução da área plantada), com parâmetros de qualidade elevados (bom estado sanitário e elevados graus Brix e teor de licopenos).

Girassol:

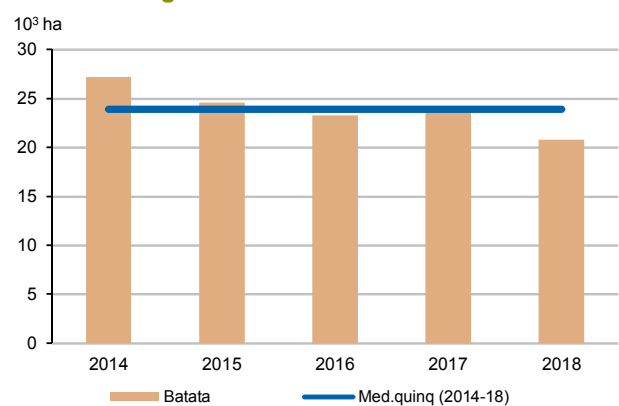
Também no girassol a instalação das searas realizou-se com alguma dificuldade, registando-se casos de sementeiras em final de maio (quase dois meses de atraso face a um ano normal). A área semeada diminuiu 29,5%, face à campanha anterior, principalmente devido à descida do preço pago pela indústria transformadora.

A emergência foi boa e os povoamentos, mesmo os de sequeiro, apresentaram bom aspeto vegetativo ao longo do ciclo. A produção foi de 16,9 mil toneladas (-18,6% que a do ano anterior), o que, tendo em conta a área semeada, correspondeu à melhor produtividade (1 785 kg/ha) da série 1986-2018.

Batata:

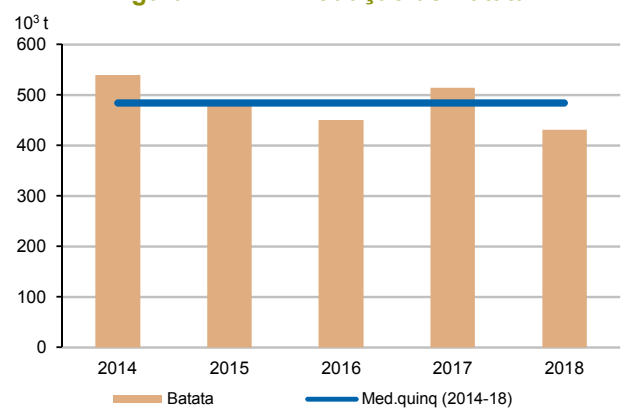
As plantações primaveris de batata decorreram com cerca de duas semanas de atraso, face ao normal, uma vez que as condições de encharcamento de muitos terrenos condicionaram a preparação do solo e a instalação da cultura. Estas condições foram também responsáveis pelo apodrecimento dos tubérculos em largas extensões de batata de sequeiro plantadas mais cedo. A área instalada diminuiu 12,4%, face a 2017.

Figura 1.11 >> Área de Batata



Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal

Figura 1.12 >> Produção de Batata



Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal

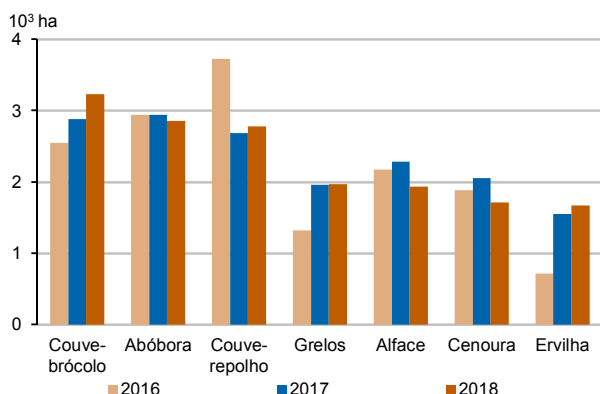
No início do ciclo vegetativo ainda eram bem visíveis as consequências do período de maior pluviosidade da primavera, com as plantas a apresentarem grande heterogeneidade de crescimento e cor. A partir de meados de maio, com o aumento das temperaturas, o desenvolvimento das plantações foi mais vigoroso sem, no entanto, mitigar por completo os atrasos. A pressão das doenças criptogâmicas foi muito intensa, nomeadamente de mildio, responsável por alguma diminuição na produtividade. A conjugação destas adversidades com a diminuição da área plantada conduziu a um decréscimo global de produção de 16,2% face à campanha anterior, para as 431,7 mil toneladas.

De referir que o escoamento da produção, ao contrário do que sucedeu em 2017, não registou dificuldades e que o preço no produtor apresentou, no segundo semestre, valores bastante mais elevados que no período homólogo.

Hortícolas:

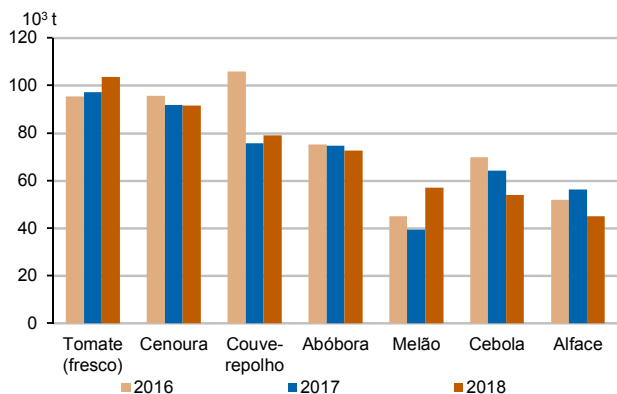
Em 2018 a área total de hortícolas foi de 33 660 hectares (-2,8%, face a 2016), tendo a produção registado uma diminuição de 1,0%, fixando-se nas 926,9 mil toneladas. A couve-brócolo (para consumo em fresco e para a indústria) foi a cultura que ocupou maior área (3 238 hectares), mantendo a tendência de aumento dos últimos dois anos. A abóbora foi a segunda cultura que ocupou mais área (2 857 hectares), resultado próximo da média do último quinquénio, seguida da couve-repolho (2 784 hectares), do grelo de nabo e couve (1 970 hectares) e da alface (1 934 hectares).

Figura 1.13 >> Área das principais culturas hortícolas



Fonte: INE I.P., Inquérito à Horticultura

Figura 1.14 >> Produção das principais culturas hortícolas



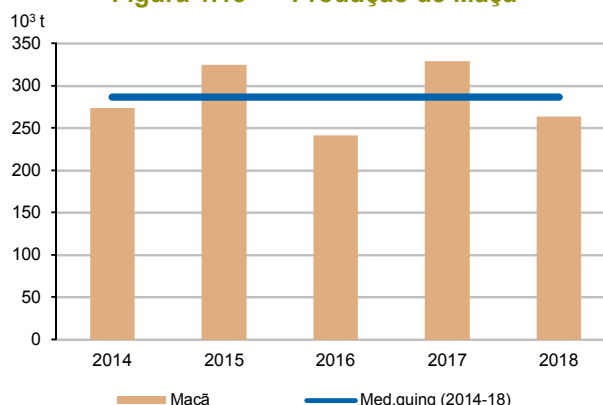
Fonte: INE I.P., Inquérito à Horticultura

Tal como já sucedeu em 2017, o tomate para consumo em fresco foi a cultura hortícola com maior produção (104 mil toneladas), seguido da cenoura (92 mil toneladas) e da couve-repolho (79 mil toneladas).

Produção de Frutos Frescos: *

Nas principais regiões produtoras de maçã de Trás-os-Montes registaram-se condições meteorológicas desfavoráveis na fase da floração/vingamento e precipitações intensas sob a forma de granizo em junho, que provocaram reduções de produtividade face à campanha anterior. Posteriormente, e duma forma mais abrangente em termos territoriais, a onda de calor do início de agosto provocou situações de queima dos frutos mais expostos. A apanha da maçã terminou na primeira quinzena de outubro e a produção foi de 264,0 mil toneladas, o que representa uma redução de 19,9% em relação a 2017. Em termos de qualidade, as maçãs apresentaram boas características organoléticas e colorações normais.

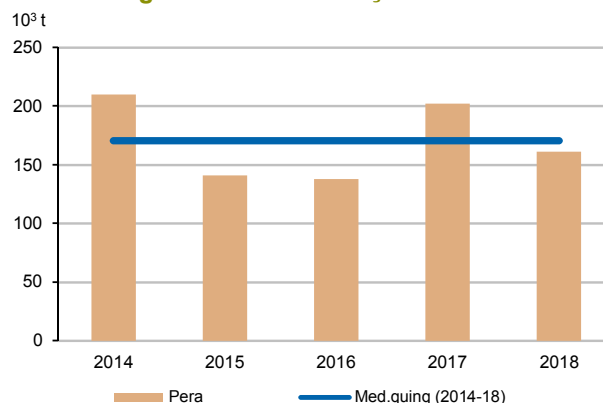
Figura 1.15 >> Produção de Maçã



Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal

Atualizado / Updated: 24-09-2019

Figura 1.16 >> Produção de Pera



Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal

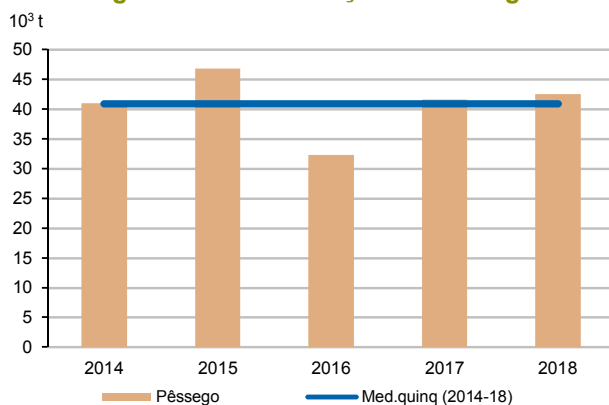
Atualizado / Updated: 24-09-2019

* Atualizado / Updated: 24-09-2019

A colheita da pera terminou no final de setembro, após um reforço das equipas de campo no sentido de evitar a exposição prolongada dos frutos às temperaturas elevadas e garantir as melhores condições de conservação. Ao longo do ciclo produtivo registaram-se alguns problemas na floração e, posteriormente e com maior impacto, os efeitos negativos resultantes da onda de calor do início de agosto. Esta situação, que afetou uma quantidade considerável de pomares, teve como principal consequência a paragem do crescimento dos frutos, que não alcançaram os calibres expectáveis. Foram ainda registados ataques importantes de estenfiliose. A produção baixou 20,2% face à campanha anterior, para as 161,4 mil toneladas. De referir que, apesar do menor calibre, as peras apresentaram qualidades organolépticas de bom nível.

Em relação ao pêsego, observaram-se condições meteorológicas muito favoráveis na fase de floração/vingamento dos frutos, apresentando os pomares uma elevada carga de frutos. Os danos causados pela ocorrência de aguaceiros fortes sob a forma de granizo, na segunda quinzena de junho, foram pontuais, e as ondas de calor de agosto apenas contribuíram para atrasar um pouco mais a maturação (cerca de três semanas face a um ano normal), com reduzido impacto na produtividade alcançada. A produção foi de 42,6 mil toneladas, 4,2% acima da média do último quinquénio.

Figura 1.17 >> Produção de Pêssego

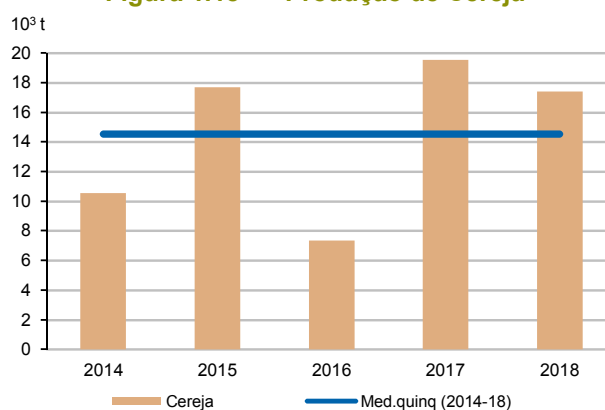


Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal

Atualizado / Updated: 24-09-2019

Também na cereja se verificou um atraso de mais de três semanas no início da apanha (que apenas se iniciou na penúltima semana de maio). Os cenários apresentaram-se distintos nas duas principais regiões produtoras: no interior Norte, as dificuldades na floração/vingamento do fruto das variedades precoces e as situações de fendilhamento provocado pela precipitação, contribuíram para uma redução significativa da produção; por outro lado, na Cova da Beira, assistiu-se a um aumento da produção face à campanha anterior. Em termos globais, a produção foi de 17,4 mil toneladas, 11,0% abaixo da registada na passada campanha que, recorde-se, foi a mais produtiva das últimas três décadas. As cerejas apresentaram fraca qualidade, com baixo calibre e teor de açúcar reduzido.

Figura 1.18 >> Produção de Cereja

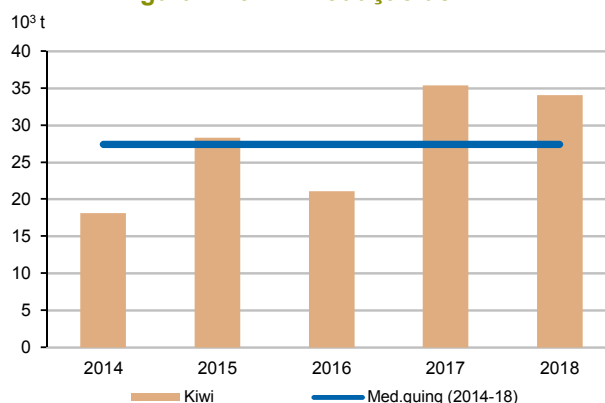


Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal

Atualizado / Updated: 24-09-2019

A colheita das variedades precoces de kiwi, nomeadamente da *Soreli* e da *Earligreen*, iniciou-se no final de setembro, e a da variedade *Hayward* (a mais cultivada em Portugal), na segunda quinzena de novembro, com duas a três semanas de atraso face ao habitual. A carga de frutos foi muito heterogénea, principalmente em resultado da intensidade da exposição do pomar às condições meteorológicas adversas (precipitação e baixas temperaturas) que ocorreram por altura da floração/polinização. Ainda assim, a produção alcançou as 34,1 mil toneladas, a segunda maior de sempre (apenas superada pela de 2017, com 35,4 mil toneladas).

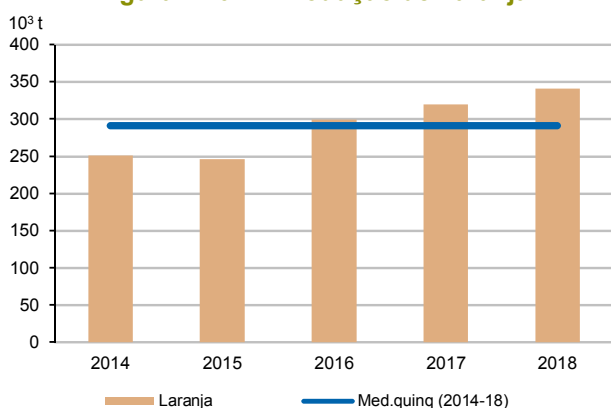
Figura 1.19 >> Produção de Kiwi



Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal

A campanha dos citrinos ficou marcada por um aumento generalizado das produções. Nas cultivares de laranjas temporãs, sobretudo na *Newhall*, a subida da produtividade foi acompanhada pela diminuição do calibre dos frutos, embora de excelente qualidade (teor de açúcar semelhante ao do ano anterior). Nas variedades de laranjas tardias (*Valência Late*, *D. João* e *Rhodes*) registaram-se aumentos de produção superiores a 5%. Este aumento deveu-se, maioritariamente, à entrada de muitos pomares jovens na fase mais produtiva do seu ciclo, no qual se verificam incrementos relevantes na sua produtividade. De notar que as 340,8 mil toneladas de laranja constituem um novo máximo desde 1986.

Figura 1.20 >> Produção de Laranja



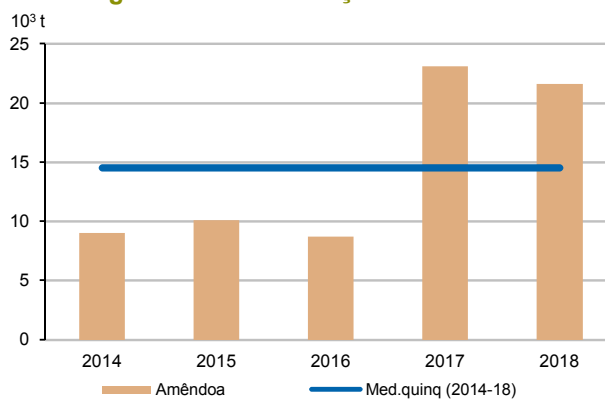
Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal

Atualizado / Updated: 24-09-2019

Produção de Frutos de Casca Rija: *

Os amendoais tradicionais do Interior Norte foram bastante afetados por condições climatéricas desfavoráveis (a precipitação na plena floração dificultou a polinização), determinando reduções significativas na produtividade regional. Em compensação, a entrada em produção dos amendoais recentemente instalados no Alentejo, e que consistentemente colocam esta região como a segunda maior produtora de amêndoa (ultrapassando, desde 2015, o Algarve), contribuíram para minorar estes problemas, atingindo-se uma produção de 21,6 mil toneladas, 49,0% acima da média do último quinquénio. De referir que os frutos estavam bem formados e apresentavam bons calibres com melhor qualidade que em 2017.

Figura 1.21 >> Produção de Amêndoa

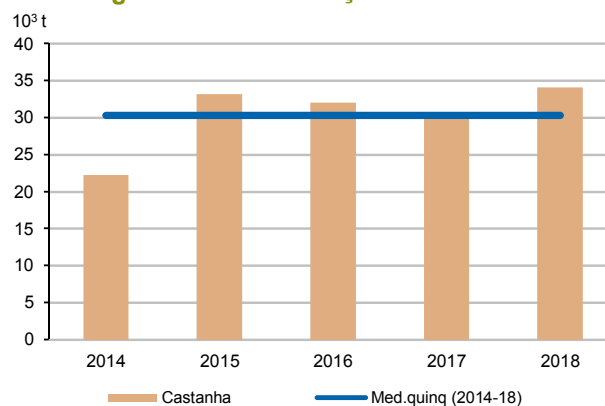


Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal

Atualizado / Updated: 24-09-2019

Quanto à castanha, nas principais zonas produtoras (Alto Tâmega e Terra Fria Transmontana), houve um atraso na evolução do ciclo produtivo. Com exceção de algumas áreas com variedades mais precoces, os ouriços abriram ou soltaram as castanhas muito tardiamente. A produção alcançou as 34,1 mil toneladas, 14,2% acima do alcançado na campanha passada e em linha com os resultados dos últimos 5 anos (excetuando 2014, ano em as condições meteorológicas de setembro contribuíram para ataques muito intensos de *septoriose*).

Figura 1.22 >> Produção de Castanha



Fonte: INE I.P., Estatísticas da Produção Vegetal

Atualizado / Updated: 24-09-2019

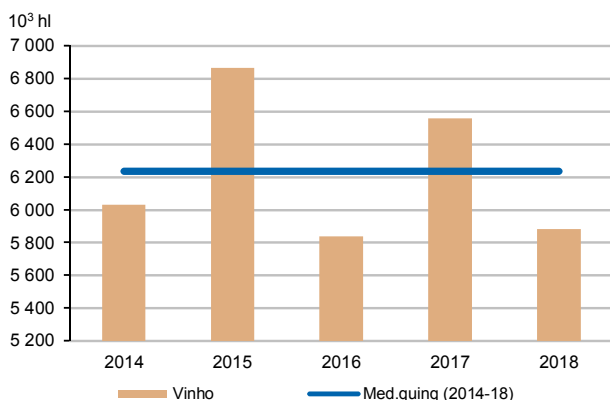
* Atualizado / Updated: 24-09-2019

Vinho:

As vindimas decorreram com atrasos consideráveis face ao habitual. As uvas chegaram aos lagares em bom estado sanitário e com teores de açúcar regulares até à ocorrência das primeiras chuvas significativas (dias 13 e 14 de outubro), a partir das quais se observou um decréscimo de qualidade que precipitou a conclusão das vindimas.

Face ao atraso do ciclo, as condições meteorológicas de agosto foram determinantes para a produção, tendo-se verificado que o calor excessivo causou escaldões nos bagos, embora com reflexos distintos em função da casta, da exposição e da idade da vinha. Excetuando o Alentejo e o Algarve, registaram-se decréscimos de produção em todas as regiões vitivinícolas, face à anterior vindima, com particular destaque para o Minho (-207 mil hectolitros, correspondente a -21,4%), o Douro (-189 mil hectolitros, -14,8%) e Terras do Dão (-134 mil hectolitros, -42,9%). Globalmente a produção baixou para os 5,9 milhões de hectolitros (-10,3%).

Figura 1.23 >> Produção de Vinho

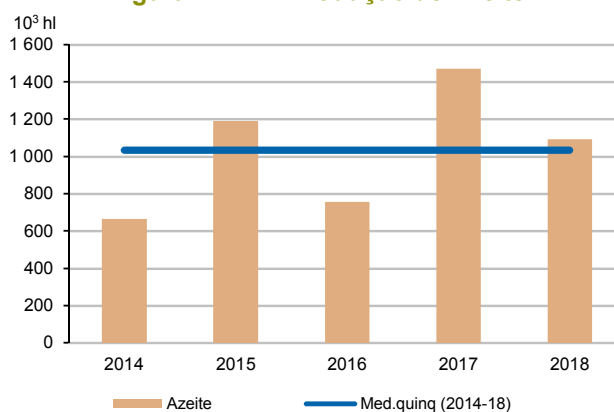


Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho

Azeite:

Tal como na maioria das culturas permanentes, e em consequência das condições climatéricas registadas ao longo do ciclo, a maturação da azeitona atrasou-se mais de um mês face à campanha anterior. A carga de frutos foi muito heterogénea nos olivais tradicionais de sequeiro (ano de contrassafra), tendo-se observado, após a ocorrência de precipitação em outubro, um aumento generalizado do calibre da azeitona. Apesar da redução face a 2017, a produção manteve-se acima de um milhão de hectolitros. Nos últimos cem anos, esta situação de duas campanhas consecutivas acima de um milhão de hectolitros apenas tinha ocorrido nos anos de 1956 e 1957 (1,01 e 1,10 milhões de hectolitros, respetivamente), reforçando a importância crescente que esta cultura tem vindo a alcançar ao longo da última década.

Figura 1.24 >> Produção de Azeite



Fonte: INE I.P., Inquérito Anual à Produção de Azeite

Quanto à funda (rendimento da azeitona em azeite), apesar do aumento verificado com o decorrer da colheita, ficou abaixo da alcançada em 2017. De referir que a qualidade continua em padrões elevados, sendo que a maioria do azeite produzido (93,5%) apresentou acidez igual ou inferior a 0,8%.

Quadro 1.3 >> Produção das principais culturas, na Região Autónoma da Madeira

Culturas	Superfície			Produção		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
	ha			t		
Madeira						
	Anos					
	Superfície			Produção		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
	ha			t		
Culturas temporárias						
Abóbora	23	25	25	406	447	469
Alface	100	100	100	3 201	3 201	3 009
Batata	996	1 001	920	26 110	30 689	28 848
Batata-doce	546	555	563	11 294	11 736	11 925
Cana-de-açúcar	172	172	172	10 812	10 830	10 751
Cebola	98	98	99	2 737	2 737	2 874
Cenoura	40	38	38	1 204	1 361	1 361
Couve-bróculo	57	52	52	1 227	859	773
Couve-flor	36	30	30	896	538	511
Couve-repolho	96	87	87	4 123	2 350	2 961
Fava em verde	8	10	10	43	55	55
Feijão maduro	83	87	87	1 080	1 490	1 192
Feijão-verde	100	95	95	2 498	2 622	2 491
Inhame	31	31	31	628	641	641
Milho p/maçaroca	113	107	107	3 044	2 740	2 740
Morango	4	4	5	130	158	206
Nabo	20	20	20	600	600	690
Tomate	159	151	136	6 720	6 452	6 000
Culturas permanentes						
Abacate	41	42	42	414	414	327
Ameixa	45	45	45	236	342	353
Anona	119	126	127	1 012	1 316	1 521
Banana	749	755	758	21 305	23 187	17 597
Castanha	94	94	94	89	89	90
Cereja	64	64	64	85	296	296
Kiwi	11	11	11	158	158	158
Limão	81	64	64	825	709	765
Maçã	94	94	94	1 454	1 454	1 454
Manga	19	19	19	166	166	166
Maracujá	23	23	25	103	103	117
Papaia	5	5	5	149	149	149
Pera	24	24	24	349	349	349
Pero p/sidra	64	64	64	832	832	874
Tangerina	15	15	15	155	155	170
Vinha (<i>vitis vinifera</i>) (a)	445	443	445	29 388	37 804	30 203 Po

Fonte: Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural e IVBAM- Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I.P.

(a) Produção de mosto - unidade: hl.

Quadro 1.4 >> Produção das principais culturas, na Região Autónoma dos Açores

Culturas	Superfície			Produção		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
	ha			t		
Açores						
	Anos					
	Superfície			Produção		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
	ha			t		
Culturas temporárias						
Batata	596	446	436	14 731	11 323	7 320
Batata-doce	65	53	49	1 227	980	875
Beterraba	97	106	0	5 132	6 550	0
Fava seca	37	37	35	67	65	56
Feijão seco	41	37	32	84	74	58
Inhame	62	63	56	1 209	1 119	939
Milho para grão	211	183	167	417	366	352
Milho forrageiro	10 550	10 446	10 501	319 827	316 621	238 136
Tabaco	60	50	43	146	120	85
Culturas permanentes						
Ananás	59	56	56	998	948	948
Anona	31	31	32	221	245	251
Banana	292	283	287 Rv	4 919	4 657	5 053 Rv
Castanha	59	52	52	154	146	112 Rv
Chá	37	37	37	161	176	144
Laranja	363	318	312 Rv	4 090	3 708	4 025 Rv
Maçã	56	59	57 Rv	356	414	402 Rv
Maracujá	10	8	9	30	25	25

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

Atualizado / Updated: 24-09-2019

Quadro 1.7 >> Produção vinícola declarada, expressa em mosto, por Regiões determinadas

Portugal		Unidade: hl										2018 Po
Regiões determinadas	TOTAL	Vinho licoroso com DOP		Vinho com DOP		Vinho com IGP (a)		Vinho c/ indicação de casta (a)		Vinho s/ certificação (a)		
		Branco	Tinto e rosado	Branco	Tinto e rosado	Branco	Tinto e rosado	Branco	Tinto e rosado	Branco	Tinto e rosado	
Total	5 591 369	153 216	560 646	1 050 923	1 299 070	469 144	1 255 427	4 765	29 555	234 553	534 069	
Alenquer	277 284	0	0	1 456	16 686	33 302	168 239	35	485	4 933	52 146	
Alentejo (b)	859 177	63	82	147 597	444 686	68 919	190 463	7	34	577	6 750	
Arruda	15 878	0	0	115	3 439	2 272	8 164	0	0	253	1 636	
Bairrada	174 791	0	958	32 707	32 161	11 034	18 324	1 991	15 260	12 474	49 882	
Beira Interior (c)	155 856	0	0	11 804	33 332	3 848	17 066	1 250	1 820	20 375	66 361	
Biscoitos	1 036	0	0	194	0	29	176	0	0	18	619	
Bucelas	2 745	0	0	1 831	0	197	380	34	250	40	13	
Carcavelos	159	153	0	0	0	0	0	0	0	2	4	
Colares	1 380	0	0	73	68	500	694	0	0	0	45	
Dão	177 676	0	0	28 701	127 777	598	5 347	41	9	2 622	12 580	
Douro e Porto	1 092 287	138 076	530 002	113 208	272 635	2 740	3 588	20	21	7 121	24 877	
Encostas de aire (d)	14 310	0	0	310	592	1 177	2 741	0	5	1 947	7 538	
Graciosa	313	0	0	66	0	0	3	0	0	0	243	
Lafões	417	0	0	75	0	0	15	0	0	187	140	
Lagoa	9 924	0	0	156	605	2 384	6 428	195	0	0	156	
Lagos	420	0	0	0	50	9	143	0	0	11	207	
Lourinhã	88 932	0	0	0	0	11 488	42 587	630	0	8 541	25 686	
Madeira	30 203	0	27 999	759	760	0	0	0	0	190	494	
Óbidos	132 712	0	0	1 724	1 248	44 173	64 485	8	25	5 888	15 162	
Palmela	374 151	0	149	36 038	135 223	48 381	92 549	0	1 020	6 228	54 563	
Pico	8 943	93	0	3 092	3	162	1 433	0	0	132	4 027	
Portimão	1 636	0	0	0	0	613	1 013	0	0	0	10	
Setúbal	83 275	14 355	1 455	0	0	17 162	50 303	0	0	0	0	
Tavira	3 857	0	0	10	110	642	2 940	0	18	0	138	
Távora-Varosa	37 071	0	0	14 397	8 717	1 000	2 400	0	0	6 575	3 982	
Tejo (e)	646 271	477	0	53 109	65 986	150 324	153 991	20	3 149	132 843	86 372	
Torres Vedras	596 210	0	0	2 248	15 160	54 875	410 525	125	5 252	12 263	95 763	
Trás-os-montes(f)	44 699	0	0	2 054	7 582	1 500	4 819	0	2 206	4 520	22 018	
Vinho Verde	759 757	0	0	599 201	132 250	11 813	6 611	409	1	6 813	2 658	

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho

(a) Inclui os vinhos licorosos.

(b) Inclui as sub-regiões determinadas de Borba, Évora, Granja-Amareleja, Moura, Portalegre, Redondo, Reguengos e Vidigueira.

(c) Inclui as sub-regiões determinadas de Cova da Beira, Castelo Rodrigo e Pinhel.

(d) Inclui as sub-regiões determinadas de Alcobaça e Ourém.

(e) Inclui as sub-regiões determinadas de Almeirim, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Santarém e Tomar.

(f) Inclui as sub-regiões determinadas de Chaves, Planalto Mirandês e Valpaços.

Quadro 1.8 >> Produção vinícola declarada, por categoria e em algumas Regiões determinadas

Portugal		Unidade: hl		2018 Po	
Regiões determinadas	Categorias vínicas (a)	Total por categoria (em mosto)	Equivalência em vinho (b)		
			Por categoria	Total	
Alentejo (c)	Vinho Licoroso com DOP	Branco	63	81	859 218
		Tinto/rosado	82	100	
	Vinho com DOP	Branco	147 597	147 597	
		Tinto/rosado	444 686	444 686	
	Vinho com IGP	Branco	68 919	68 922	
		Tinto/rosado	190 463	190 466	
	Vinho com indicação de casta	Branco	7	7	
Tinto/rosado		34	34		
Vinho sem certificação	Branco	577	577		
	Tinto/rosado	6 750	6 750		
Bairrada	Vinho Licoroso com DOP	Tinto/rosado	958	1 084	174 949
		Branco	32 707	32 707	
	Vinho com DOP	Tinto/rosado	32 161	32 161	
		Branco	11 034	11 034	
	Vinho com IGP	Tinto/rosado	18 324	18 324	
		Branco	1 991	1 991	
	Vinho com indicação de casta	Tinto/rosado	15 260	15 260	
Branco		12 474	12 474		
Vinho sem certificação	Tinto/rosado	49 882	49 913		
	Branco	153	179		
Carcavelos	Vinho Licoroso com DOP	2	2	186	
	Vinho sem certificação	4	5		
Dão	Vinho com DOP	Branco	28 701	28 701	177 695
		Tinto/rosado	127 777	127 777	
	Vinho com IGP	Branco	598	598	
		Tinto/rosado	5 347	5 347	
	Vinho com indicação de casta	Branco	41	41	
		Tinto/rosado	9	9	
	Vinho sem certificação	Branco	2 622	2 634	
Tinto/rosado		12 580	12 587		
Douro e Porto	Vinho Licoroso com DOP	Branco	138 076	173 234	1 259 683
		Tinto/rosado	530 002	662 240	
	Vinho com DOP	Branco	113 208	113 208	
		Tinto/rosado	272 635	272 635	
	Vinho com IGP	Branco	2 740	2 740	
		Tinto/rosado	3 588	3 588	
	Vinho com indicação de casta	Branco	20	20	
Tinto/rosado		21	21		
Madeira	Vinho sem certificação	Branco	7 121	7 121	
		Tinto/rosado	24 877	24 877	
	Vinho Licoroso com DOP	Tinto/rosado	27 999	32 676	34 880
		Branco	759	759	
Vinho com DOP	Tinto/rosado	760	760		
	Branco	190	190		
Vinho sem certificação	Branco	494	494		
	Tinto/rosado				

(continua)

Nota: Neste quadro só foram incluídas as regiões determinadas para as quais se verifica uma diferença entre o total por categoria, em mosto, e o equivalente em vinho.

(a) Os vinhos licorosos estão incluídos nos vinhos IGP, com indicação de casta e sem certificação.

(b) Inclui a adição de aguardentes.

(c) Inclui as sub-regiões determinadas de Almeirim, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Santarém e Tomar.

Quadro 1.8 >> Produção vinícola declarada, por categoria e em algumas Regiões determinadas

Portugal		Unidade: hl		2018 Po	
Regiões determinadas	Categorias vínicas (a)	Total por categoria (em mosto)	Equivalência em vinho (b)		
			Por categoria	Total	
Obidos	Vinho com DOP	Branco	1 724	1 724	132 722
		Tinto/rosado	1 248	1 248	
	Vinho com IGP	Branco	44 173	44 183	
		Tinto/rosado	64 485	64 485	
	Vinho com indicação de casta	Branco	8	8	
		Tinto/rosado	25	25	
Vinho sem certificação	Branco	5 888	5 888		
	Tinto/rosado	15 162	15 162		
Palmela	Vinho Licoroso com DOP	Tinto/rosado	149	186	374 332
	Vinho com DOP	Branco	36 038	36 038	
		Tinto/rosado	135 223	135 223	
	Vinho com IGP	Branco	48 381	48 381	
		Tinto/rosado	92 549	92 549	
	Vinho com indicação de casta	Tinto/rosado	1 020	1 020	
Vinho sem certificação		Branco	6 228	6 372	
Pico	Vinho Licoroso com DOP	Tinto/rosado	54 563	54 563	8 950
		Branco	93	98	
	Vinho com DOP	Branco	3 092	3 092	
		Tinto/rosado	3	3	
	Vinho com IGP	Branco	162	162	
		Tinto/rosado	1 433	1 433	
Vinho sem certificação	Branco	132	135		
	Tinto/rosado	4 027	4 027		
Setúbal	Vinho Licoroso com DOP	Branco	14 355	18 233	87 595
		Tinto/rosado	1 455	1 898	
	Vinho com IGP	Branco	17 162	17 162	
		Tinto/rosado	50 303	50 303	
Tejo (c)	Vinho Licoroso com DOP	Branco	477	627	646 899
		Tinto/rosado	53 109	53 109	
	Vinho com DOP	Branco	65 986	65 986	
		Tinto/rosado	150 324	150 324	
	Vinho com IGP	Branco	153 991	153 991	
		Tinto/rosado	153 991	153 991	
Vinho com indicação de casta	Branco	20	20		
	Tinto/rosado	3 149	3 149		
Vinho sem certificação	Branco	132 843	133 279		
	Tinto/rosado	86 372	86 414		

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho

Nota: Neste quadro só foram incluídas as regiões determinadas para as quais se verifica uma diferença entre o total por categoria, em mosto, e o equivalente em vinho.

(a) Os vinhos licorosos estão incluídos nos vinhos IGP, com indicação de casta e sem certificação.

(b) Inclui a adição de aguardentes.

(c) Inclui as sub-regiões determinadas de Almeirim, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Santarém e Tomar.

Quadro 1.9 >> Produção de azeite por graus de acidez e NUTS II

Continente		NUTS II	Lagares em laboração	Azeitona oleificada	Azeite obtido		
					Por quintal de azeitona	Total	
					nº	t	hl
Continente	2015		495	702 140	0,17	1 190 523	
	2016		469	476 003	0,16	757 373	
	2017		462	858 413	0,17	1 470 352	
	Norte		113	98 253	0,18	176 145	
	Centro		232	124 605	0,15	189 166	
	Área Metropolitana de Lisboa		1	278	0,12	334	
	Alentejo		108	625 708	0,17	1 089 978	
	Algarve		8	9 570	0,15	14 729	
	Continente	2018		486	725 368	0,15	1 094 433
	Norte		118	108 648	0,15	167 111	
Centro		241	80 195	0,13	105 293		
Área Metropolitana de Lisboa		1	243	0,12	291		
Alentejo		118	534 649	0,15	819 695		
Algarve		8	1 632	0,13	2 043		

Continente		NUTS II	Azeite obtido			
			Até 0,8º	De 0,9º a 2º	> 2º	
			hl			
Continente	2015		930 421	208 323	51 779	
	2016		712 248	38 303	6 822	
	2017		1 407 914	57 366	5 071	
	Norte		167 972	7 633	540	
	Centro		152 974	32 998	3 194	
	Área Metropolitana de Lisboa		89	245	0	
	Alentejo		1 079 981	8 665	1 332	
	Algarve		6 898	7 825	5	
	Continente	2018		1 022 914	51 361	20 159
	Norte		159 873	6 860	378	
Centro		91 692	11 928	1 673		
Área Metropolitana de Lisboa		159	132	0		
Alentejo		770 329	31 283	18 084		
Algarve		861	1 157	24		

Fonte: INE I.P., Inquérito Anual à Produção de Azeite

Nota: colheita iniciada no ano agrícola indicado e continuada nos primeiros meses do ano seguinte.

Quadro 1.10 >> Árvores de fruto e oliveiras vendidas pelos viveiristas por NUTS II (a)

Continente		Unidade: nº pés						Campanha 2017/2018
NUTS II	Espécies	Árvores de Fruto	Alfarrobeiras	Ameixeiras	Amendoeiras	Aveleiras	Castanjeiros	Cerejeiras
Continente		5 014 052	4 948	60 281	180 770	10 156	124 099	166 919
Norte		1 510 044	311	9 130	77 292	4 279	89 448	107 324
Centro		2 761 215	1 557	28 460	31 538	2 411	28 667	53 822
Área Metropolitana de Lisboa		120 994	77	4 494	1 029	290	568	3 904
Alentejo		342 065	124	16 652	53 934	3 176	5 403	1 829
Algarve		279 734	2 879	1 545	16 977	0	13	40
Árvores importadas (b)		35 478	0	0	0	0	0	0

NUTS II	Espécies	Damasqueiros	Diospireiros	Figueiras	Gingeiras	Kiwis	Laranjeiras	Limoeiros
Continente		21 965	20 334	13 672	8 011	47 028	130 663	53 072
Norte		4 265	6 252	5 224	676	21 197	7 759	5 348
Centro		11 334	9 749	5 107	6 896	23 708	32 057	24 932
Área Metropolitana de Lisboa		2 089	1 696	1 148	293	1 153	3 540	5 121
Alentejo		2 787	1 459	1 449	143	698	3 832	7 004
Algarve		1 490	1 178	744	3	272	83 475	10 667
Árvores importadas (b)		0	7 120	0	0	0	0	0

NUTS II	Espécies	Macieiras	Marmeleiros	Nespereiras	Nogueiras	Pereiras	Pessegueiros	Romãzeiras
Continente		975 042	16 198	4 281	21 874	495 412	89 265	7 916
Norte		208 563	7 322	1 144	9 358	21 880	14 751	2 060
Centro		747 074	6 881	2 355	7 423	390 170	57 389	3 709
Área Metropolitana de Lisboa		7 908	571	284	835	19 115	8 438	620
Alentejo		10 969	885	323	4 240	63 854	6 180	831
Algarve		528	539	175	18	393	2 507	696
Árvores importadas (b)		10 095	0	0	330	0	0	0

NUTS II	Espécies	Tangereiras	Tangerineiras	Torangeiras	Outras	Oliveiras
Continente		5 016	15 536	2 517		94 863
Norte		937	2237	199		23 389
Centro		2 940	7630	1 612		55 208
Área Metropolitana de Lisboa		649	1542	202		4 844
Alentejo		349	2118	268		993
Algarve		141	2009	236		10 429
Árvores importadas (b)		0	0	0		17 933

Fonte: INE I.P., Inquérito Anual à Venda de Árvores de Fruto e Oliveiras

(a) Destino das árvores vendidas.

(b) Vendidas diretamente a agricultores e não incluídas no total.



[PRODUÇÃO ANIMAL]



2 - PRODUÇÃO ANIMAL

Produção de Carne

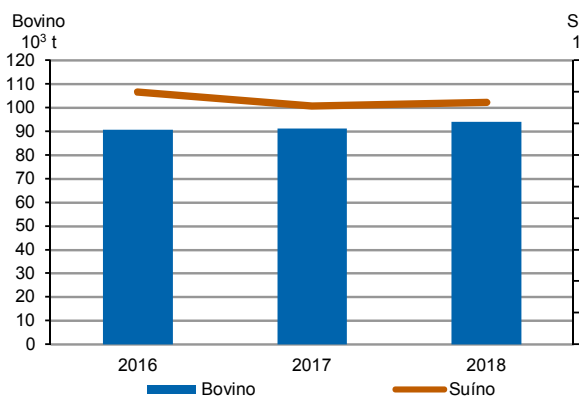
Em 2018 a produção total de carne situou-se nas 892 mil toneladas, refletindo uma variação pouco significativa (+0,2%), quando comparada com a produção do ano 2017. Houve um aumento de 1,7% do total de carne de reses (494 mil toneladas, incluindo a carne de bovinos, suínos, ovinos, caprinos e equídeos), contrabalançada pelo decréscimo idêntico (-1,7%) da produção de carne de animais de capoeira (inclui galináceos, perus e patos) que totalizou 382 mil toneladas.

Carne de bovino, suíno, ovino e caprino

A produção de carne bovina (94 mil toneladas) foi superior em 3,1% tendo-se observado um decréscimo da carne de vitelos (-1,5%), enquanto a carne de bovinos adultos registou um aumento de 4,6%, resultante sobretudo de um maior abate de novilhas e vacas, que apresentaram aumentos de 11,4% e 6,6%, respetivamente, bem como de uma maior produção da categoria novilhos (+1,5%) comparativamente a 2017.

O aumento encontrado para as categorias referidas resultou sobretudo do maior volume de abate no primeiro quadrimestre do ano e no mês de julho. O maior volume no início do ano deveu-se à seca, que se manteve no início de 2018, e à falta de alimento para os animais que existiam nas pastagens, o que obrigou muitos produtores a levá-los ao abate.

Figura 2.1 >> Produção de carne de bovino e suíno



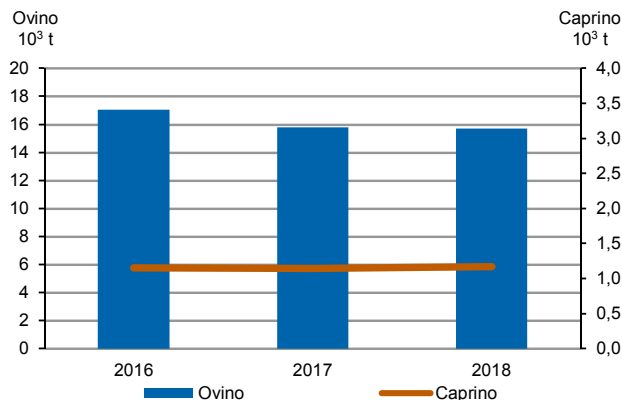
Fonte: INE, I. P., Estatísticas da produção animal

O aumento das categorias vacas e novilhas deveu-se, em parte, à conjuntura do resgate promovido pelas cooperativas leiteiras para compensação dos produtores de leite que estivessem dispostos a abandonar a produção. Os que aderissem teriam de deixar de entregar leite em agosto de 2018, o que conduziu ao maior abate de animais de aptidão leiteira no ano em análise.

As 383 mil toneladas de carne de suíno representaram um acréscimo de 1,4% em relação a 2017, com o abate a registar um volume superior nas categorias leitões, porcos de engorda e reprodutores, sendo que o aumento nesta última categoria foi significativo (+ 27,7%). Além do ligeiro aumento do efetivo suíno nacional no final de 2017, podemos concluir que para este aumento de produção registado em 2018 contou igualmente o efeito do peso médio ao abate dos porcos de engorda, que subiu 1,7% face a 2017. Um outro aspeto estará relacionado com a diminuição do efeito da sazonalidade no abate de suínos em Portugal, registando-se atualmente uma maior constância nos abates ao longo dos meses. A interpretação desta alteração terá em parte a ver com a modificação do perfil do turismo em Portugal, que presentemente ocorre durante todo o ano e não apenas no Verão, compensando as habituais quebras de consumo no período da quaresma e no período pós-férias/regresso às aulas.

A produção de carne de ovinos (15,7 mil toneladas) decresceu 0,4% relativamente a 2017. Para esta situação contribuiu o menor número de ovinos levados ao abate (borregos e adultos), facto justificado, em parte, pelo aumento significativo das exportações de animais vivos para países terceiros (nomeadamente Israel) em 2018.

Figura 2.2 >> Produção de carne de ovino e caprino



Fonte: INE, I. P., Estatísticas da produção animal

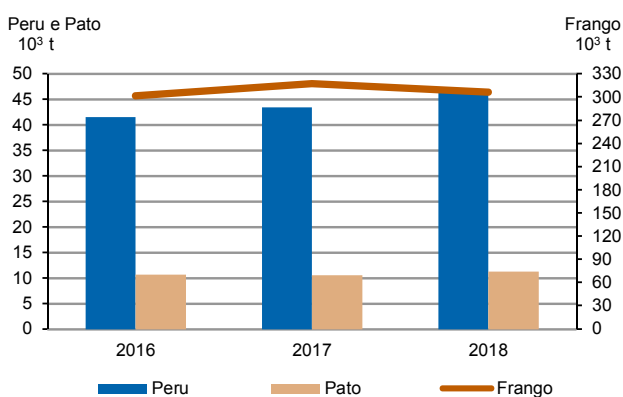
No entanto, este decréscimo foi atenuado pelo maior peso dos animais levados ao abate em Portugal, face ao ano anterior, tendo resultado numa variação pouco significativa do volume total de produção de carne ovina. Os preços foram superiores aos registados em 2017 e perspetiva-se uma manutenção da atividade neste sector, motivada essencialmente pela atual procura de animais de carne por parte de países terceiros. Os caprinos mostraram um aumento de 2,5% em volume, resultante do abate de animais mais pesados.

De facto, o número de cabeças abatidas registou um aumento menos significativo (+0,9%) em relação a 2017, inclusive com uma ligeira diminuição do número de cabritos abatidos (-0,6%) com peso médio superior, equilibrado pelo aumento do número de animais adultos levados ao abate em 2018.

Carne de animais de capoeira

A produção de carne de animais de capoeira quando comparada com o ano 2017 registou uma redução global de 1,7%, não tendo ultrapassado as 382 mil toneladas. A produção de frango teve um decréscimo de 3,6%. Apesar do total de pintos do dia para produção de carne nos aviários de multiplicação ter registado uma variação pouco significativa (+0,8%), o número de aves alojadas para criação de frango terá descido devido a uma quebra significativa da importação (-78%), muito superior ao aumento registado na exportação deste tipo de aves (+9,7%).

Figura 2.3 >> Produção de carne animais de capoeira



Fonte: INE, I. P., Estatísticas da produção animal

A produção de carne de peru atingiu as 46,7 mil toneladas, ou seja aumentou 7,5% em relação a 2017, devido a um maior recurso à importação de perus do dia para engorda no ano em análise e ao facto das aves apresentarem peso médio ao abate superior, já que em número de cabeças o aumento é de apenas 3,8%. O peso médio de carcaça aumentou 3,5%, possivelmente para desmancha e venda de carne de peru em pedaços, produto cujo consumo estará a aumentar.

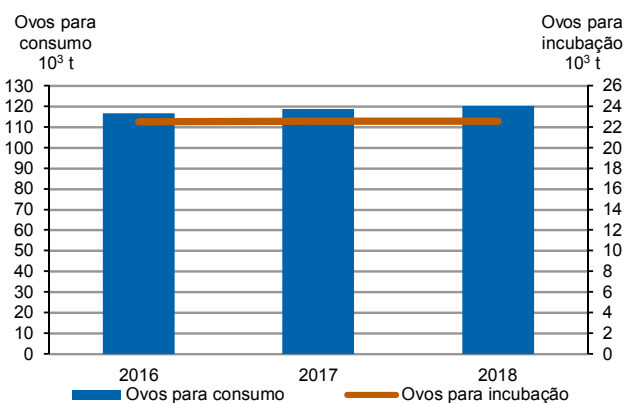
A produção de carne de pato (11,3 mil toneladas) assinalou também um aumento de 7,2%, tendo-se observado em 2018 uma maior produção nacional dos aviários de multiplicação relativamente a esta espécie, acompanhada de um decréscimo da importação de aves do dia (-18%), corroborada pelo aumento do número de patos abatidos e de carne aprovada para consumo público.

A produção total de “outras carnes” (inclui caça, pombos, coelhos, codornizes e avestruzes) atingiu as 15 mil toneladas em 2018, ou seja um crescimento de 4,1%, devido essencialmente ao maior volume de produção de carne de coelho (+8,3%), já que o volume de produção da codorniz diminuiu 2,9% em relação ao ano anterior.

Produção de Ovos de galinha para consumo alimentar e incubação

Em 2018 a produção bruta de ovos de galinha foi 143 mil toneladas, sendo que 120 mil toneladas corresponderam a ovos para consumo (+1,1% face a 2017) e 23 mil toneladas a ovos de incubação, valor que representou praticamente uma manutenção da produção em aviários de multiplicação nacionais relativamente a 2017.

Figura 2.4 >> Produção de ovos de galinha



Fonte: INE, I. P., Estatísticas da produção animal

Em 2018 confirmou-se um novo crescimento da produção de ovos de consumo, se bem que moderado, suportado pela alteração pouco significativa do efetivo de galinhas poedeiras nos aviários nacionais em 2018 (-2,9%, face a 2017).

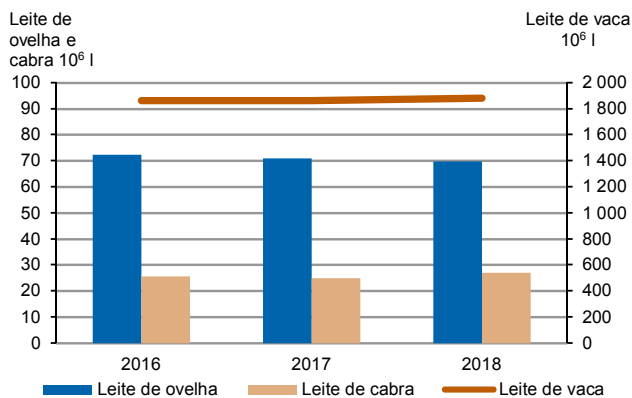
Na evolução dos ovos para incubação, é de assinalar praticamente uma manutenção da produção para os galináceos.

Produção de Leite e Produtos lácteos

A produção global de leites em 2018 totalizou 1978 milhões de litros e apresentou um aumento de 1,0% relativamente a 2017.

O leite de ovelha (69,9 milhões de litros) registou um volume inferior em 1,6%, enquanto o leite de cabra (27,1 milhões de litros) cresceu 8,8% resultante da maior produtividade dos animais leiteiros. O volume de leite de vaca (1 881 milhões de litros), que constituiu cerca de 95% do total de leite produzido em 2018, teve um aumento de 1,0% face a 2017.

Figura 2.5 >> Produção de leites



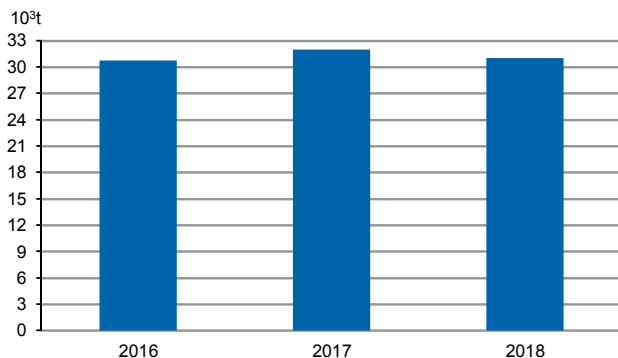
Fonte: INE, I. P., Estatísticas da produção animal

A situação relativa ao leite de vaca em 2018 resultou da conjugação de dois quadros regionais com comportamentos e quadros político-institucionais bem diferenciados. Se nos Açores, região responsável pela produção de 34% do leite de vaca nacional, a tendência foi de crescimento (+3,5% face a 2017), no Continente a situação revelou-se diferente. Com efeito, a generalidade dos compradores imprimiu um ritmo nas entregas (por via da contratualização) em consonância com o mercado, o que implicou um crescimento até meio do ano, momento a partir do qual se registou uma queda da produção em função de um conjunto de decisões entretanto tomadas, caso da redução da remuneração da matéria-prima e os apoios para o abandono da atividade. Na base destas decisões estiveram as dificuldades crescentes da exportação de leite para o mercado espanhol, no seguimento de medidas protecionistas tomadas pelo mesmo. Em novembro a generalidade dos compradores do Continente aumentou as suas tabelas de remuneração da matéria-prima, o que gerou alguma recuperação dos níveis produtivos tendo resultado numa produção anual inferior a 2017 em apenas 0,3%.

A produção industrial de lacticínios em 2018, resultou num aumento da produção de frescos (inclui o leite para consumo e os leites acidificados) em detrimento do volume de produtos transformados.

Assim, a produção de manteiga diminuiu 3,0%, com um volume que não ultrapassou as 31 mil toneladas.

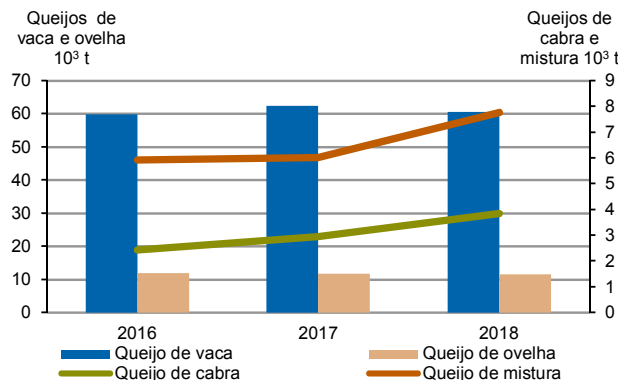
Figura 2.6 >> Produção de manteiga



Fonte: INE, I. P., Estatísticas da produção animal

A produção total de queijo cresceu 0,8%, com cerca de 84 mil toneladas. Esta evolução resultou da maior produção de queijo de cabra, que apresentou um acréscimo de 29,7%, fixando-se nas 3,8 mil toneladas e de queijo de mistura, que com um aumento de 28,7% atingiu as 7,8 mil toneladas. Pelo contrário, os níveis de produção dos queijos estremos de vaca (60,7 mil toneladas) e de ovelha (11,7 mil toneladas) registaram decréscimos de 2,8% e 1,6%, respetivamente.

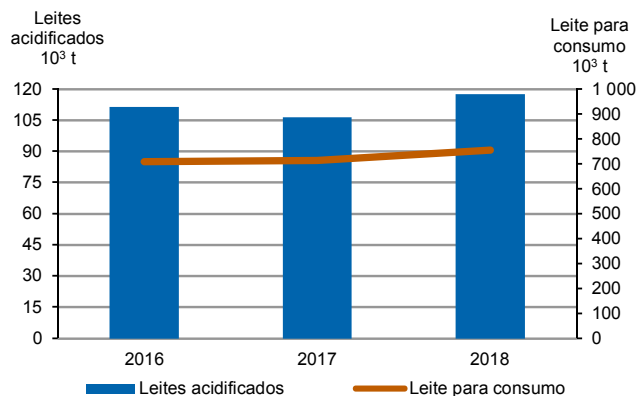
Figura 2.7 >> Produção de queijo



Fonte: INE, I. P., Estatísticas da produção animal

O volume de produtos lácteos frescos aumentou em relação a 2017, uma vez que a produção de leite para consumo (756 mil toneladas) foi superior em 5,9% e a de leites acidificados (inclui os iogurtes) subiu 10,6% face ao ano anterior, com 118 mil toneladas produzidas.

Figura 2.8 >> Produção de leite para consumo e de leites acidificados



Fonte: INE, I. P., Inquérito Anual à Recolha, Tratamento e Transformação do Leite

Quadro 2.3 >> Recolha de leite de vaca e produtos lácteos obtidos

Portugal		Unidade: t		
Produtos	Anos	2016	2017	2018 Po
	Recolha			
Leite de vaca		1 849 375	1 848 167	1 866 788
Produtos lácteos obtidos				
Leite para consumo público		709 826	714 188	756 268
Nata para consumo		20 451	20 511	23 063
Leite em pó gordo e meio gordo		7 980	6 987	7 765
Leite em pó magro		19 441	19 821	19 792
Manteiga		30 778	32 041	31 082
Queijo de vaca		59 874	62 460	60 701
logurtes e outros leites acidificados		111 355	106 361	117 682

Fonte: INE, I. P., Inquérito Anual à Recolha, Tratamento e Transformação do Leite

Quadro 2.4 >> Efetivos bovinos por NUTS II, em 2017

Portugal		Unidade: 1 000 cabeças							
NUTS II	Efetivos	Total	Menos de 1 ano				De 1 ano a menos de 2		
			Total	Vitelos de carne	Outros vitelos		Machos	Fêmeas reprodutoras	Outras fêmeas
					Machos	Fêmeas			
Portugal		1 670	515	118	169	228	77	164	14
Continente		1 388	425	87	145	193	69	129	14
Norte		315	98	42	17	38	13	36	3
Centro		198	71	16	21	35	11	18	2
Area Metropolitana de Lisboa		88	26	4	10	12	16	10	3
Alentejo		777	227	24	96	106	29	63	7
Algarve		10	3	1	1	2	ø	1	ø
Açores		278	88	30	23	35	8	34	ø
Madeira		4	1	ø	ø	ø	ø	ø	ø

NUTS II	Efetivos	De 2 anos e mais					
		Machos	Novilhas		Total	Vacas	
			Reprodutoras	Outras		Leiteiras	Outras
Portugal		58	96	18	728	239	490
Continente		52	76	18	604	148	456
Norte		6	12	6	141	85	56
Centro		6	7	4	78	27	51
Area Metropolitana de Lisboa		8	5	1	20	9	11
Alentejo		32	52	7	360	26	334
Algarve		ø	1	ø	4	ø	4
Açores		5	19	ø	123	91	32
Madeira		ø	ø	ø	1	ø	1

Fonte: INE, I. P., Estatísticas dos efetivos animais

Quadro 2.5 >> Efetivos suínos por NUTS II, em 2017

Unidade: 1 000 cabeças

Portugal	Efetivos	Total	< 20 kg	20 kg < 50 kg	Porcos de engorda => 50 kg			
					NUTS II	Total	50 kg < 80 kg	80 kg < 110 kg
Portugal		2 165	743	475	705	372	304	30
Continente		2 131	732	467	695	366	300	30
Norte		61	17	8	22	12	9	2
Centro		886	326	191	264	141	118	5
Area Metropolitana de Lisboa		221	79	53	67	40	27	1
Alentejo		947	303	212	337	173	144	20
Algarve		17	8	2	4	1	1	2
Açores		30	11	8	8	5	4	ø
Madeira		4	1	ø	2	1	ø	ø

Portugal	Efetivos	Reprodutores => 50 kg					
		Varrascos	Total	Porcas		Não cobertas	
				Total	Pela 1.ª vez	Total	Jovens
Portugal		6	236	161	29	75	24
Continente		6	231	158	28	73	24
Norte		1	12	8	2	4	1
Centro		2	103	70	11	33	10
Area Metropolitana de Lisboa		ø	21	15	3	7	2
Alentejo		2	93	63	12	29	10
Algarve		ø	3	2	ø	1	ø
Açores		ø	3	2	ø	1	ø
Madeira		ø	1	ø	ø	ø	ø

Fonte: INE, I. P., Estatísticas dos efetivos animais
(a) Inclui os reprodutores de refugio.

Quadro 2.6 >> Efetivos ovinos e caprinos por NUTS II, em 2017

Unidade: 1 000 cabeças

Portugal	Efetivos	Ovinos (Rv)			Caprinos		
		NUTS II	Total	Ovelhas e borregas cobertas	Outros ovinos	Total	Cabras e chibas cobertas
Portugal		2 225	1 665	560	340	283	57
Continente		2 218	1 660	558	326	271	55
Norte		297	253	44	81	70	11
Centro		506	401	104	112	97	16
Area Metropolitana de Lisboa		45	37	8	9	7	1
Alentejo		1 324	934	389	108	84	24
Algarve		47	35	12	16	13	3
Açores		3	2	1	7	6	1
Madeira		3	3	1	7	7	ø

Fonte: INE, I. P., Estatísticas dos efetivos animais



[PRODUÇÃO FLORESTAL]

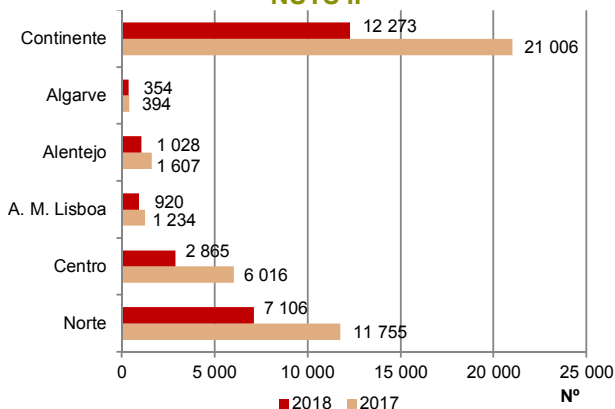


3 - PRODUÇÃO FLORESTAL

Incêndios

Em 2018, houve uma redução acentuada do número de incêndios rurais no Continente (12 273 que compara com 21 006 em 2017), menos 41,26% das ocorrências. A maior incidência, de acordo com a origem do ponto de ignição, ocorreu nas regiões Norte (58,5%, que compara com 56,0% em 2017) e Centro (23,6%, face a 28,6% em 2017).

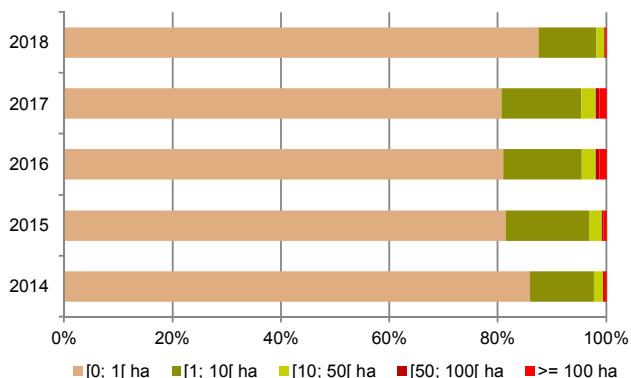
Figura 3.1 >> Número de Incêndios rurais, por NUTS II



Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

De referir que em 2018, 87,3% do número total de incêndios rurais no continente (79,9% em 2017), correspondeu a incêndios com menos de 1 hectare, designados por fogachos, 10,6% a incêndios entre 1 e 10 hectares e 1,9% a incêndios de dimensão superior a 10 hectares (menos 2,8 p.p. em 2017). Apenas 0,2% do total de incêndios ocorridos atingiram uma área superior a 100 hectares (1,3% em 2017).

Figura 3.2 >> Número de Ocorrências de incêndios rurais por classe de área ardida no Continente

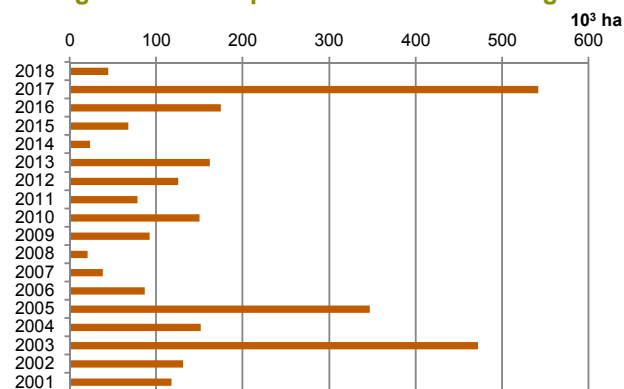


Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Na Região Autónoma da Madeira o número de ocorrências de incêndios florestais em 2018 também diminuiu, com a área ardida a reduzir-se em 88,6%.

Em Portugal, no ano 2018 a superfície ardida representou 8,3% da superfície ardida em 2017, não ultrapassando os 45 mil hectares. Este resultado posiciona 2018 como o quarto ano em que menos ardeu desde o início do século. Para este resultado terá contribuído as condições climáticas mais favoráveis. Note-se que a análise cumulativa anual do índice de severidade diário (DSR) desde 2008, revela que a severidade meteorológica em 2018 foi a segunda menos severa neste período. Por outro lado, a magnitude da superfície queimada anteriormente poderá ter constrangido localmente a severidade ou velocidade de expansão dos incêndios. Os anos 2017, 2003 e 2005, destacam-se significativamente neste ranking como os anos com maior área ardida, 541 mil hectares, 472 mil hectares e 347 mil hectares, respetivamente.

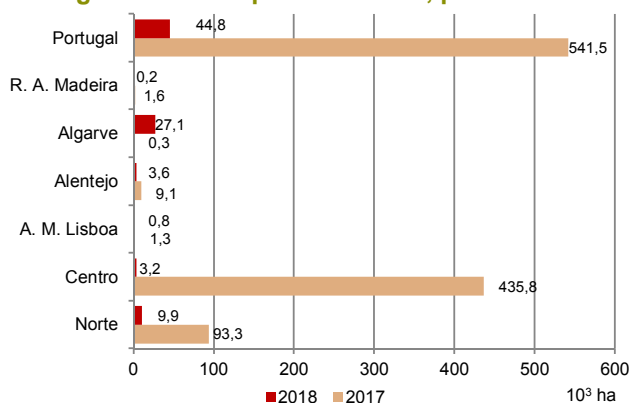
Figura 3.3 >> Superfície ardida em Portugal



Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

A análise por região revela que o Algarve foi, em 2018, a região com mais área ardida (27,1 mil hectares) correspondendo a 60,5% do total da área ardida em Portugal (0,1% em 2017). Foi também a maior área ardida para o Algarve da última década. O Norte foi a segunda região mais afetada no ano em análise, representando 22,2% da área nacional ardida, menos 83,4 mil hectares que em 2017. A região Centro, muito afetada em 2017, com 435,8 mil hectares ardidos, não ultrapassou, em 2018, os 3 168 ha.

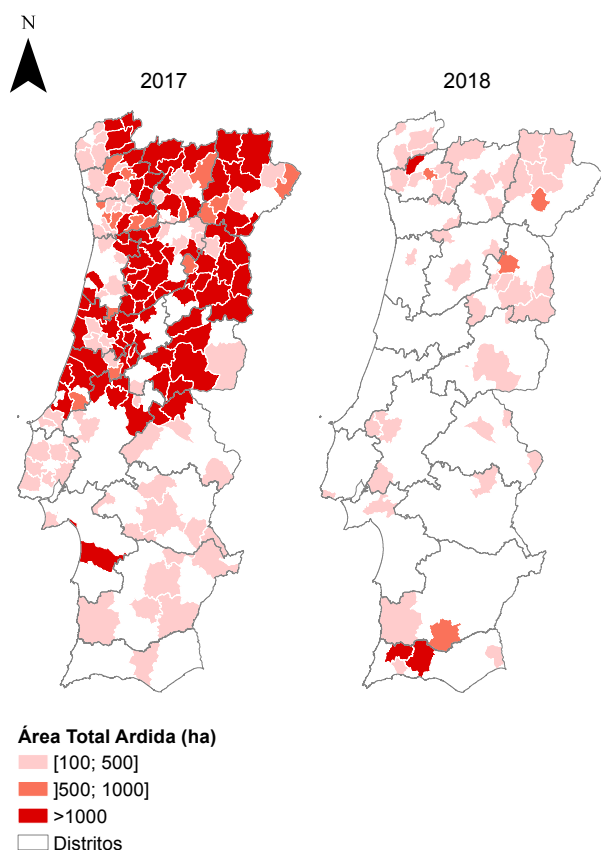
Figura 3.4 >> Superfície ardida, por NUTS II



Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

No ano 2018, 51 dos 278 municípios do Continente tiveram uma área total ardida superior a 100 hectares, 3 dos quais registaram uma superfície ardida superior a 1 000 hectares, Braga, Monchique e Silves. A área ardida acumulada dos municípios do Algarve totalizou 26 343 hectares, 59,1% da superfície ardida no Continente. Este cenário foi menos gravoso quando comparado com 2017, em que 169 municípios tiveram ocorrências de incêndios rurais com uma superfície ardida superior a 100 hectares, dos quais 90 atingiram proporções superiores a 1 000 hectares, estando estes localizados maioritariamente nas regiões Norte e Centro.

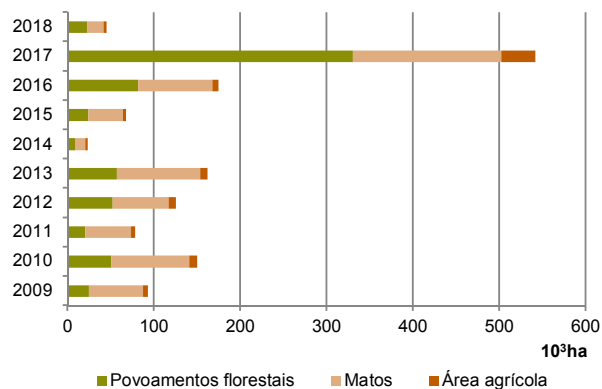
Figura 3.5 >> Superfície Ardida por Município para Incêndios Rurais de Maior dimensão (≥100 ha)



Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Em 2018, a maior parte da superfície ardida dividiu-se entre povoamentos florestais (49,2%) e matos (43,7%), registando a área agrícola um valor comparativamente pouco expressivo (7,0%). Na última década, só os anos 2017 e 2018 assinalaram uma área de povoamentos florestais ardida superior à ocupação dos matos. Contudo, foi em 2017 que esta situação foi mais evidente, com a área dos povoamentos ardidos a representar quase o dobro da área de matos ardida, concentrando 61,0% da área total ardida.

Figura 3.6 >> Superfície Ardida por tipo de ocupação



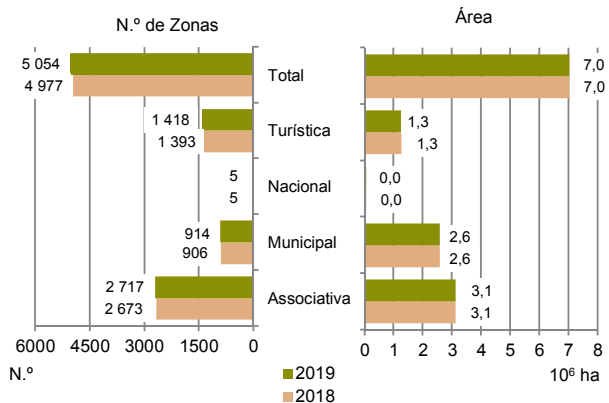
Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

Caça

Em abril de 2018, foi aprovado em Conselho de Ministros o Decreto-Lei 24/2018, que reforma o Regime Jurídico da Conservação, Fomento e Exploração dos recursos cinegéticos, com o objetivo de assegurar a sua gestão sustentável. Neste diploma é assente que as entidades titulares de zonas de caça, espaços naturais onde é autorizada a atividade cinegética pelas entidades a quem o Estado atribuiu a sua gestão ou a quem estas o delegarem, têm de apresentar um Plano de Ordenamento de Exploração Cinegética (POEC) no fim de cada período de concessão.

A classificação das zonas de caça é feita consoante a natureza da respetiva entidade gestora ou do fim a que se destina: Turística se gerida por entidades que tenham por objetivo a exploração económica dos recursos cinegéticos; Nacional se governada pelo Estado ou a quem este transferir a gestão; Municipal se administrada por autarquias ou associações de caçadores com vista a proporcionar o exercício organizado da caça, a um número maximizado de caçadores com condições de acesso especial; e por fim a Associativa, quando é gerida por associações ou clubes de caçadores. Em Portugal Continental, no ano 2019, a área de caça distribuiu-se por 7 milhões de hectares e por 5 054 zonas de caça, mais 11 mil hectares e 77 espaços que em 2018.

Figura 3.7 >> Zonas de caça por tipo de zona



Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

O maior aumento do número das zonas de caça incidiu nos espaços administrados associativamente (+44), seguido das zonas turísticas (+25) e dos espaços sob gestão municipal (+8).

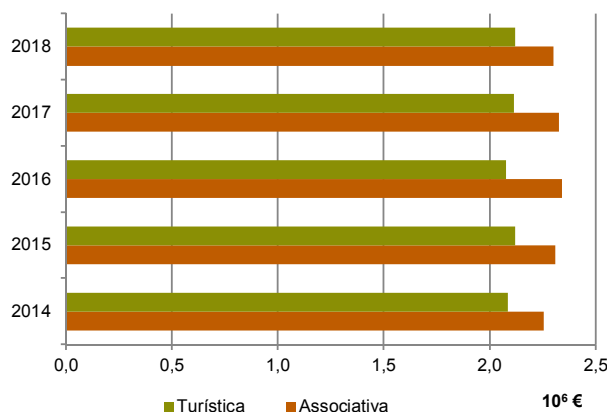
À semelhança dos últimos anos, as zonas de caça associativas continuaram a estar em maior número, com 2 717 (53,8% das existências), abrangendo 3,1 milhões de hectares que correspondem a 44,4% destes espaços em Portugal Continental. As zonas de caça municipais embora estejam em menor número (914) têm uma dimensão média superior, e ocupam 37% destas áreas com cerca de 2,6 milhões de hectares; seguidas das zonas de caça turísticas e das nacionais, com 1,3 e 0,04 milhões de hectares respetivamente.

A atividade da caça, em zona associativa ou turística, implica o pagamento de taxas anuais ao abrigo da Portaria n.º 431/2006, de 3 de maio, alterada pela Portaria n.º 210/2010 de 15 de abril.

A taxa anual devida pelas concessões de caça (zonas de caça associativas e turísticas) destina-se a pagar uma exclusividade de utilização (do recurso caça) ao Estado que a concede às respetivas entidades gestoras. Esta taxa é calculada por hectare de área concessionada e é diferenciada consoante o tipo de zona, pagando as associativas metade da taxa devida pelas turísticas.

A receita gerada por esta taxa, em 2018, foi de 4,4 milhões de euros (-0,5% de receita comparativamente a 2017), proveniente em 52,0% das zonas associativas e 48,0% das zonas turísticas.

Figura 3.8 >> Taxas Anuais por tipo de Zona de caça



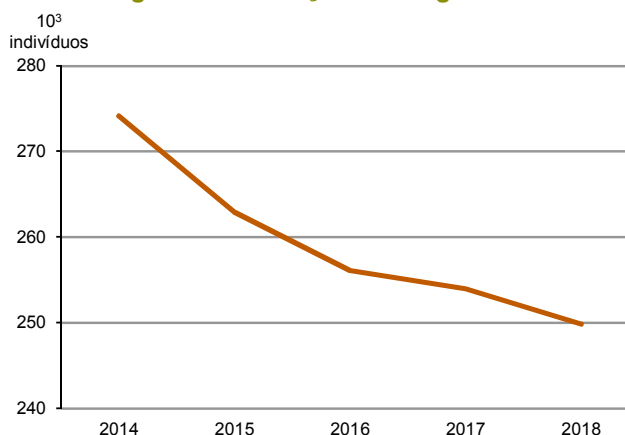
Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

O número de caçadores registados engloba todos os indivíduos detentores de carta de caçador, independentemente de terem ou não tirado a licença de caça. Esta carta deverá ser renovada anualmente, mediante o pagamento de uma taxa específica.

No Decreto-Lei 24/2018, referido anteriormente, é mencionada a agora afetação de parte das receitas provenientes das licenças de caça ao Fundo Florestal Permanente, por forma a garantir o financiamento da gestão correta e racional dos recursos cinegéticos, com vista ao desenvolvimento e valorização do mundo rural.

Em 2018 foram contabilizados 250 mil caçadores, tendo ocorrido um decréscimo de 1,6% relativamente ao ano anterior, ou seja menos 4 109 indivíduos requereram a licença de caça.

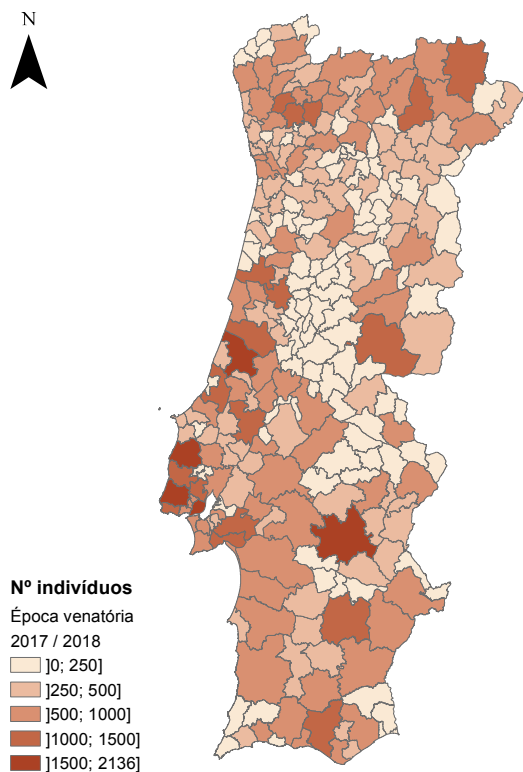
Figura 3.9 >> Caçadores registados



Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

As licenças de caça emitidas pelo ICNF permitem o exercício da atividade da caça em território determinado e para uma época venatória específica. Para cada época deverá ser feita a atualização da licença, mediante o pagamento de uma taxa, variável consoante o tipo de licença pretendido.

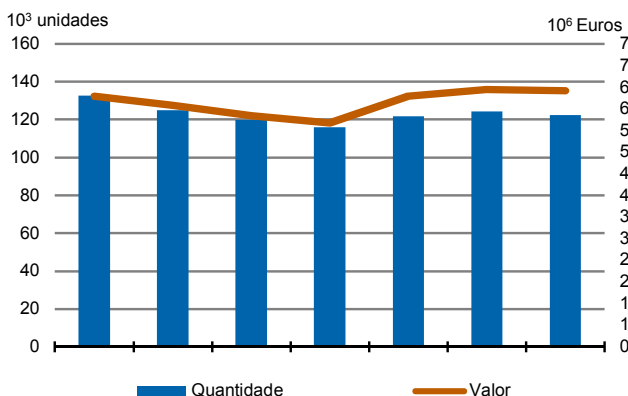
Figura 3.10 >> Caçadores registados por Município de Residência



Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

As 122 548 licenças de caça emitidas na época venatória 2018/2019 (124 436 em 2017), corresponderam a um decréscimo pouco significativo de 1,5%, gerando uma receita de 5,9 milhões de euros idêntica (-0,4%) à de 2017/2018.

Figura 3.11 >> Licenças de caça emitidas



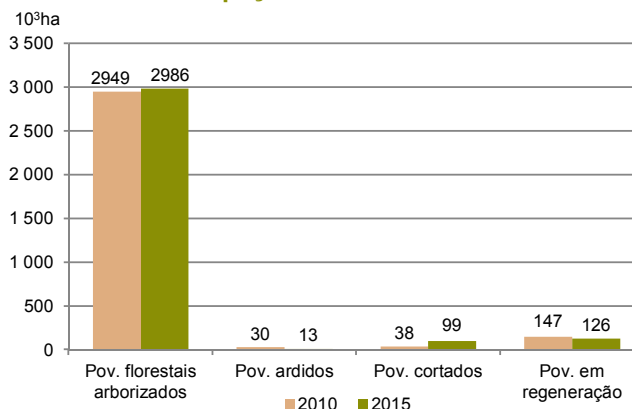
Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Inventário Florestal Nacional

O Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas divulgou os principais resultados do 6º Inventário Florestal Nacional (IFN6), referente ao ano 2015. Este foi realizado por fotointerpretação das coberturas aerofotográficas dos anos de 1995, 2005, 2010 e 2015, por forma a validar os dados do IFN4 e IFN5, e determinar o uso/ocupação do solo do território continental, e suas alterações. A metodologia inclui trabalho de terreno para medir e avaliar a vegetação existente, e recolher dados biométricos com vista a determinar o volume e biomassa existente.

Os espaços florestais, compostos por áreas de floresta, matos e pastagens e improdutivos, ocupavam em 2015, 69,4% do território de Portugal Continental. A floresta por si só preenche 3 223 mil hectares, 36,2% da área geográfica do Continente, repartindo-se por 92,6% de superfície florestal arborizada, 0,4% de povoamentos ardidos, 1,1% de áreas cortadas e 1,4% de povoamentos em regeneração.

Figura 3.12 >> Superfície Florestal por tipo de ocupação no Continente

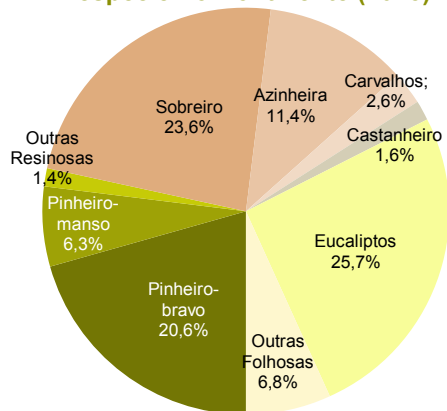


Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

De 2010 para 2015, o total de superfície florestal aumentou 1,3% (37 mil hectares). Contudo, parte dos espaços florestais estavam temporariamente desarborizados (238 mil hectares), mais 10,7%, devido principalmente à área de povoamentos cortados que mais que duplicou (+160,5%). Em contrapartida, houve uma redução dos povoamentos ardidos (-56,7%) e em regeneração (-14,3%).

Em 2015, na superfície florestal arborizada, a espécie mais representada era o Eucalipto, com 25,7% (766 mil hectares), seguido do Sobreiro com 23,6% e do Pinheiro-bravo com 20,6%. De referir que a área de paisagem comumente designada por “montados”, composta pelas espécies Sobreiro e Azinheira, ocupava em 2015, 1 046 mil hectares, cerca de 35% do território arborizado, aumentando 2 p.p. face a 2010.

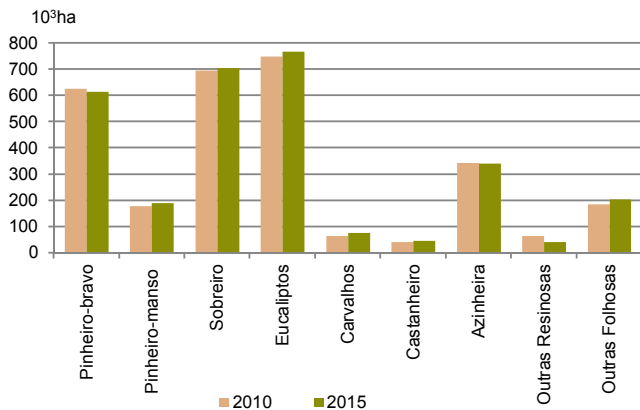
Figura 3.13 >> Superfície Florestal Arborizada por espécie no Continente (2015)



Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), IFN6 (2015)

O Eucalipto foi a espécie que registou maior expansão, com mais 18 mil hectares face a 2010. A maior parte das espécies consideradas também aumentou, nomeadamente os Carvalhos com 18,5%, o Castanheiro em 11,9%, as Outras folhosas com 9,7%, o Pinheiro-manso com 6,2% e o Sobreiro com 1,3%. Por oposição, Outras resinosas tiveram uma redução acentuada em 33,8% (-22 mil hectares), seguidas do Pinheiro-bravo com menos 1,8% (11 mil hectares), e por fim da Azinheira com menos 0,9% (3 mil hectares).

Figura 3.14 >> Superfície Florestal segundo as espécies no Continente



Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Quadro 3.3 >> Produção de produtos derivados da madeira

Portugal				
Produtos derivados	Unidade	2015	2016 Po	2017 Po
Carvão	1 000 t	9	6	7
Aparas e estilhas de madeira	1 000 m3	4 213	4 326	x
Madeira serrada	1 000 m3	1 156	1 085	983
Painéis de madeira (a)	1 000 m3	1 307	1 151	1 050
Folheados	1 000 m3	37	93	28
Painéis de fibras	1 000 m3	494	406	389
Fibras duras	"	0	1	28,808
MDF	"	494	405	360
Painéis de partículas	1 000 m3	738	700	661
Contraplacados	1 000 m3	38	82	x
Coníferas	"	15	43	x
Folhosas	"	23	39	x
Pastas químicas	1 000 t	2 612	2 624	2 648
Ao sulfato crua	"	218	228	222
Ao sulfato branquedada	"	2 348	2 397	2 426
Ao sulfito crua	"	0	0	0
Ao sulfito branquedada	"	46	0	0
Papel reciclado	1 000 t	1 057	753	753
Papéis e cartão	1 000 t	2 220	2 097	2 095
Destinos:				
usos gráficos	"	1 598	1 610	1 595
usos domésticos e sanitários	"	106	110	134
embalagem	"	516	378	367
outros papéis e cartões	"	0	0	0

Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Associação da Indústria Papeleira (CELPA); Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal (AIMMP); Centro PINUS

Quadro 3.4 >> Produção de gema nacional entrada nas fábricas, por NUTS II

Continente		Rubricas	Gema nacional entrada nas fábricas (a)		
NUTSII			Quantidade	Valor	Preço médio
		t	1 000 Euros	Euros/kg	
Continente	2017		8 004	8 364	1,04
	2018 Po		7 127	7 730	1,08
Norte	2017		1 855	1 921	1,04
	2018 Po		2 091	2 290	1,10
Centro	2017		5 822	6 104	1,05
	2018 Po		4 721	5 094	1,08
Area Metropolitana de Lisboa	2017		0	0	0,00
	2018 Po		0	0	0,00
Alentejo	2017		327	339	1,04
	2018 Po		315	346	1,10
Algarve	2017		0	0	0,00
	2018 Po		0	0	0,00

Fonte: INE, I. P., Estatísticas Florestais

(a) Gema contabilizada à entrada da fábrica.

Quadro 3.5 >> Gema nacional laborada e produção resultante da primeira transformação (colofónias de gema e aguarrás)

Continente		Rubricas	Gema nacional laborada (a) (b)	Colofónias de gema	Aguarrás
Anos					
	2017		9 306	5 808	1 454
	2018 Po		6 616	3 402	825

Fonte: INE, I. P., Estatísticas Florestais

(a) A diferença entre a gema entrada e a laborada corresponde à diferença de existências de gema entre o final e o início do ano.

(b) O somatório das colunas "Colofónias de gema" e "Aguarrás" não corresponde à coluna "Gema nacional laborada", devido à existências de perdas no processo de laboração da gema nacional.

Quadro 3.8 >> Zonas de Caça por tipo de zona

Continente

Tipo de Zona de caça	2015		2016		2017		2018		2019 Po	
	n.º	ha	n.º	ha	n.º	ha	n.º	ha	n.º	ha
Total	4 771	6 978 353	4 823	6 991 851	4 901	6 993 481	4 977	7 013 226	5 054	7 024 194
Associativa	2 570	3 088 758	2 614	3 106 189	2 644	3 096 535	2 673	3 116 451	2 717	3 121 442
Municipal	910	2 570 090	902	2 581 415	895	2 577 372	906	2 581 382	914	2 586 305
Nacional	5	43 874	5	43 441	5	43 671	5	43 671	5	43 671
Turística	1 286	1 275 631	1 302	1 260 805	1 357	1 275 903	1 393	1 271 721	1 418	1 272 776

Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Nota: existe alguma sobreposição das áreas relativas às zonas de caça.

Quadro 3.9 >> Taxas Anuais por tipo de Zona

Continente

Tipo de Zona de caça	2014		2015		2016		2017		2018	
	n.º	1 000 Euros	n.º	1 000 Euros	n.º	1 000 Euros	n.º	1 000 Euros	n.º	1 000 Euros
Total	3 724	4 338	3 791	4 426	3 845	4 415	3 913	4 439	4 031	4 416
Associativa	2 500	2 254	2 538	2 308	2 580	2 340	2 600	2 325	2 657	2 298
Turística	1 224	2 084	1 253	2 118	1 265	2 075	1 313	2 114	1 374	2 118

Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Quadro 3.10 >> Caçadores registados

Unidade: n.º

Classes de idade	2014	2015	2016	2017	2018
Total	274 121	262 917	256 102	254 001	249 892
Menos de 20 anos	846	807	862	801	798
Entre 21 a 30 anos	8 779	8 225	7 622	7 097	6 745
Entre 31 a 40 anos	29 812	28 050	26 026	23 643	21 626
Entre 41 a 50 anos	47 887	45 808	44 039	42 737	41 747
Entre 51 a 60 anos	73 824	71 910	69 858	67 863	65 543
Entre 61 a 70 anos	63 976	63 531	63 801	65 719	65 946
Entre 71 a 80 anos	36 179	33 497	32 844	33 862	34 382
Mais de 80 anos	12 818	11 089	11 050	12 279	13 105

Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Quadro 3.11 >> Licenças de caça emitidas

Continente														
Epoca venatória (a)	2012/2013		2013/2014		2014/2015		2015/2016		2016/2017		2017/2018		2018/2019	
	n.º	1 000 Euros	n.º	1 000 Euros	n.º	1 000 Euros	n.º	1 000 Euros	n.º	1 000 Euros	n.º	1 000 Euros	n.º	1 000 Euros
Tipo de Licença														
Total	132 799	5 789	124 855	5 581	119 946	5 341	116 029	5 173	121 606	5 795	124 436	5 941	122 538	5 915
Não residentes	1 137	118	1 292	138	1 274	136	1 622	173	1 811	195	1 921	197	2 067	199
Nacional	1 137	118	1 292	138	1 274	136	1 622	173	1 811	195	1 921	197	x	x
Residentes	131 662	5 671	123 563	5 443	118 672	5 204	114 407	5 000	119 795	5 601	122 515	5 744	120 471	5 716
Nacional	49 924	3 118	46 049	2 955	43 184	2 777	41 750	2 674	41 724	2 712	42 088	2 751	41 059	2 721
Regional (Regiões Cinegéticas-RC)	81 738	2 553	77 514	2 487	75 488	2 427	72 657	2 326	78 071	2 889	80 427	2 993	79 412	2 995
1ªRC	27 508	859	26 390	847	25 877	832	25 224	808	26 934	997	28 616	1 065	28 524	1 076
2ªRC	19 421	607	18 374	590	17 796	572	17 076	547	18 191	673	18 103	674	17 783	671
3ªRC	11 225	351	10 338	332	9 688	311	8 966	287	9 666	358	10 067	375	9 881	373
4ªRC	20 735	648	19 669	631	19 359	622	18 783	601	20 235	749	20 473	762	20 145	760
5ªRC	2 849	89	2 743	88	2 768	89	2 608	84	3 045	113	3 168	118	3 079	116

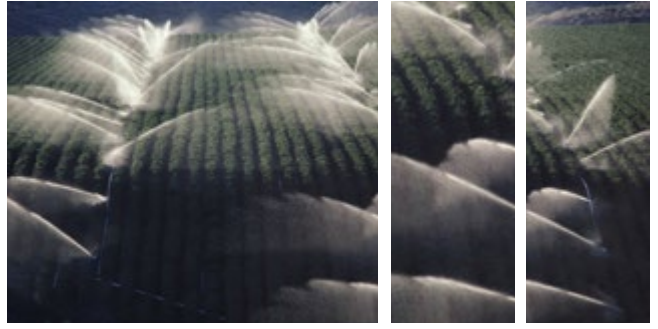
Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

(a) Período de referência: 1 de junho do ano n a 31 de maio do ano n+1.

Quadro 3.12 >> Empresas com atividade de caça e repovoamento cinegético - Principais variáveis por subclasse da CAE rev.3 e por NUTSII

Principais variáveis	2017				
	Empresas	Pessoal ao serviço	Gastos com o pessoal	Volume de Negócios	VABpm
NUTSII/CAE rev. 3	n.º		Euros		
01701					
Portugal	128	179	1 116 560	4 619 195	557 272
Continente	128	179	1 116 560	4 619 195	557 272
Norte	9	14	124 377	394 932	144 311
Centro	15	21	131 758	1 611 152	254 334
Area Metropolitana de Lisboa	30	48	385 486	1 288 663	65 421
Alentejo	62	81	416 914	1 024 256	20 981
Algarve	12	15	58 025	300 192	72 225
Açores	0	0	0	0	0
Madeira	0	0	0	0	0

Fonte: INE/I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)



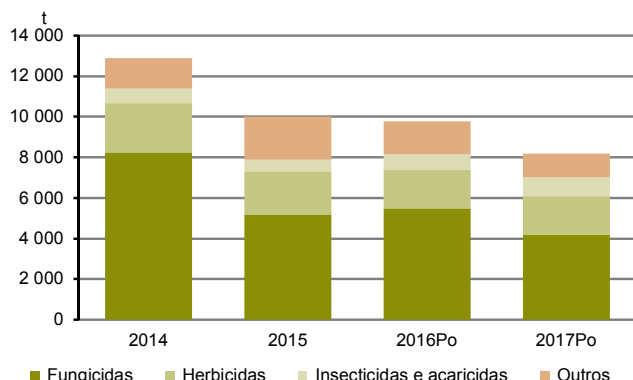
[AGRICULTURA E AMBIENTE]



4 - AGRICULTURA E AMBIENTE

4.1 - Produtos fitofarmacêuticos

Figura 4.1 >> Venda de produtos fitofarmacêuticos, por tipo de função



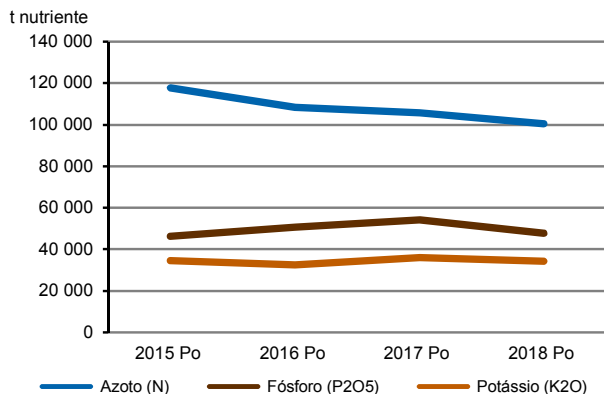
Fonte: Direção Geral de Veterinária e Alimentação.

A comercialização de produtos fitofarmacêuticos em Portugal rondou as 8 mil toneladas em 2017, menos 16,4% face a 2016. Este decréscimo acentuado ocorreu devido ao tempo seco que se fez sentir na época em que as culturas estão mais sujeitas a doenças, diminuindo a probabilidade da incidência destas ocorrências e, por essa razão, tendo conduzido a uma menor utilização de pesticidas, em particular de fungicidas.

A análise à estrutura de vendas permite destacar o grupo dos fungicidas como o mais importante, representando em 2017 cerca de 51,2% do volume total de vendas (56,0% em 2016), seguido dos herbicidas com 23,2% (19,5% em 2016) e dos Inseticidas e acaricidas com 11,6% (7,8% em 2016). De referir que o enxofre, substância ativa de toxicidade reduzida, foi responsável, neste ano, por 40,4% (37,6% em 2016) do volume de vendas dos fungicidas e por 20,7% do volume total de produtos fitofarmacêuticos (21,1% em 2016).

4.2 - Consumo aparente de fertilizantes

Figura 4.2 >> Consumo aparente de fertilizantes inorgânicos na agricultura

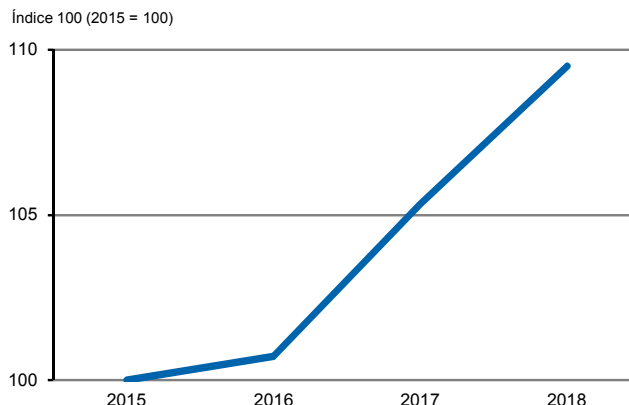


Fonte: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais

O consumo aparente de fertilizantes, expresso em macronutrientes Azoto (N), Fósforo (P₂O₅) e Potássio (K₂O), foi de 182 mil toneladas em 2018 (196 mil toneladas em 2017), refletindo um decréscimo de 4,9% face ao ano anterior.

A representatividade dos macronutrientes nos fertilizantes permite evidenciar o azoto, macronutriente com maior expressão no total do consumo aparente de fertilizantes com 55,1% em 2018 (53,9% em 2017), seguido do fósforo com 26,2% (27,7% em 2017) e por último do potássio com 18,8% (18,4% em 2017). Em termos de evolução face a 2015, realça-se o decréscimo da utilização do azoto em 14,8% até 2018, enquanto o fósforo aumentou 17,4% até 2017 e diminuiu 11,9% em 2018 face ao ano anterior. Para o decréscimo do consumo aparente de azoto terá contribuído a redução de 14,7% da área de cereais entre 2015 e 2018 e para o aumento de consumo de fósforo, até 2017, o acréscimo da área de culturas permanentes em 2,1% no mesmo período.

Figura 4.3 >> Índice de preços dos meios de produção na agricultura (Base 2015) - fertilizantes e corretivos



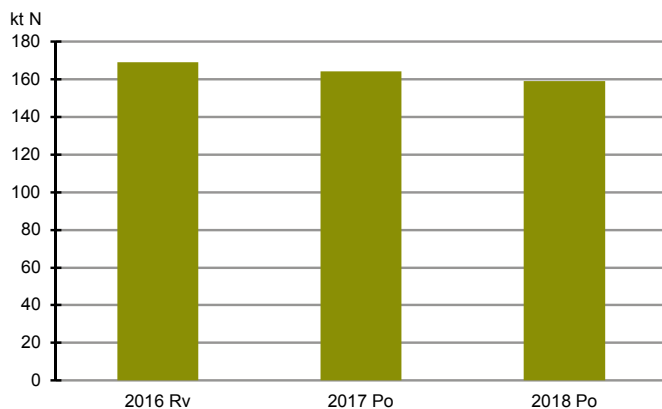
Fonte: INE, I. P., Índice de Preços na Agricultura

O decréscimo do consumo aparente de fertilizantes em 2018 acompanhou o aumento dos preços deste fator de produção no mesmo período, com o índice de preços destes produtos a aumentar a uma taxa de variação média de 3,1% ao ano entre 2015 e 2018, aumentando 4,0% em 2018 face ao ano anterior.

4.3 - Balanço de nutrientes

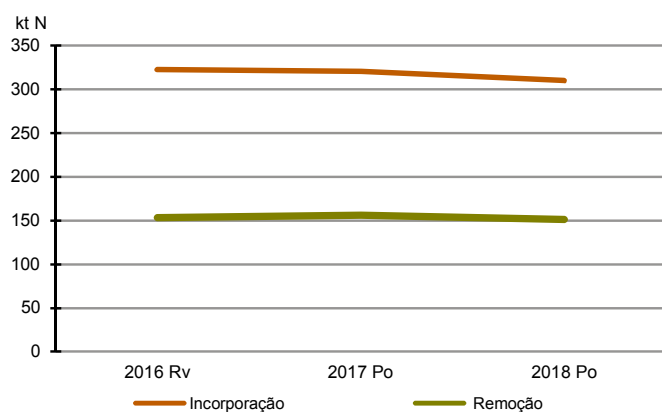
4.3.1 - Balanço do azoto

Figura 4.4 >> Balanço bruto do azoto



Fonte: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais

Figura 4.5 >> Componentes do balanço do azoto



Fonte: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais

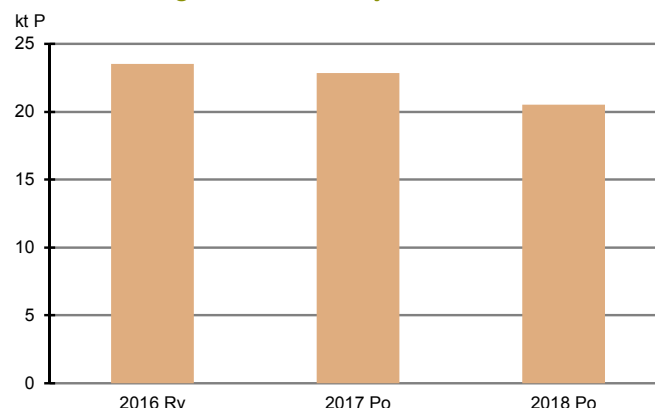
O balanço bruto do azoto no solo foi de 159 mil toneladas de N em 2018 (164 mil toneladas de N em 2017), equivalente a 44 kg de azoto por hectare de superfície agrícola utilizada (46 kg de azoto por hectare em 2017). Face a 2017, o balanço líquido deste macronutriente diminuiu 3,2%.

Esta evolução justifica-se pelo decréscimo em 3,2% da incorporação deste nutriente no solo face a 2017 (-10,1 mil toneladas de azoto), que resultou da menor incorporação de fertilizantes inorgânicos no solo (-5,0%) e da menor incorporação de estrume no mesmo período (-2,9%).

Por outro lado, em 2018, a remoção de azoto do solo pelas culturas agrícolas, forragens e pastagens diminuiu 3,1% (-4,9 mil toneladas de N). Realça-se o decréscimo da remoção de azoto pelas culturas permanentes (-12,6%, equivalente a -3,9 mil toneladas de N) e das culturas hortícolas (-16,8%, equivalente a -1,5 mil toneladas de N).

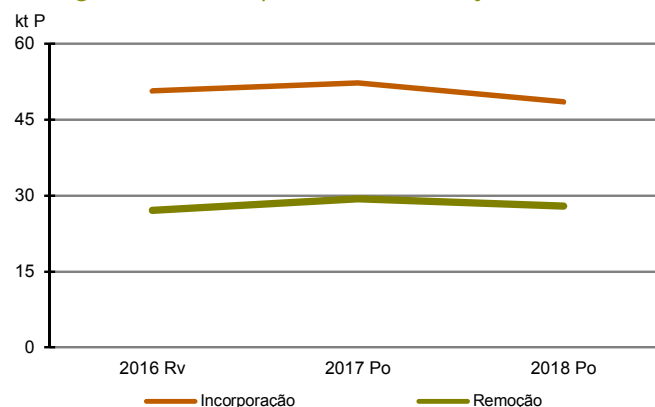
4.3.2 - Balanço do fósforo

Figura 4.6 >> Balanço do fósforo



Fonte: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais

Figura 4.7 >> Componentes do balanço do fósforo



Fonte: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais

Em 2018, o balanço do fósforo registou um excesso de 20,5 mil toneladas (22,8 mil toneladas de P em 2017), equivalente a 5,7 kg de fósforo por hectare de superfície agrícola utilizada (6,3 kg de P por hectare em 2017). Relativamente a 2017, o balanço deste macronutriente decresceu 10,1%.

O decréscimo do balanço do fósforo em 2018 face a 2017 deveu-se à evolução negativa mais acentuada da incorporação de fósforo (-7,3%, equivalente a -3,8 mil toneladas de P) relativamente ao decréscimo da remoção deste nutriente pelas culturas (-5,2%, equivalente a -1,5 mil toneladas de P). Ainda assim, a remoção de fósforo ficou abaixo da incorporação deste nutriente no solo contribuindo para o seu excedente.

O decréscimo da remoção de fósforo em 2018 foi particularmente expressivo nas culturas permanentes (-14,6% face a 2017, equivalente a -1,0 mil toneladas de P).

Quadro 4.1 >> Consumo aparente de Fertilizantes

Portugal		Unidade	2015	2016	2017	2018
Consumo aparente de fertilizantes inorgânicos azotados, fosfatados e potássicos na agricultura (a)						
Azoto	t N		117 906	108 440	105 684	100 450
Fósforo	t P ₂ O ₅		46 170	50 663	54 222	47 757
Potássio	t K ₂ O		34 646	32 406	36 008	34 258
Total	t		198 722	191 510	195 913	182 465

Fonte: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais

(a) Inclui consumo de fertilizantes inorgânicos em áreas de desporto e lazer.

Quadro 4.2 >> Produtos fitofarmacêuticos

Portugal		Unidade	2015	2016	2017
Vendas de produtos fitofarmacêuticos, por tipo de função					
Fungicidas		t s.a.	5 195	5 476	4 183
- Enxofre		t s.a.	2 545	2 060	1 692
Herbicidas		t s.a.	2 122	1 905	1 899
Insecticidas e acaricidas		t s.a.	564	767	945
Outros (a)		t s.a.	2126	1630	1145
Total de vendas		t s.a.	10 006	9 778	8 172
Vendas de produtos fitofarmacêuticos / Superfície agrícola utilizada		kg s.a./ha	2,7	2,7	2,3
Vendas de produtos fitofarmacêuticos (excluindo enxofre) / Superfície agrícola utilizada		kg s.a./ha	2,0	2,1	1,8

Fonte: Direção Geral de Veterinária e Alimentação.

(a) Inclui Fumigantes do solo, Moluscicidas, Reguladores de Crescimento, Rodenticidas e Outros.

Quadro 4.3 >> Balanço do azoto à superfície do solo

Portugal	Incorporação	Remoção	Balanço Bruto	Balanço Líquido	Balanço bruto/	Balanço líquido/
			(Incorporação - Remoção)	(Incorporação - Remoção - Emissões)	Superfície agrícola utilizada	Superfície agrícola utilizada
	t N			kg N / ha		
1995 Rv	352 693	177 319	175 375	125 060	44	32
1996 Rv	375 673	191 771	183 902	132 481	47	34
1997 Rv	369 983	175 693	194 290	143 667	50	37
1998 Rv	357 631	165 184	192 446	143 291	51	38
1999 Rv	355 683	220 089	135 594	84 091	34	21
2000 Rv	370 758	216 209	154 549	100 859	39	26
2001 Rv	343 251	165 901	177 350	125 915	46	33
2002 Rv	347 860	208 266	139 594	89 818	36	23
2003 Rv	318 345	163 304	155 041	110 997	41	29
2004 Rv	343 827	194 084	149 743	106 281	39	28
2005 Rv	318 223	147 954	170 269	127 712	45	33
2006 Rv	300 239	194 549	105 690	63 876	28	17
2007 Rv	325 441	169 706	155 735	113 296	43	31
2008 Rv	315 464	193 326	122 139	80 295	33	22
2009 Rv	304 283	171 972	132 311	91 238	36	25
2010 Rv	296 383	155 662	140 721	100 869	39	28
2011 Rv	301 800	157 819	143 980	103 683	40	28
2012 Rv	311 073	150 771	160 302	120 958	44	33
2013 Rv	305 113	163 505	141 608	103 203	38	28
2014 Rv	329 132	163 681	165 451	124 919	45	34
2015 Rv	326 546	163 713	162 833	121 480	44	33
2016 Rv	322 087	153 117	168 970	127 366	47	35
2017 Rv	320 217	156 005	164 212	122 296	46	34
2018 Po	310 093	151 142	158 950	x	44	x

Fonte: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais

Quadro 4.4 >> Balanço do fósforo à superfície do solo

Portugal					
	Incorporação	Remoção	Balanço Bruto (Incorporação - Remoção)		Balanço / Superfície agrícola utilizada
	t P				kg P / ha
1995 Rv	75 913	42 344	33 569		8,5
1996 Rv	75 376	45 940	29 436		7,5
1997 Rv	73 315	40 652	32 663		8,3
1998 Rv	68 199	34 827	33 373		8,8
1999 Rv	70 408	52 875	17 533		4,4
2000 Rv	71 750	51 194	20 557		5,2
2001 Rv	65 114	33 179	31 935		8,3
2002 Rv	65 808	48 228	17 580		4,5
2003 Rv	69 451	32 554	36 897		9,7
2004 Rv	83 112	41 969	41 144		10,6
2005 Rv	63 783	26 855	36 928		9,7
2006 Rv	51 563	43 524	8 038		2,1
2007 Rv	58 822	33 610	25 212		6,9
2008 Rv	47 258	42 874	4 384		1,2
2009 Rv	41 113	36 419	4 694		1,3
2010 Rv	46 696	30 601	16 095		4,4
2011 Rv	41 457	30 761	10 696		2,9
2012 Rv	42 978	27 334	15 645		4,3
2013 Rv	44 241	31 979	12 262		3,3
2014 Rv	45 720	30 965	14 756		4,0
2015 Rv	48 021	31 308	16 714		4,5
2016 Rv	50 635	27 091	23 544		6,5
2017 Rv	52 280	29 432	22 848		6,3
2018 Po	48 447	27 905	20 542		5,7

Fonte: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais

Quadro 4.5 >> Uso agrícola do solo e da água

Portugal								Unidade: %
	1989	1999	2003	2005	2007	2009	2013	2016
Composição da Superfície Agrícola Utilizada								
Terras aráveis	58,6	45,0	41,0	33,7	31,0	32,0	30,2	28,6
Culturas permanentes	19,7	18,4	18,3	17,6	17,2	18,8	19,5	19,4
Pastagens permanentes	20,9	36,0	40,1	48,1	51,3	48,7	49,9	51,5
Horta familiar	0,8	0,6	0,5	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Superfície irrigável / Superfície agrícola utilizada	21,9	20,5	17,7	16,3	16,9	14,7	15,1	15,1

Fonte INE, I.P., Recenseamento Geral da Agricultura - 1989, 1999 e 2009 e Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas - 2003, 2005, 2007, 2013 e 2016

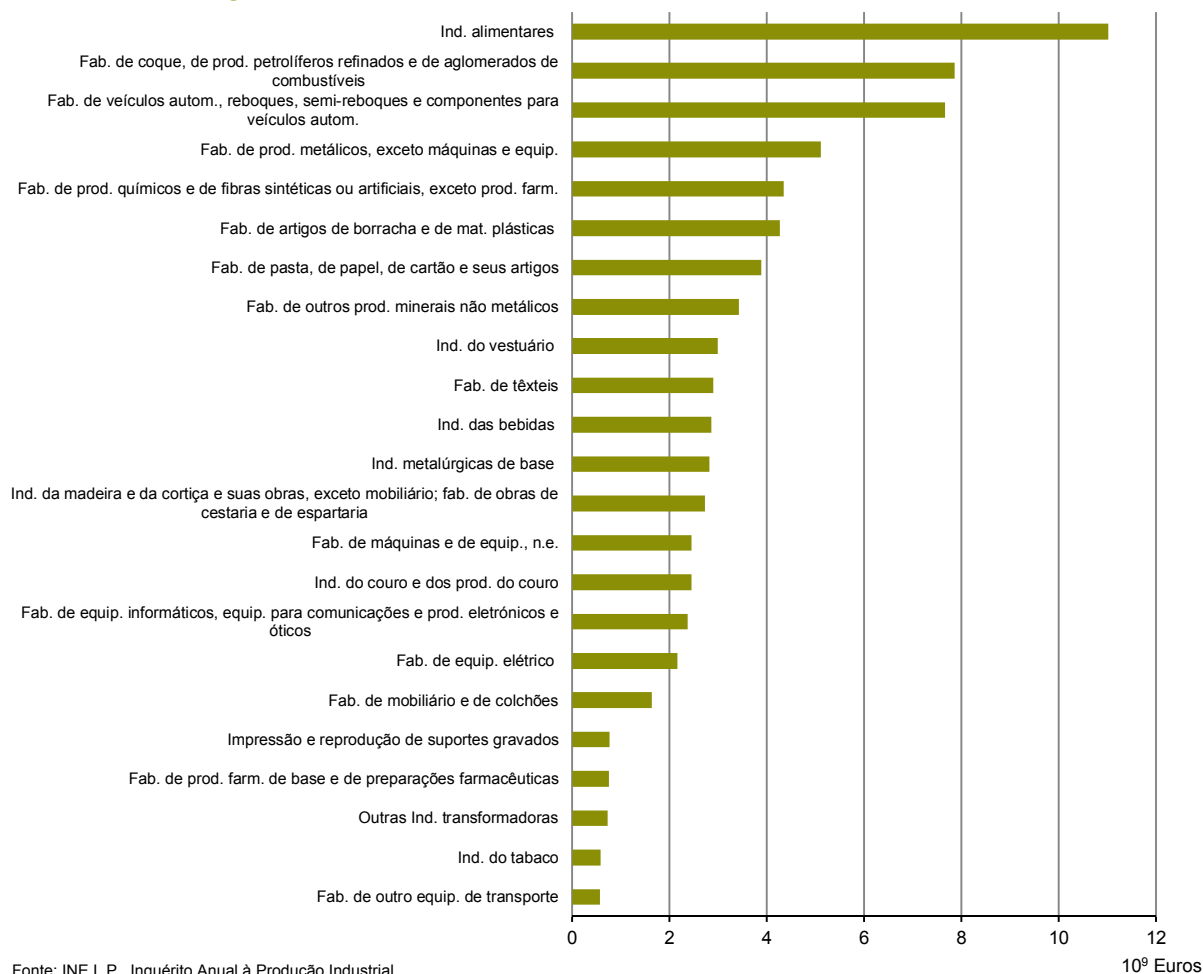


**[INDÚSTRIAS ALIMENTARES,
DAS BEBIDAS E DO TABACO]**



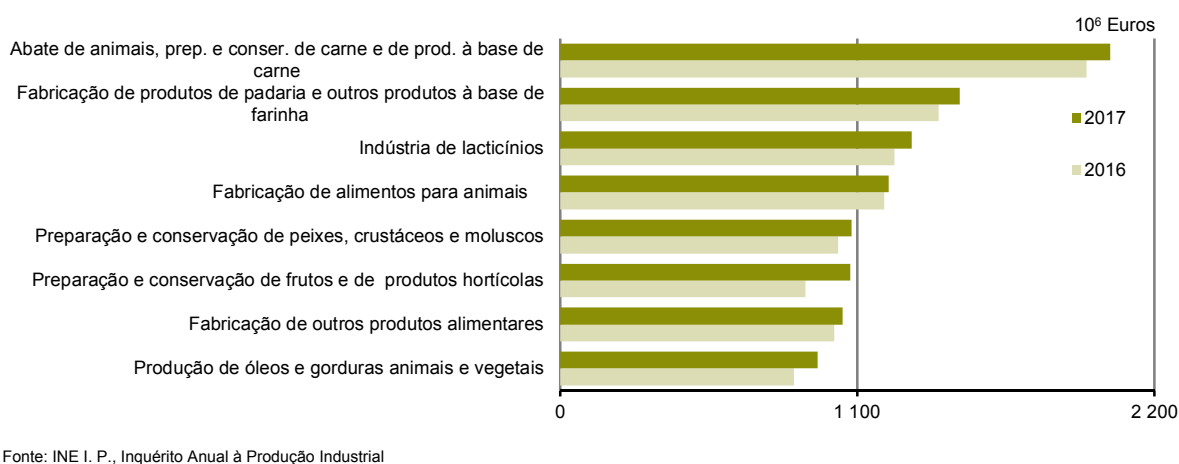
5 - INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO

Figura 5.1 >> Valor de vendas das Indústrias Transformadoras - 2017



Em 2017, o valor das vendas das Indústrias Alimentares atingiu 11 mil milhões de euros, mais 592 milhões de euros face a 2016. O posicionamento estrutural, relativamente ao total da Indústria Transformadora, manteve-se, continuando a indústria alimentar a ser a principal atividade da produção industrial nacional com 14,5% do total das vendas em 2017 (15,2% em 2016).

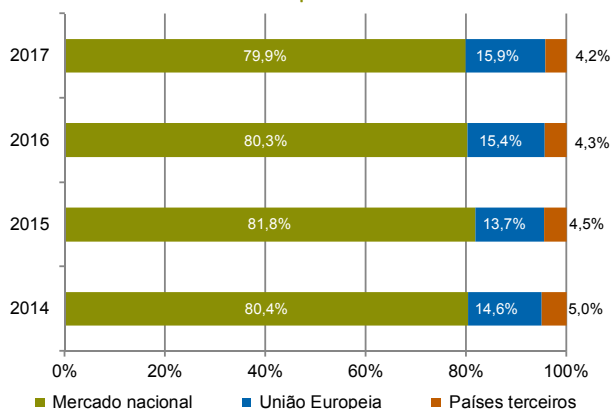
Figura 5.2 >> Valor de vendas das Indústrias Alimentares - 2016 e 2017



A atividade de “abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne” foi a mais valorizada das indústrias alimentares com 18,5% do total do valor de vendas em 2017 (18,7% em 2016), seguida da “fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha” com 13,4% (13,4% em 2016) e da “indústria de lacticínios” com 11,8% (11,9% em 2016).

O valor de vendas de todas as atividades das indústrias alimentares aumentou em 2017, realçando-se o acréscimo de 167 milhões de euros observado no valor de vendas da atividade de “preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas” e de 89 milhões na “produção de óleos e gorduras animais e vegetais”.

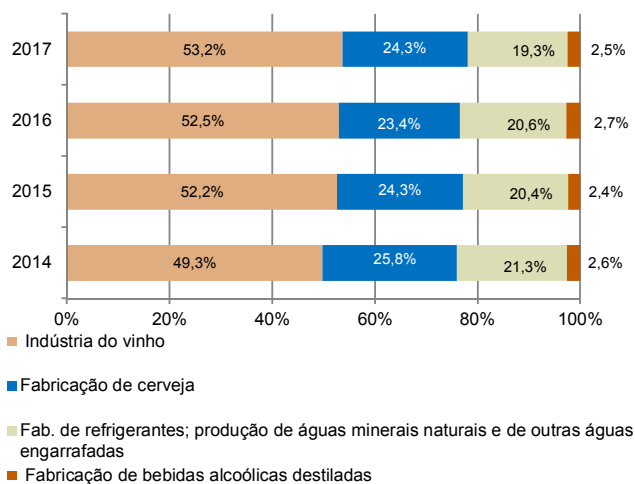
Figura 5.3 >> Valor de vendas das Indústrias Alimentares por mercados



Fonte: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

A análise à distribuição do valor de vendas por tipo de comércio revela que o mercado interno se mantém como principal destino da produção das Indústrias Alimentares. Em 2017, a sua contribuição para o valor total das vendas foi de 79,9%, menos 0,4 p.p. face a 2016, enquanto o mercado intracomunitário, com um peso de 15,9%, registou um aumento de 0,5 p.p. no mesmo período. Os países terceiros representaram 4,2% do total das vendas, com um decréscimo de 0,2 p.p. face a 2016.

Figura 5.4 >> Valor de vendas das Indústrias das Bebidas

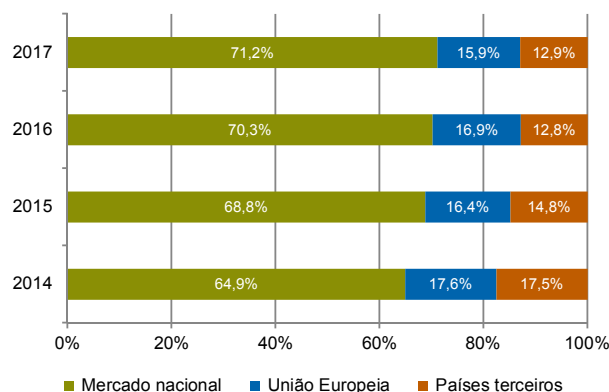


Fonte: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

A indústria das bebidas faturou em 2017 aproximadamente 2,9 mil milhões de euros, mais 203 milhões de euros que em 2016, tendo a “indústria do vinho” contribuído com 53,2% do total do valor das vendas (52,5% em 2016), seguida da “fabricação de cerveja” com 24,3% (23,4% em 2016) e da “fabricação de refrigerantes e produção de águas minerais naturais e de outras águas engarrafadas” com 19,3% (20,6% em 2016).

Realça-se ainda que a “indústria do vinho” voltou a reforçar a sua importância na estrutura de vendas da indústria das bebidas com um aumento de 125 milhões de euros em 2017 face a 2016. Já a “fabricação de cerveja” apresentou uma recuperação de 11,7% do valor de vendas dos seus produtos no mesmo período (+73 milhões de euros), contrariando o decréscimo que se observou no valor de vendas desta atividade entre 2011 e 2015 (-72 milhões de euros).

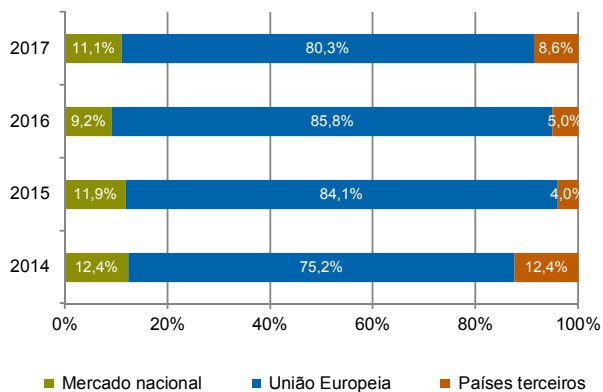
Figura 5.5 >> Valor de vendas da Indústria das Bebidas por mercados



Fonte: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

Tal como nas Indústrias Alimentares, também nas bebidas as vendas tiveram como principal destino o mercado nacional, 71,2% do valor das vendas em 2017 (+0,9 p.p. face a 2016), seguindo-se a União Europeia com 15,9% (-1,1 p.p. face a 2016) e os Países Terceiros com 12,9% (+0,1 p.p. face a 2016).

Figura 5.6 >> Valor de vendas da Indústria do Tabaco



Fonte: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

O valor das vendas obtido pela Indústria do Tabaco totalizou, em 2017, 574 milhões de euros, menos 103 milhões do que em 2016.

Em termos da distribuição do valor de vendas por mercados, constata-se que 11,1% do valor das vendas em 2017 teve como destino o mercado nacional (-1,3 p.p. face a 2014) e que 80,3% das vendas se destinaram à União Europeia (+5,1 p.p. face a 2014). O mercado dos Países Terceiros, que representava 12,4% desse total em 2014 em igualdade de importância com o mercado nacional, decresceu 3,8 p.p. em 2017, face a esse ano.

Quadro 5.1 >> Principais produtos produzidos - quantidades produzidas¹

Portugal				
Produtos	Quantidades produzidas	Unidade	2016	2017
101 - Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne (a)		t	1 240 935	1 182 906
1011 - Abate de gado (produção de carne) (a)		t	621 118	534 520
Carnes de bovino inteiras e em peças, refrigeradas		«	64 172	58 309
Carnes de suíno inteiras e em pedaços, refrigeradas		«	418 617	337 660
1012 - Abate de aves (produção de carne)		t	416 597	446 835
Carnes de aves, refrigeradas		«	363 515	395 069
1013 - Fabricação de produtos à base de carne		t	203 220	201 551
Preparações e conservas de suíno		«	73 464	72 710
Enchidos		«	60 111	64 300
102 - Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos		t	240 306	245 970
Peixes de água salgada, congelados		«	83 671	76 208
Bacalhau salgado seco (inclui desfiado)		«	42 271	39 305
Preparações e conservas de sardinha		«	12 271	9 959
Conservas de atum		«	23 037	30 836
Invertebrados aquáticos, congelados		«	20 569	20 278
103 - Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas (b)				
1031 - Preparação e conservação de batatas		t	40 546	46 243
1032 - Fabricação de sumos de frutos e de produtos hortícolas (c)				
Sumos de laranja	1 000 l	1 000 l	161 900	179 819
1039 - Outra preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas		t	709 739	878 078
10391 - Congelação de frutos e de produtos hortícolas		t	103 840	120 440
10392 - Secagem e desidratação de frutos e de produtos hortícolas		t	3 072	3 280
10393 - Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada		t	4 214	5 223
Marmelada		«	2 535	4 410
10394 - Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis		t	52 975	47 467
10395 - Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos		t	545 638	701 667
Produtos hortícolas e frutos conservados em vinagre ou em ácido acético		«	11 469	12 267
Preparações e conservação de tomate		«	397 825	423 103
104 - Produção de óleos e gorduras animais e vegetais		t	2 290 239	2 570 662
1041 - Produção de óleos e gorduras		t	2 244 063	2 524 322
Óleos refinados e suas frações, não quimicamente modificados (soja, azeitonas, girassol, óleos alimentares e outros)		«	271 451	344 385
1042 - Fabricação de margarinas e de gorduras alimentares similares		«	46 176	46 340
105 - Indústria de lacticínios (b)				
1051 - Indústria do leite e derivados		t	1 059 843	1 075 363
Leite		«	694 657	700 407
Leite em pó		«	25 674	31 374
Manteiga		«	30 592	32 090
Nata		«	21 168	21 133
Queijo de vaca		«	56 251	59 683
Iogurtes		«	111 655	107 083
1052 - Fabricação de gelados e sorvetes		1 000 l	35 228	37 577
Gelado de leite com gordura vegetal		«	28 941	29 756
Gelado de água		«	858	816
106 - Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, féculas e de produtos afins		t
1061 - Transformação de cereais e leguminosas		t	1 482 944	1 495 145
10611 - Moagem de cereais		t	1 149 433	1 165 431
Farinha de trigo		«	713 672	718 521
10612 - Descasque, branqueamento e outros tratamentos do arroz		«	262 460	252 107
Arroz branqueado		«	163 962	162 654

(a) Não inclui as peles.

(b) A ausência de totais deve-se à diferença da unidade nos produtos.

(c) Não inclui os "sumos de laranja congelados, não concentrados, não fermentado e sem adição de álcool"

(1) Em 2012 o IAPI tem melhoria de cobertura e novo processo de apuramento, motivos pelos quais os dados não são diretamente comparáveis com anos anteriores.

(continua)

Quadro 5.1 >> Principais produtos produzidos - quantidades produzidas (cont.)

Portugal				
Produtos	Quantidades produzidas	Unidade	2016	2017
10613 - Transformação de cereais e leguminosas, n.e.		t	71 051	77 607
Farinhas compostas		«	32 929	32 209
1062 - Fabricação de amidos, féculas e produtos afins		t
107 - Fabricação de produtos de padaria e outros				
produtos à base de farinha		t	787 968	865 291
1071 - Panificação e pasteleria		t	613 418	663 569
Pão de trigo		«	233 482	251 169
Pasteleria fresca		«	48 028	52 407
Doçaria regional		«	16 217	17 279
1072 - Fabricação de bolachas, biscoitos, tostas e pasteleria de conservação		t	94 986	119 351
Waffles e waffers		«	606	738
Bolachas e biscoitos		«	39 876	48 708
1073 - Fabricação de massas alimentícias, cuscus e similares		t	79 563	82 372
Massas alimentícias (espaguete)		«	32 326	33 286
108 - Fabricação de outros produtos alimentares (a)		t	804 835	734 426
1081 - Indústria do açúcar		t	398 364	317 403
Açúcar		«	383 231	304 318
1082 - Indústria do cacau, chocolate e dos produtos de confeitaria		t	30 121	33 370
10821 - Fabricação de cacau e chocolate		t	3 383	5 569
Chocolate		«
10822 - Fabricação de produtos de confeitaria		t	26 738	27 801
Amêndoas cobertas		«	788	1 356
Frutos, cascas de frutos e outras partes de plantas,		«	1 330	1 362
1083 - Indústria do café e do chá		t	47 041	47 689
Café		«	42 076	42 241
1084 - Fabricação de condimentos e temperos (a)		t	143 140	134 200
1085 - Fabricação de refeições e pratos pré-cozinhados		t	19 704	18 343
1086 - Fabricação de alimentos homogeneizados e dietéticos		t	24 824	29 200
1089 - Fabricação de outros produtos alimentares, n.e		t	141 639	154 220
10891 - Fabricação de fermentos, leveduras e adjuvantes para panificação e pasteleria		t	55 653	41 147
10892 - Fabricação de caldos, sopas e sobremesas		t	20 255	19 494
Preparações para sobremesa		«	3 304	3 487
10893 - Fabricação de outros produtos alimentares diversos, n.e.		t	65 732	93 579
109 - Fabricação de alimentos para animais		t	4 035 621	4 138 360
1091 - Fabricação de alimentos para animais de criação		t	3 899 936	3 990 395
Alimentos compostos para suínos		«	1 157 228	1 123 872
Alimentos compostos para bovinos		«	902 856	997 930
Alimentos compostos para frangos, galinhas e pintos		«	1 629 502	1 639 207
Alimentos para a criação de outros animais		«	166 255	175 581
1092 - Fabricação de alimentos para animais de companhia		t	135 685	147 965
110 - Indústria das bebidas (b)				
1101 - Fabricação de bebidas alcoólicas destiladas (c)		1 000 l alc (100%)	25 732	25 528
1102 - Indústria do vinho (d)		1 000 l	748 226	806 526
1103 - Fabricação de cidra e outras bebidas fermentadas de frutos		1 000 l	2 911	3 479
1104 - Fabricação de vermouths e de outras bebidas fermentadas não destiladas		l	0	0
1105 - Fabricação de cerveja (e)		1 000 l	663 587	761 876
Cerveja		«	663 587	761 876
1106 - Fabricação de malte		t
1107 - Fab. de refrigerantes; produção de águas minerais naturais e de outras águas engarrafadas		1 000 l	1 996 826	2 049 136
11071 - Engarrafamento de águas minerais naturais e de nascente		1 000 l	1 323 510	1 429 974
Águas minerais naturais		«	756 114	830 099
11072 - Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas, n.e.		1 000 l	673 315	619 162
Refrigerantes		«	672 682	617 850
120 - Indústria do tabaco (b)				
Cigarros		1 000 unid.	27 888 842	25 834 251

(a) Não inclui os vinagres.

(b) A ausência de totais deve-se à diferença da unidade nos produtos.

(c) Não inclui "desperdícios resultantes da destilação (bagaços de frutas), excepto cereais".

(d) Não inclui "desperdícios da produção do vinho (inclui bagaço de uva); borras e tártaro em bruto".

(e) Não inclui "Borras e desperdícios (dreches) da indústria da cerveja e da destilação".

Quadro 5.2 >> Principais produtos produzidos - quantidades vendidas¹

Portugal				
Produtos	Quantidades vendidas	Unidade	2016	2017
101 - Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne (a)		t	1 039 698	1 240 935
1011 - Abate de gado (produção de carne) (a)		t	454 767	621 118
Carnes de bovino inteiras e em peças, refrigeradas		«	192 006	328 390
Carnes de suíno inteiras e em pedaços, refrigeradas		«	279 430	418 617
1012 - Abate de aves (produção de carne)		t	387 759	416 597
Carnes de aves, refrigeradas		«	335 176	363 515
1013 - Fabricação de produtos à base de carne		t	197 172	203 220
Preparações e conservas de suíno		«	72 440	73 464
Enchidos		«	59 326	60 111
102 - Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos		t	227 755	240 306
Peixes de água salgada, congelados		«	82 754	83 671
Bacalhau salgado seco (inclui desfiado)		«	39 510	42 271
Preparações e conservas de sardinha		«	12 185	12 271
Conservas de atum		«	23 706	23 037
Invertebrados aquáticos, congelados		«	13 781	20 569
103 - Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas (b)				
1031 - Preparação e conservação de batatas		t	40 985	40 546
1032 - Fabricação de sumos de frutos e de produtos hortícolas (c)				
Sumos de laranja	1 000 l	1 000 l	158 478	161 900
1039 - Outra preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas		t	609 660	709 739
10391 - Congelação de frutos e de produtos hortícolas		t	103 037	103 840
10392 - Secagem e desidratação de frutos e de produtos hortícolas		t	3 040	3 072
10393 - Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada		t	4 333	4 214
Marmelada		«	2 559	2 535
10394 - Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis		t	52 659	52 975
10395 - Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos		t	446 591	545 638
Produtos hortícolas e frutos conservados em vinagre ou em ácido acético		«	11 659	11 469
Preparações e conservação de tomate		«	303 016	397 825
104 - Produção de óleos e gorduras animais e vegetais		t	1 870 534	2 290 239
1041 - Produção de óleos e gorduras		t	1 827 629	2 244 063
Óleos refinados e suas fracções, não quimicamente modificados (soja, azeitonas, girassol, óleos alimentares e outros)		«	111 826	271 451
1042 - Fabricação de margarinas e de gorduras alimentares similares		«	42 906	46 176
105 - Indústria de lacticínios (b)				
1051 - Indústria do leite e derivados		t	1 065 644	1 059 843
Leite		«	707 296	694 657
Leite em pó		«	25 984	25 674
Manteiga		«	31 466	30 592
Nata		«	21 142	21 168
Queijo de vaca		«	52 843	56 251
Iogurtes		«	110 896	111 655
1052 - Fabricação de gelados e sorvetes		1 000 l	35 251	35 228
Gelado de leite com gordura vegetal		«	28 908	28 941
Gelado de água		«	826	858
106 - Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, féculas e de produtos afins		t
1061 - Transformação de cereais e leguminosas		t	1 401 540	1 482 944
10611 - Moagem de cereais		t	1 073 653	1 149 433
Farinha de trigo		«	719 234	713 672
10612 - Descasque, branqueamento e outros tratamentos do arroz		«	258 062	262 460
Arroz branqueado		«	160 971	163 962

(a) Não inclui as peles.

(b) A ausência de totais deve-se à diferença da unidade nos produtos.

(c) Não inclui os "sumos de laranja congelados, não concentrados, não fermentado e sem adição de álcool"

(1) Em 2012 o IAPI tem melhoria de cobertura e novo processo de apuramento, motivos pelos quais os dados não são diretamente comparáveis com anos anteriores.

(continua)

Quadro 5.2 >> Principais produtos produzidos - quantidades vendidas (cont.)

Portugal				
Produtos	Quantidades vendidas	Unidade	2016	2017
10613 - Transformação de cereais e leguminosas, n.e.		t	69 824	71 051
Farinhas compostas		«	32 310	32 929
1062 - Fabricação de amidos, féculas e produtos afins		t
107 - Fabricação de produtos de padaria e outros				
produtos à base de farinha		t	759 087	787 968
1071 - Panificação e pasteleria		t	596 267	613 418
Pão de trigo		«	226 980	233 482
Pastelaria fresca		«	46 522	48 028
Doçaria regional		«	15 625	16 217
1072 - Fabricação de bolachas, biscoitos, tostas e pasteleria de conservação		t	83 469	94 986
Waffles e waffers		«	632	606
Bolachas e biscoitos		«	38 962	33 100
1073 - Fabricação de massas alimentícias, cuscus e similares		t	79 351	79 563
Massas alimentícias (espaguete)		«	31 991	32 326
108 - Fabricação de outros produtos alimentares (a)		t	827 988	804 835
1081 - Indústria do açúcar		t	421 217	398 364
Açúcar		«	406 312	383 231
1082 - Indústria do cacau, chocolate e dos produtos de confeitaria		t	30 068	30 121
10821 - Fabricação de cacau e chocolate		t	3 061	3 383
Chocolate		«
10822 - Fabricação de produtos de confeitaria		t	27 007	26 738
Amêndoas cobertas		«	771	788
Frutos, cascas de frutos e outras partes de plantas,		«	1 303	1 330
1083 - Indústria do café e do chá		t	47 173	47 041
Café		«	42 141	42 076
1084 - Fabricação de condimentos e temperos (a)		t	145 863	143 140
1085 - Fabricação de refeições e pratos pré-cozinhados		t	19 383	19 704
1086 - Fabricação de alimentos homogeneizados e dietéticos		t	24 777	24 824
1089 - Fabricação de outros produtos alimentares, n.e		t	139 507	141 639
10891 - Fabricação de fermentos, leveduras e adjuvantes para panificação e pasteleria		t	55 633	55 653
10892 - Fabricação de caldos, sopas e sobremesas		t	20 198	20 255
Preparações para sobremesa		«	3 343	3 304
10893 - Fabricação de outros produtos alimentares diversos, n.e.		t	63 677	65 732
109 - Fabricação de alimentos para animais		t	3 980 369	4 035 621
1091 - Fabricação de alimentos para animais de criação		t	3 845 636	3 899 936
Alimentos compostos para suínos		«	1 145 512	1 157 228
Alimentos compostos para bovinos		«	893 724	902 856
Alimentos compostos para frangos, galinhas e pintos		«	1 605 310	1 629 502
Alimentos para a criação de outros animais		«	160 351	166 255
1092 - Fabricação de alimentos para animais de companhia		t	134 733	135 685
110 - Indústria das bebidas (b)				
1101 - Fabricação de bebidas alcoólicas destiladas (c)		1 000 l alc (100%)	22 509	25 732
1102 - Indústria do vinho (d)		1 000 l	738 278	741 982
1103 - Fabricação de cidra e outras bebidas fermentadas de frutos		1 000 l	1 370	2 911
1104 - Fabricação de vermute e de outras bebidas fermentadas não destiladas		l	0	0
1105 - Fabricação de cerveja (e)		1 000 l	673 260	663 587
Cerveja		«	673 260	663 587
1106 - Fabricação de malte		t
1107 - Fab. de refrigerantes; produção de águas minerais naturais e de outras águas engarrafadas		1 000 l	1 954 803	1 996 826
11071 - Engarrafamento de águas minerais naturais e de nascente		1 000 l	1 300 890	1 323 510
Águas minerais naturais		«	752 231	756 114
11072 - Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas, n.e.		1 000 l	653 913	673 315
Refrigerantes		«	653 243	672 682
120 - Indústria do tabaco (b)				
Cigarros		1 000 unid.	27 358 942	27 888 842

(a) Não inclui os vinagres.

(b) A ausência de totais deve-se à diferença da unidade nos produtos.

(c) Não inclui "desperdícios resultantes da destilação (bagaços de frutas), excepto cereais".

(d) Não inclui "desperdícios da produção do vinho (inclui bagaço de uva); borras e tártaro em bruto".

(e) Não inclui "Borras e desperdícios (dreches) da indústria da cerveja e da destilação".

Quadro 5.3 >> Principais produtos produzidos - valor das vendas¹

Portugal		Unidade: 1 000 Euros	
Produtos	Valor de Vendas	2016	2017
10 - Indústrias alimentares		10 424 928	11 016 643
11 - Indústrias das bebidas		2 642 268	2 855 669
101 - Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne (a)		1 949 236	2 036 608
1011 - Abate de gado (produção de carne) (a)		1 010 193	1 039 830
Carnes de bovino inteiras e em peças, refrigeradas		168 587	169 507
Carnes de suíno inteiras e em pedaços, refrigeradas		600 983	624 282
1012 - Abate de aves (produção de carne)		641 900	687 225
Carnes de aves, refrigeradas		610 980	653 577
1013 - Fabricação de produtos à base de carne		635 517	654 355
Preparações e conservas de suíno		259 512	282 160
Enchidos		170 945	171 134
102 - Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos		1 029 406	1 079 892
Peixes de água salgada, congelados		323 064	336 131
Bacalhau salgado seco (inclui desfiado)		245 166	211 130
Preparações e conservas de sardinha		61 349	52 865
Conservas de atum		129 511	150 991
Invertebrados aquáticos, congelados		64 040	69 706
103 - Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas (b)		907 782	1 074 637
1031 - Preparação e conservação de batatas		129 703	136 426
1032 - Fabricação de sumos de frutos e de produtos hortícolas (b)		150 757	159 240
Sumos de laranja		8 171	8 698
1039 - Outra preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas		627 322	778 971
10391 - Congelação de frutos e de produtos hortícolas		104 311	108 752
10392 - Secagem e desidratação de frutos e de produtos hortícolas		9 885	11 180
10393 - Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada		10 003	9 682
Marmelada		4 162	6 161
10394 - Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis		78 716	84 233
10395 - Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos		424 407	565 120
Produtos hortícolas e frutos conservados em vinagre ou em ácido acético		13 007	12 508
Preparações e conservação de tomate		244 783	241 268
104 - Produção de óleos e gorduras animais e vegetais		864 905	953 405
1041 - Produção de óleos e gorduras		832 138	914 359
Óleos refinados e suas fracções, não quimicamente modificados (soja, azeitonas, girassol, óleos alimentares e outros)		87 694	104 070
1042 - Fabricação de margarinas e de gorduras alimentares similares		52 254	56 048
105 - Indústria de lacticínios		1 237 313	1 302 943
1051 - Indústria do leite e derivados		1 181 471	1 238 901
Leite		345 732	347 168
Leite em pó		58 892	63 277
Manteiga		106 231	130 800
Nata		40 583	43 169
Queijo de vaca		251 005	268 848
Iogurtes		132 882	131 146
1052 - Fabricação de gelados e sorvetes		55 843	64 042
Gelado de leite com gordura vegetal		38 968	42 492
Gelado de água		1 129	1 552
106 - Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, féculas e de produtos afins	
1061 - Transformação de cereais e leguminosas		499 114	508 279
10611 - Moagem de cereais		279 394	278 256
Farinha de trigo		212 571	211 695
10612 - Descasque, branqueamento e outros tratamentos do arroz		140 652	140 282
Arroz branqueado		111 628	112 938

(a) Não inclui as peles.

(continua)

(b) Não inclui os "sumos de laranja congelados, não concentrados, não fermentado e sem adição de álcool"

(1) Em 2012 o IAPI tem melhoria de cobertura e novo processo de apuramento, motivos pelos quais os dados não são diretamente comparáveis com anos anteriores.

Quadro 5.3 >> Principais produtos produzidos - valor das vendas (cont.)

Portugal		Unidade: 1 000 Euros	
Produtos	Valor de Vendas	2016	2017
10613 - Transformação de cereais e leguminosas, n.e.		79 069	89 741
Farinhas compostas		36 524	38 287
1062 - Fabricação de amidos, féculas e produtos afins	
107 - Fabricação de produtos de padaria e outros			
produtos à base de farinha		1 401 680	1 480 426
1071 - Panificação e pasteleria		1 071 035	1 134 511
Pão de trigo		315 755	335 276
Pastelaria fresca		208 431	210 216
Doçaria regional		82 967	90 029
1072 - Fabricação de bolachas, biscoitos, tostas e pasteleria de conservação		262 020	278 762
Waffles e wafers		1 553	1 703
Bolachas e biscoitos		106 502	116 324
1073 - Fabricação de massas alimentícias, cuscus e similares		68 626	67 153
Massas alimentícias (espaguete)		22 394	21 601
108 - Fabricação de outros produtos alimentares (a)		1 014 406	1 046 221
1081 - Indústria do açúcar		216 909	182 600
Açúcar		207 314	172 743
1082 - Indústria do cacau, chocolate e dos produtos de confeitaria		75 925	92 469
10821 - Fabricação de cacau e chocolate		15 260	27 767
Chocolate			
10822 - Fabricação de produtos de confeitaria		60 665	64 702
Amêndoas cobertas		5 396	6 877
Frutos, cascas de frutos e outras partes de plantas,		2 815	3 639
1083 - Indústria do café e do chá		335 549	355 113
Café		311 225	325 083
1084 - Fabricação de condimentos e temperos (a)		62 975	68 161
1085 - Fabricação de refeições e pratos pré-cozinhados		64 788	65 329
1086 - Fabricação de alimentos homogeneizados e dietéticos		75 123	88 506
1089 - Fabricação de outros produtos alimentares, n.e		183 138	194 044
10891 - Fabricação de fermentos, leveduras e adjuvantes para panificação e pasteleria		30 847	24 260
10892 - Fabricação de caldos, sopas e sobremesas		42 894	41 307
Preparações para sobremesa		9 730	10 060
10893 - Fabricação de outros produtos alimentares diversos, n.e.		109 398	128 477
109 - Fabricação de alimentos para animais		1 198 820	1 215 391
1091 - Fabricação de alimentos para animais de criação		1 136 655	1 144 394
Alimentos compostos para suínos		324 785	311 761
Alimentos compostos para bovinos		254 266	279 491
Alimentos compostos para frangos, galinhas e pintos		452 133	455 411
Alimentos para a criação de outros animais		60 216	65 461
1092 - Fabricação de alimentos para animais de companhia		62 165	70 997
110 - Indústria das bebidas	
1101 - Fabricação de bebidas alcoólicas destiladas (b)		72 633	71 847
1102 - Indústria do vinho (c)		1 393 212	1 518 102
1103 - Fabricação de cidra e outras bebidas fermentadas de frutos		323	171
1104 - Fabricação de vermouths e de outras bebidas fermentadas não destiladas	
1105 - Fabricação de cerveja (d)		608 445	669 614
Cerveja		608 445	669 614
1106 - Fabricação de malte	
1107 - Fab. de refrigerantes; produção de águas minerais naturais e de outras águas engarrafadas		547 153	550 141
11071 - Engarrafamento de águas minerais naturais e de nascente		188 105	205 385
Águas minerais naturais		132 243	145 128
11072 - Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas, n.e.		359 048	344 757
Refrigerantes		358 324	343 295
120 - Indústria do tabaco		676 601	574 072
Cigarros		631 582	529 267

(a) Não inclui os vinagres.

(b) Não inclui "desperdícios resultantes da destilação (bagaços de frutas), excepto cereais".

(c) Não inclui "desperdícios da produção do vinho (inclui bagaço de uva); borras e tártaro em bruto".

(d) Não inclui "Borras e desperdícios (dreches) da indústria da cerveja e da destilação".

Quadro 5.4 >> Empresas - Principais variáveis por classes da CAE rev.3, em 2017

Portugal						2017
CAE rev.3	Principais variáveis	Empresas	Pessoal ao serviço	Gastos		
				Principais gastos TOT	Gastos com o pessoal	Custos das mercadorias vendidas e materiais consumidos
		nº	10 ³ Euros			
10 - Total		9 327	97 268	12 973 599	1 448 961	9 345 715
101 Abat. anim., conser. de carne		690	17 257	2 747 982	245 349	2 091 695
102 Indústria trans. da pesca e aquí.		168	7 668	1 244 592	116 037	965 801
103 Ind. conser. frutos e prod. hort.		410	5 463	911 856	93 893	623 597
104 Prod. óleos e gord. animais		458	2 003	1 370 748	38 864	1 189 854
105 Indústria de lacticínios		451	7 009	1 510 420	141 801	1 086 278
106 Trans. cereais, legum. e afins		189	1 939	626 251	41 587	502 253
107 Fabr. de prod. padaria e outros		6 137	43 635	1 700 148	490 921	792 373
108 Fabri. de outros prod. aliment.		706	8 722	1 473 562	205 127	923 380
109 Fabr. de alim. para animais		118	3 572	1 388 039	75 382	1 170 485
11 - Indústria das bebidas		1 885	15 789	3 108 426	366 309	1 746 377
12 - Indústria do tabaco		6	655	356 383	31 097	296 371

CAE rev.3	Principais variáveis	Fornecimentos e serviços externos	Rendimentos			Formação bruta de capital fixo
			Principais rendimentos TOT	Vendas	Prestações de serviços	
		10 ³ Euros				
10 - Total		1 870 910 403	13 679 501	12 936 502	496 331	531 912
101 Abat. anim., conser. de carne		325 954 563	2 869 537	2 748 415	63 316	68 886
102 Indústria trans. da pesca e aquí.		126 180 254	1 295 790	1 254 697	31 135	40 284
103 Ind. conser. frutos e prod. hort.		173 601 820	985 714	911 869	38 563	62 290
104 Prod. óleos e gord. animais		112 915 158	1 423 873	1 318 479	39 807	22 757
105 Indústria de lacticínios		257 265 851	1 610 758	1 570 861	9 621	78 411
106 Trans. cereais, legum. e afins		71 018 793	641 618	637 285	2 044	36 732
107 Fabr. de prod. padaria e outros		377 475 000	1 832 869	1 539 964	279 354	135 428
108 Fabri. de outros prod. aliment.		306 638 605	1 575 058	1 529 867	24 810	65 629
109 Fabr. de alim. para animais		119 860 359	1 444 285	1 425 064	7 680	21 497
11 - Indústria das bebidas		869 436 105	3 516 624	3 272 297	90 002	215 804
12 - Indústria do tabaco		27 160 890	711 644	632 928	77 861	6 921

Fonte: INE; I. P., Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

Quadro 5.5 >> Empresas - Principais variáveis por classes da CAE rev.3 e NUTS II, em 2017

Portugal						2017
Principais variáveis NUTS II/CAE rev.3	Empresas	Principais gastos TOT	Volume de negócios	VAB pm	Formação bruta de capital fixo	
	nº	10 ³ Euros				
10						
Portugal	9 327	12 973 599	13 432 832	2 430 965	531 912	
Continente	8 881	
Norte	2 836	2 814 511	2 948 084	575 355	136 837	
Centro	504	
Área Metropolitana de Lisboa	2 873	3 678 966	3 868 400	673 266	159 742	
Alentejo	1 394	3 938 350	4 044 917	685 708	114 240	
Algarve	1 274	1 697 323	1 708 097	330 979	86 413	
Açores	262	
Madeira	184	
101						
Portugal	690	2 747 982	2 811 731	449 197	68 886	
Continente	663	2 691 428	2 753 536	438 204	67 856	
Norte	241	530 579	552 749	94 185	19 902	
Centro	9	2 306	2 245	479	46	
Área Metropolitana de Lisboa	205	1 016 110	1 069 078	164 873	29 370	
Alentejo	89	565 467	586 970	88 786	6 724	
Algarve	119	576 966	542 493	89 882	11 815	
Açores	25	
Madeira	2	
102						
Portugal	168	1 244 592	1 285 832	195 306	40 284	
Continente	150	1 124 023	1 168 696	179 358	38 813	
Norte	37	217 248	219 235	36 715	8 254	
Centro	14	13 926	14 016	3 520	7 115	
Área Metropolitana de Lisboa	72	776 921	814 397	118 511	16 387	
Alentejo	21	100 800	105 147	16 089	2 562	
Algarve	6	15 129	15 901	4 523	4 495	
Açores	12	83 489	78 382	10 498	1 096	
Madeira	6	37 080	38 754	5 450	374	
103						
Portugal	410	911 856	950 432	186 370	62 290	
Continente	397	908 640	947 341	185 397	62 207	
Norte	116	
Centro	28	
Área Metropolitana de Lisboa	109	268 371	285 186	62 694	27 583	
Alentejo	61	203 162	202 811	26 766	12 934	
Algarve	83	323 663	342 323	69 408	15 904	
Açores	9	2 855	2 702	809	71	
Madeira	4	362	389	164	11	
104						
Portugal	458	1 370 748	1 358 286	118 503	22 757	
Continente	458	1 370 748	1 358 286	118 503	22 757	
Norte	114	91 013	95 903	14 445	4 298	
Centro	2	
Área Metropolitana de Lisboa	224	
Alentejo	18	1 006 013	989 012	56 476	3 027	
Algarve	100	206 011	199 985	34 663	9 389	
Açores	0	0	0	0	0	
Madeira	0	0	0	0	0	
105						
Portugal	451	1 510 420	1 580 482	262 900	78 411	
Continente	407	1 161 580	1 223 446	215 623	69 298	
Norte	66	693 691	731 318	107 126	8 980	
Centro	26	3 202	3 591	1 741	816	
Área Metropolitana de Lisboa	132	188 517	200 538	39 557	15 956	
Alentejo	77	216 812	227 568	57 243	22 821	
Algarve	106	59 358	60 431	9 956	20 725	
Açores	30	346 803	355 165	46 985	8 809	
Madeira	14	2 037	1 872	292	303	

(continua)

Quadro 5.5 >> Empresas - Principais variáveis por classes da CAE rev.3 e NUTS II, em 2017 (cont.)

Portugal		2017				
NUTS II/CAE rev.3	Principais variáveis	Empresas	Principais gastos TOT	Volume de negócios	VAB pm	Formação bruta de capital fixo
		nº	10 ³ Euros			
106	Portugal	189	626 251	639 330	66 877	36 732
	Continente	185
	Norte	56	281 573	289 662	29 810	25 070
	Centro	5
	Área Metropolitana de Lisboa	86	80 095	80 316	11 273	2 004
	Alentejo	17	202 356	206 449	17 800	8 019
	Algarve	21	51 496	51 566	4 338	1 377
	Açores	2
	Madeira	2
107	Portugal	6 137	1 700 148	1 819 318	665 298	135 428
	Continente	5 845	1 635 571	1 751 576	638 094	131 336
	Norte	1 981	558 427	591 514	201 017	43 158
	Centro	389	43 582	48 328	21 800	2 510
	Área Metropolitana de Lisboa	1 853	429 255	463 411	177 012	47 519
	Alentejo	895	472 203	491 109	169 082	26 952
	Algarve	727	132 105	157 214	69 183	11 198
	Açores	150	26 577	28 400	11 486	1 120
	Madeira	142	38 000	39 342	15 718	2 971
108	Portugal	706	1 473 562	1 554 677	337 494	65 629
	Continente	668	1 453 707	1 536 240	333 312	65 481
	Norte	214	275 048	292 665	59 083	20 463
	Centro	30	13 549	13 668	4 063	888
	Área Metropolitana de Lisboa	136	111 310	115 815	18 501	4 981
	Alentejo	198	958 211	1 018 794	226 998	28 433
	Algarve	90	95 589	95 297	24 667	10 716
	Açores	26	11 124	8 797	991	-86
	Madeira	12	8 731	9 640	3 190	234
109	Portugal	118	1 388 039	1 432 744	149 020	21 497
	Continente	108	1 277 323	1 317 336	130 287	15 435
	Norte	11
	Centro	1
	Área Metropolitana de Lisboa	56
	Alentejo	18	213 327	217 057	26 469	2 770
	Algarve	22	237 007	242 886	24 360	794
	Açores	8
	Madeira	2
11	Portugal	1 885	3 108 426	3 362 300	875 250	215 804
	Continente	1 829
	Norte	718	1 401 882	1 519 972	406 695	93 338
	Centro	90
	Área Metropolitana de Lisboa	598	319 671	341 580	92 144	30 503
	Alentejo	177	870 941	955 783	249 948	46 150
	Algarve	246	441 032	463 301	97 721	38 874
	Açores	28
	Madeira	28
12	Portugal	6	356 383	710 789	387 869	6 921
	Continente	4
	Norte	0	0	0	0	0
	Centro	0	0	0	0	0
	Área Metropolitana de Lisboa	1
	Alentejo	3
	Algarve	0	0	0	0	0
	Açores	1
	Madeira	1

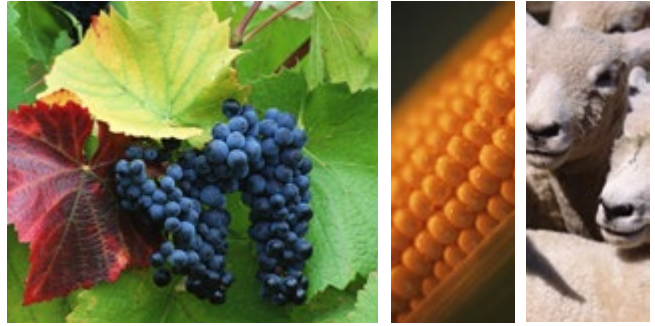
Fonte: INE; I. P., Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

Quadro 5.7 >> Produção de alimentos compostos para animais

Portugal		Unidade: t		
Grupos de referência	Anos	2016	2017	2018
Total (a)		3 121 951	3 185 931	3 263 641
Aves		1 336 463	1 408 078	1 418 615
Alimentos compostos completos		1 332 207	1 404 497	1 412 515
Carne		966 589	1 021 677	971 491
Postura e reprodução		328 743	346 471	398 067
Diversos		36 875	36 349	42 957
Alimentos complementares proteicos		4 256	3 581	6 100
Bovinos		691 933	730 654	752 839
Vitelos		30 441	38 763	40 052
Bovinos recria e engorda		254 013	265 506	305 430
Vacas leiteiras		323 805	341 398	323 309
Alimentos complementares proteicos		4 471	2 683	1 016
Outros		23 633	32 612	33 745
Alimentos aleitamento		55 570	49 692	49 287
Suínos		795 709	741 916	732 040
Alimentos compostos completos		795 674	741 905	732 005
Reprodutoras		138 594	148 334	154 820
Leitões		77 151	74 368	76 573
Crescimento e engorda		480 117	441 095	443 284
Acabamento		71 309	45 195	30 309
Outros		28 503	32 913	27 019
Alimentos complementares proteicos		35	11	35
Caprinos		12 741	13 370	22 759
Ovinos		28 307	30 020	43 198
Equídeos		20 977	21 501	28 915
Coelhos		75 250	67 100	61 045
Cães e gatos		113 000	120 630	144 392
Outros		47 571	52 663	59 838

Fonte: Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais (IACA)

(a) Farinados e granulados



**[COMÉRCIO
INTERNACIONAL -
PRODUTOS AGRÍCOLAS E
AGRO ALIMENTARES]**



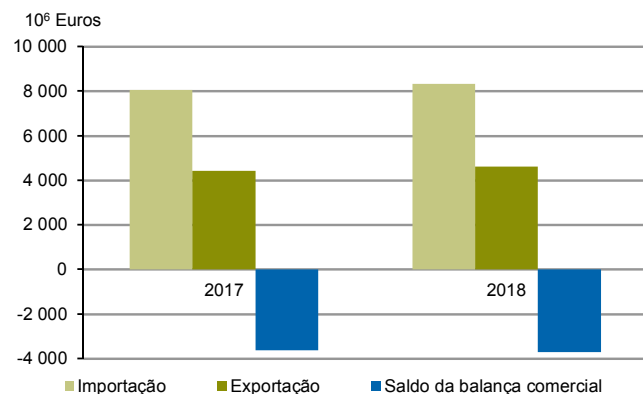
6 - COMÉRCIO INTERNACIONAL - PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROALIMENTARES

PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROALIMENTARES (exceto bebidas)

SALDO DA BALANÇA COMERCIAL

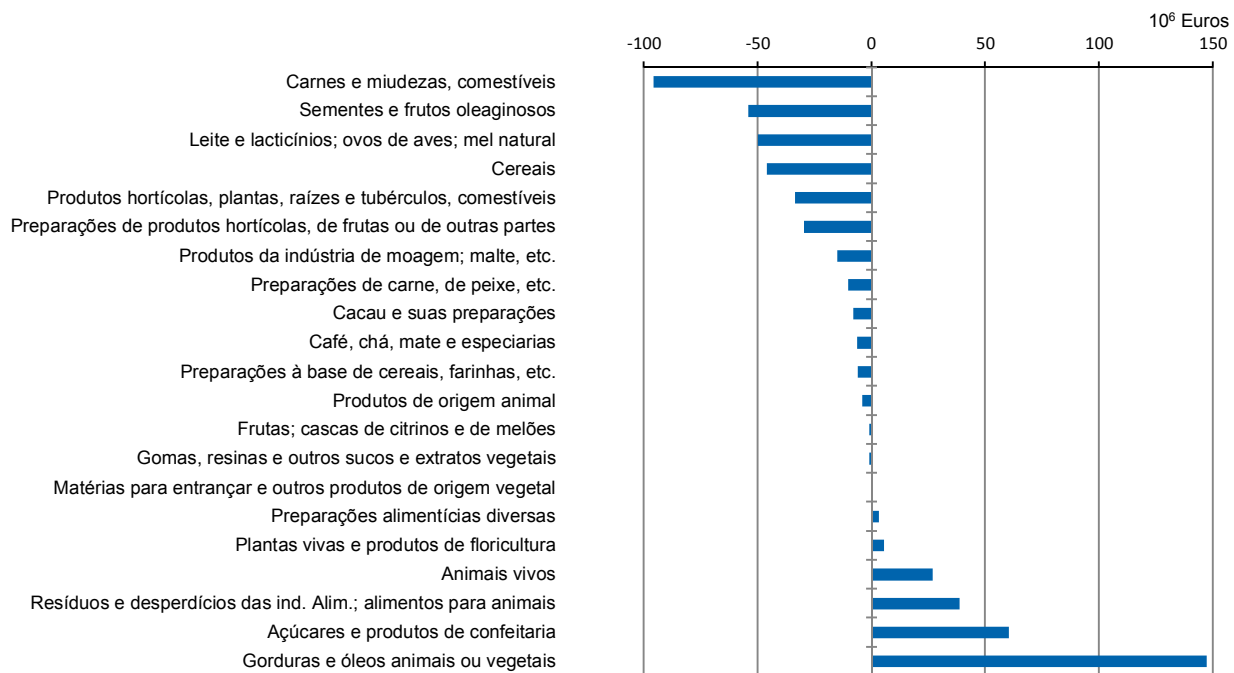
O saldo da balança comercial dos “Produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas)” totalizou -3 705,8 milhões de euros em 2018, o que corresponde a um aumento do défice em 80,0 milhões de euros face ao ano anterior. Esta evolução desfavorável deveu-se ao aumento das importações (+261,9 milhões de euros) ter sido superior ao acréscimo das exportações (+181,8 milhões de euros) neste tipo de produtos.

Figura 6.1 >> Comércio Internacional dos produtos agrícolas e agroalimentares



Fonte: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Figura 6.2 >> Variação do saldo da Balança Comercial dos produtos agrícolas e agroalimentares (2018-2017)



Fonte: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

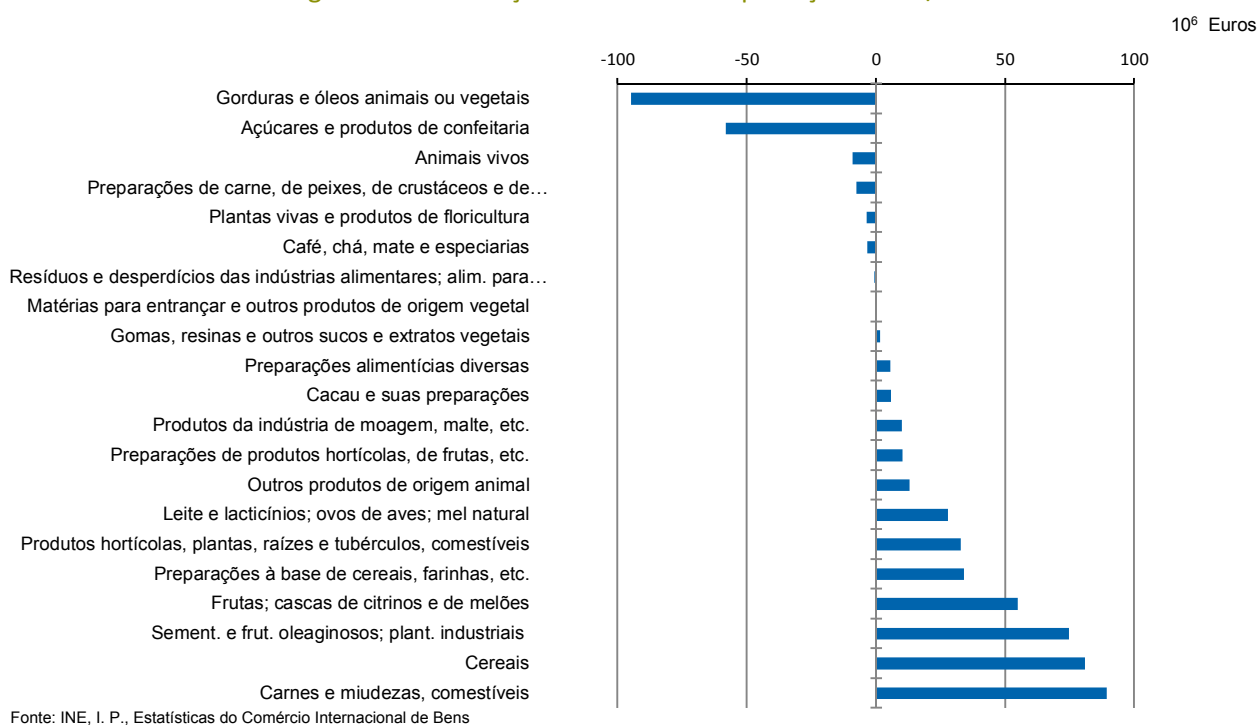
O grupo que apresentou a evolução mais desfavorável foi, tal como no ano anterior, o grupo da “Carne e miudezas, comestíveis”, com o défice deste grupo a atingir 920,3 milhões de euros (aumento do défice em 96,0 milhões de euros face a 2017), mantendo-se assim o défice mais elevado. Em sentido contrário, é de salientar o aumento do saldo em 147,2 milhões de euros nas “Gorduras e óleos animais ou vegetais”, totalizando 172,5 milhões de euros e passando a maior excedente (posição ocupada pelas “Preparações de produtos hortícolas” em 2017).

Os 2º e 3º maiores saldos negativos continuaram a verificar-se nos grupos dos “Cereais” (-743,8 milhões de euros) e “Sementes e frutos oleaginosos; plantas industriais” (-614,1 milhões de euros).

IMPORTAÇÕES

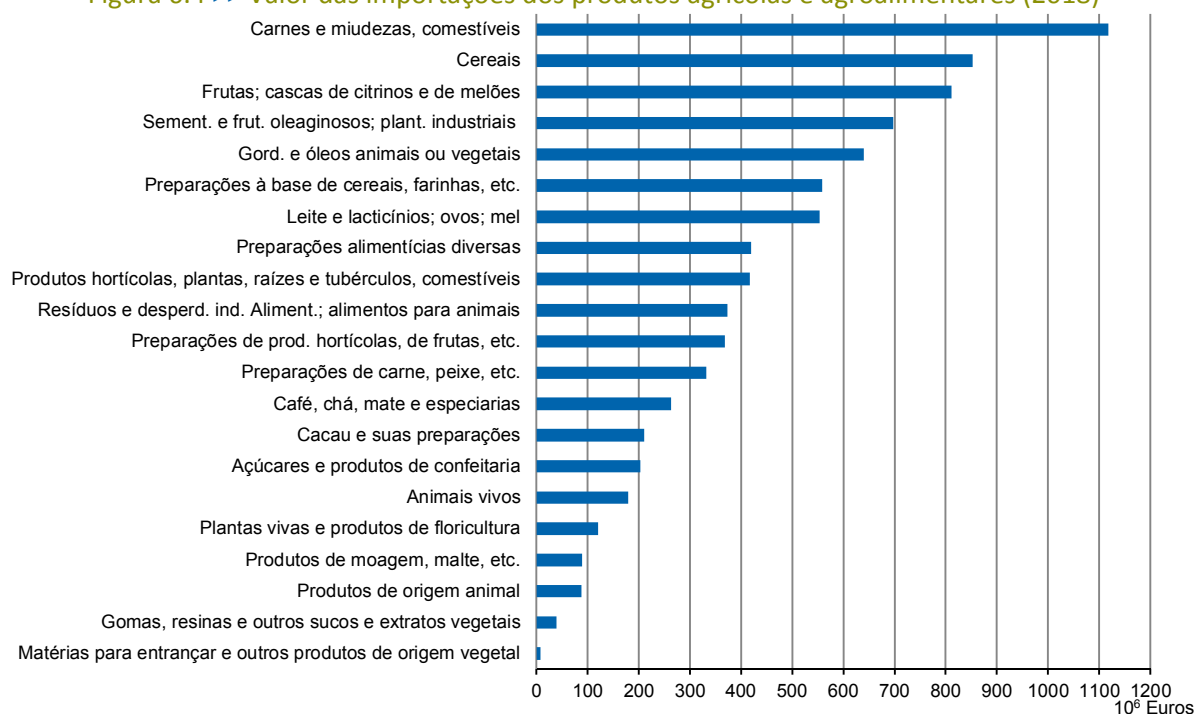
As importações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) aumentaram 3,2% em 2018 relativamente ao ano anterior, tendo atingido 8 332,7 milhões de euros. Esta evolução ocorreu principalmente nos grupos “Carne e miudezas, comestíveis”, “Cereais” e “Sementes e frutos oleaginosos; plantas industriais”.

Figura 6.3 >> Variação do valor das importações 2018/2017



O maior acréscimo em 2018 registou-se nas importações de “Carne e miudezas, comestíveis” (correspondente a +8,7%), principalmente de “Carne de bovino (fresca ou refrigerada)”, permanecendo assim como o principal grupo de produtos importados por Portugal no âmbito dos “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas), com um peso de 13,4% (+0,7 p.p. face a 2017). Espanha, que registou o maior aumento, manteve-se como principal fornecedor de “Carne e miudezas, comestíveis” com um peso de 67,4% (-0,4% p.p. face a 2017).

Figura 6.4 >> Valor das importações dos produtos agrícolas e agroalimentares (2018)



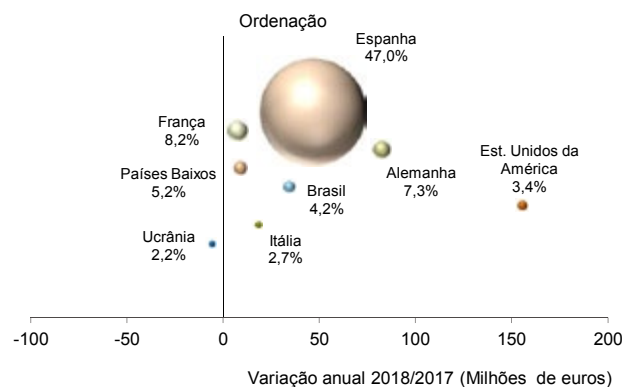
No grupo dos “Cereais” verificou-se o segundo maior acréscimo em valor nas importações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas), correspondendo a um aumento de 10,5% face ao ano anterior, mantendo-se como 2º principal grupo de produtos importados por Portugal, com um peso de 10,2% (+0,7 p.p. face a 2017). Este aumento deveu-se sobretudo ao aumento das importações de “Milho”. França (peso de 22,5%, -0,9 p.p. face ao ano anterior) e Ucrânia (peso de 16,9%, +1,5 p.p.) mantiveram as suas posições como 1º e 2º principais fornecedores de “Cereais”, respetivamente. O Brasil registou o maior aumento, ascendendo a 3º principal fornecedor (4º em 2017) com um peso de 14,4% (+2,0 p.p. face a 2017), trocando a sua posição com Espanha.

As importações de “Sementes e frutos oleaginosos; plantas industriais” aumentaram 12,0% face ao ano anterior, aumentando o peso no total das importações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) para 8,4% (era 7,7% em 2017). Os Estados Unidos apresentaram o maior crescimento, ascendendo a principal fornecedor em 2018 (6º em 2017) com um peso de 27,9% (+20,3 p.p. face ao ano anterior), substituindo o Brasil que passou a ser o 2º principal fornecedor (peso de 15,1%, -3,3 p.p. face a 2017).

As “Frutas; cascas de citrinos; melões”, mantiveram-se como 3º principal grupo de produtos importado em 2018 (peso de 9,7%, +0,4 p.p. face a 2017). Espanha reforçou a sua posição como principal fornecedor, atingindo o peso de 51,7% face a 50,6% em 2017, seguida da África do Sul (peso de 11,7%, +1,0 p.p. face ao ano anterior).

É de destacar ainda as significativas reduções nas importações de “Gorduras e óleos animais ou vegetais” (-12,9%) e de “Produtos de confeitaria” (-22,3%), em ambos os grupos, devido principalmente à redução das importações provenientes de Espanha que, ainda assim, permaneceu como o principal fornecedor dos dois tipos de produtos.

Figura 6.5 >> Importações de produtos agrícolas e agroalimentares por principais países de origem, 2018



Fonte: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Nota: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da entrada de bens em 2018.

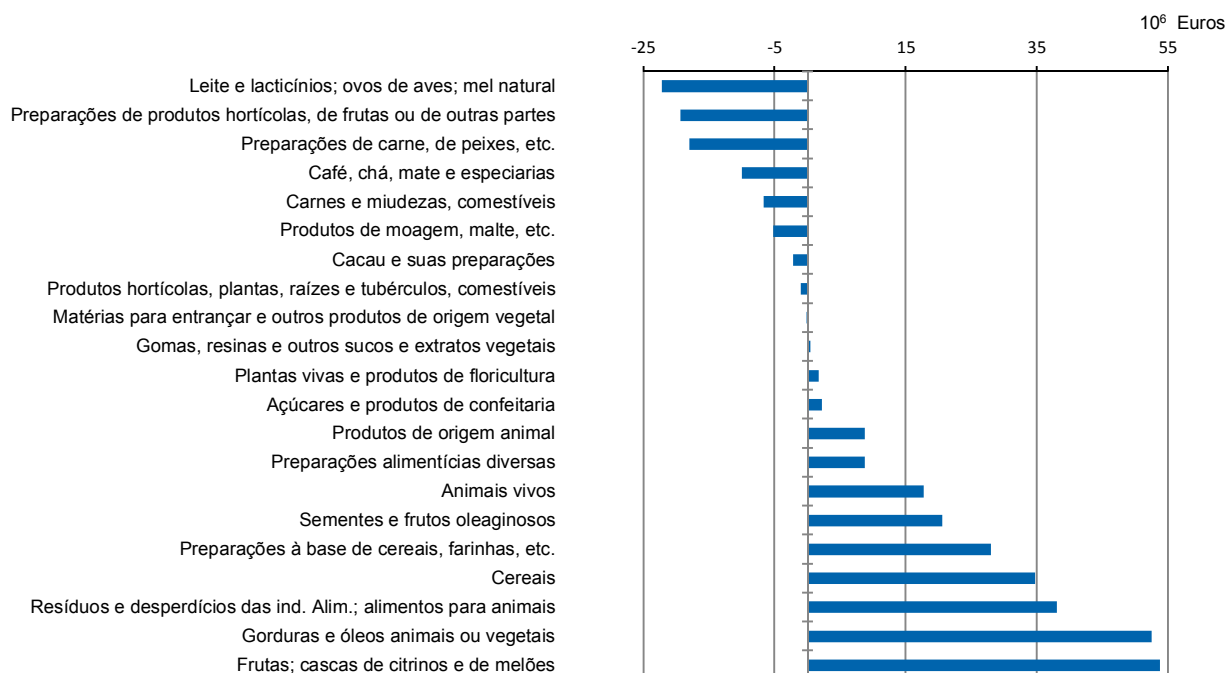
Em termos da globalidade das importações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas), os países Intra-UE mantiveram o seu domínio como fornecedores deste tipo de produtos, apesar de apresentarem uma diminuição do seu peso no total (79,4%, -0,4 p.p. face a 2017).

Espanha continuou a ser o principal fornecedor destes produtos com um peso de 47,0% (-1,0 p.p. face a 2017), apresentando o terceiro maior acréscimo na globalidade dos países. O maior aumento nas importações provenientes de Espanha ocorreu nas “Carne e miudezas, comestíveis” (+8,1%), permanecendo como o principal grupo de produtos importados deste mercado. As “Gorduras e óleos animais ou vegetais” e as “Frutas; cascas de citrinos; melões” permaneceram como os 2º e 3º principais grupos de produtos importados deste mercado, respetivamente.

França e Alemanha permaneceram como 2º e 3º principais fornecedores de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas). Os Estados Unidos (+121,4%) e a Alemanha (+15,6%) foram os países com maior acréscimo nas importações portuguesas deste grupo de produtos, ambos devido aos acréscimos de “Sementes e frutos oleaginosos”.

EXPORTAÇÕES

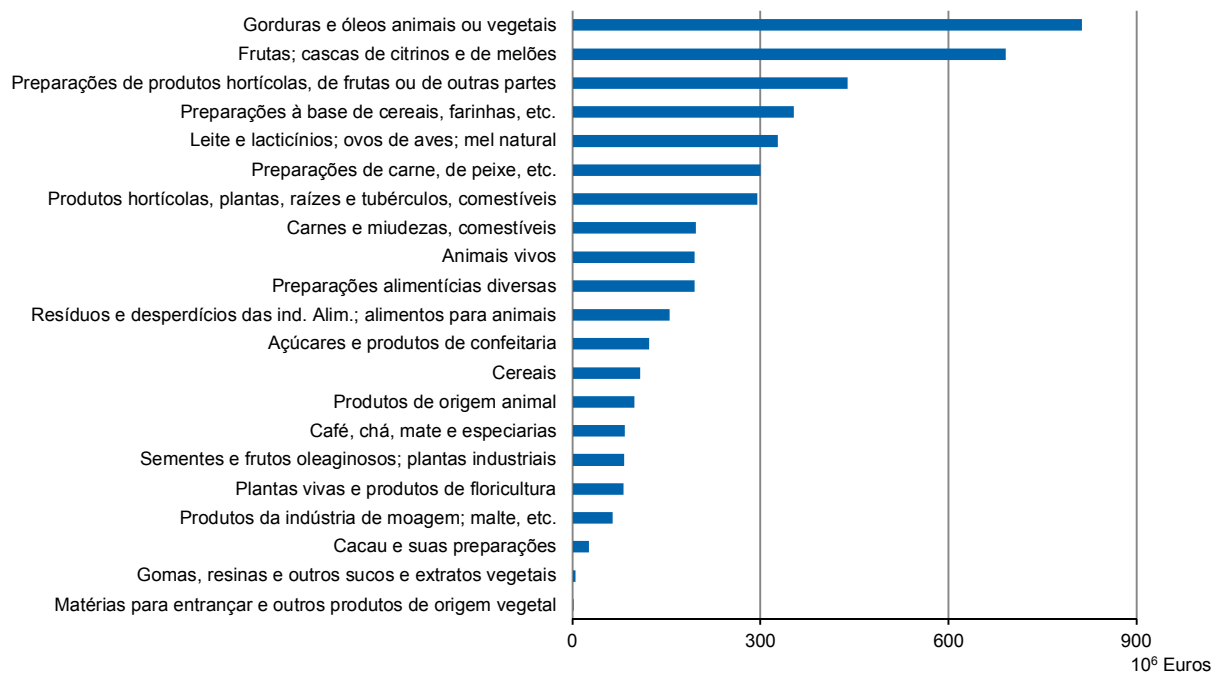
Figura 6.6 >> Variação do valor das exportações 2018/2017



Fonte: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Em 2018, as exportações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) aumentaram 4,1% face ao ano anterior, totalizando 4 626,8 milhões de euros. As “Frutas; cascas de citrinos; melões”, as “Gorduras e óleos animais ou vegetais” e os “Resíduos e desperd. ind. aliment., etc.” foram os produtos que mais contribuíram para o crescimento global.

Figura 6.7 >> Valor das exportações dos produtos agrícolas e agroalimentares (2018)



Fonte: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

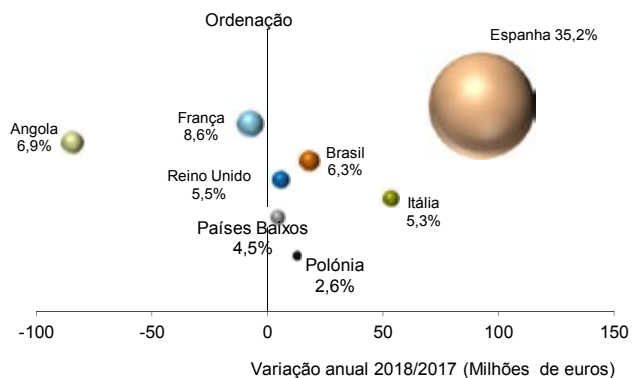
As exportações de “Frutas; cascas de citrinos; melões” apresentaram o maior aumento absoluto face a 2017 (+53,8 milhões de euros, correspondente a +8,4%) e reforçaram a sua posição como 2º principal grupo de produtos exportado (peso de 14,9%, +0,6 p.p. face a 2017). Espanha (peso de 35,2%, -0,2 p.p.) e França (peso de 10,6%, -2,0 p.p.) mantiveram-se como 1º e 2º principais destinos destes produtos, com o país vizinho a registar o maior aumento. A Polónia ascendeu a 3º principal cliente (5º em 2017), atingindo o peso de 9,3% (+1,5 p.p. face ao ano anterior), posição anteriormente ocupada pela Alemanha que passou para 5º.

As “Gorduras e óleos animais ou vegetais” foram o grupo que registou o 2º maior acréscimo (+6,9%), reforçando a sua posição como principal grupo de produtos exportado por Portugal no conjunto dos “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas), com um peso de 17,6% (+0,5 p.p. face a 2017). Para este aumento contribuiu principalmente o “Azeite”, que manteve a sua posição como principal produto exportado neste grupo (peso de 71,3%). Os principais países de destino foram Espanha (peso de 33,8%, +3,8 p.p. face a 2017), que registou também o maior aumento, Brasil (peso de 27,4%, +1,0 p.p.) e Itália (peso de 12,2%, +1,6 p.p.), que ultrapassou a Angola como 3º principal cliente.

Os “Resíduos e desperd. ind. aliment., etc.” contribuíram também de forma significativa para o aumento das exportações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas), com um acréscimo de 32,6% face a 2017. Este grupo de produtos aumentou assim o seu peso de 2,6% em 2017 para 3,3% em 2018. As exportações para Espanha registaram o maior acréscimo, mantendo-se este parceiro como principal cliente (peso de 57,4%, -3,5 p.p. face a 2017). O 2º principal cliente deixou de ser Angola (3º em 2018) e passou a ser Itália, com um peso de 7,8% (+3,0 p.p.) do total de exportações deste grupo de produtos (era 4º em 2017).

As “Preparações de produtos hortícolas” permaneceram como 3º maior grupo de produtos exportados em 2018 (peso de 9,5%, -0,8 p.p.), não obstante as exportações deste tipo de produtos ter registado um decréscimo de 4,2% face a 2017. Os principais países clientes mantiveram-se face ao ano anterior: Espanha (peso de 18,6%, -2,1 p.p.), Reino Unido (peso de 14,7%, +0,2 p.p.) e França (peso de 14,4%, +0,5 p.p.) continuaram a constituir, respetivamente, os três principais mercados de destino.

Figura 6.8 >> Exportações de produtos agrícolas e agroalimentares por principais países de destino, 2018



Fonte: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Nota: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da saída de bens em 2018.

Em termos da globalidade das exportações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas), os países Intra-UE continuaram a ser preponderantes como países de destino, com um peso de 72,1% (+1,9 p.p. face a 2017).

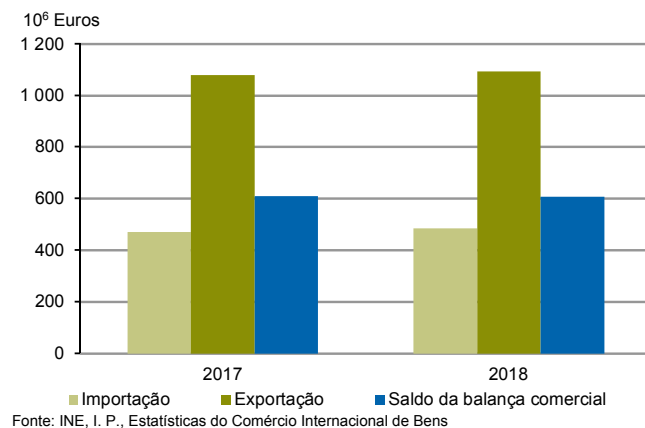
Espanha continuou a ser o maior mercado de destino das exportações portuguesas destes produtos, reforçando o seu peso face ao ano anterior (35,2%, +0,6 p.p.). As exportações para este país registaram um acréscimo de 6,0%, correspondendo ao maior aumento em valor na globalidade dos países. Este aumento deveu-se principalmente às “Gorduras e óleos animais ou vegetais” que permaneceram o principal grupo exportado para este mercado (peso de 16,8%, +2,0 p.p.), registando um aumento de 20,6%. As “Frutas; cascas de citrinos; melões” mantiveram-se como o 2º principal grupo exportado, enquanto as “Preparações de cereais, farinhas, etc.” ascenderam a 3º principal grupo (era 4º em 2018), ultrapassando o “Leite e lacticínios; ovos; mel”.

França ascendeu a 2º principal país de destino, ultrapassando Angola, que passou assim a ocupar a 3ª posição. Destaca-se ainda o aumento das exportações para Itália, segundo maior aumento na globalidade dos países (+27,8%), principalmente devido aos aumentos de “Gorduras e óleos animais ou vegetais” e de “Preparações de carne, peixe, etc.”.

BEBIDAS, LÍQUIDOS ALCOÓLICOS E VINAGRES

SALDO DA BALANÇA COMERCIAL

Figura 6.9 >> Comércio Internacional das Bebidas

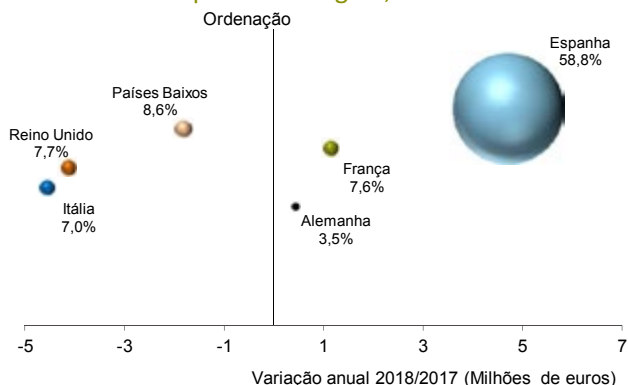


O saldo da balança comercial das “Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” atingiu um excedente de 608,5 milhões de euros em 2018, registando um decréscimo de 0,3 milhões de euros face ao ano anterior.

IMPORTAÇÕES

Em 2018, as importações de “Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” atingiram 485,4 milhões de euros, o que correspondeu a um acréscimo de 3,4% face ao ano anterior.

Figura 6.10 >> Importações de bebidas por principais países de origem, 2018



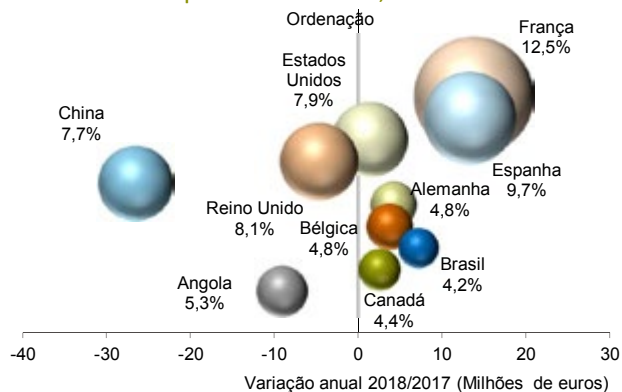
O maior acréscimo absoluto em 2018 verificou-se nas importações provenientes da Turquia, do Chipre e de Espanha, tendo o país vizinho permanecido como o principal fornecedor com um peso de 57,9% (-0,9 p.p. face a 2017).

É de salientar o decréscimo nas importações de Itália em 2018 face ao ano anterior (-13,9%), o maior na globalidade dos países, invertendo o aumento significativo registado em 2017.

Destaca-se ainda o domínio dos países Intra-UE como fornecedores deste tipo de produtos, sendo responsáveis por 96,0% das importações portuguesas de “Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” em 2018 (-2,4 p.p. face a 2017).

EXPORTAÇÕES

Figura 6.11 >> Exportações de bebidas por principais países de destino, 2018



As exportações de “Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” registaram um aumento de 1,4% relativamente ao ano anterior, totalizando 1 093,9 milhões de euros em 2018.

Os países que mais contribuíram para este aumento foram França, Espanha e Brasil. França (peso de 13,5%, +1,1 p.p. face ao ano anterior) e Espanha (peso de 10,8%, +1,1 p.p.) mantiveram-se como 1º e 2º principais destinos, respetivamente, em 2018. O 3º principal cliente passou a ser os Estados Unidos (mantendo o peso do ano anterior: 7,9%), ultrapassando o Reino Unido (4º em 2018).

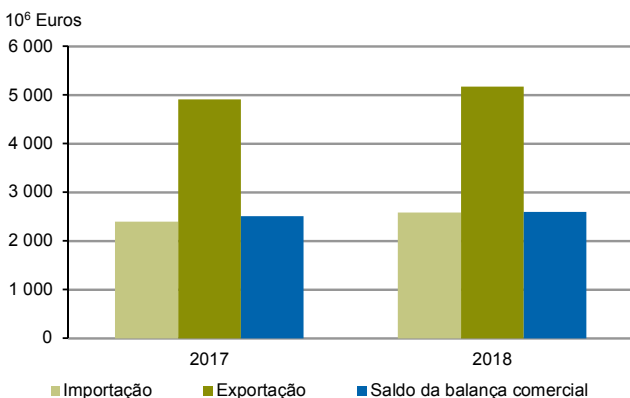
Tal como nas importações, destaca-se o domínio dos parceiros Intra-UE nas exportações deste tipo de produtos, correspondendo a 57,4% do total (54,5% em 2017).

PRODUTOS FLORESTAIS

SALDO DA BALANÇA COMERCIAL

O saldo da balança comercial dos “Produtos do sector florestal” atingiu 2 592,4 milhões de euros em 2018, o que corresponde a um aumento do excedente em 79,5 milhões de euros face ao ano anterior. Esta evolução favorável deveu-se ao aumento das exportações (+271,7 milhões de euros) ter sido superior ao aumento das importações (+192,1 milhões de euros) deste tipo de produtos.

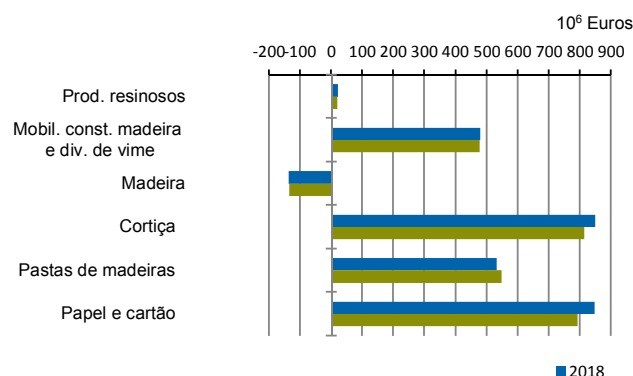
Figura 6.12 >> Comércio Internacional dos produtos do sector florestal



Fonte: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Em termos de grupos de produtos, as evoluções mais favoráveis registaram-se nas transações de “Papel e cartão” (+55,9 milhões de euros que em 2017) e “Cortiça” (+35,2 milhões de euros face a 2017), totalizando excedentes de 847,8 milhões euros e 848,0 milhões de euros, respetivamente. A “Cortiça” continuou assim a apresentar o maior excedente em 2018.

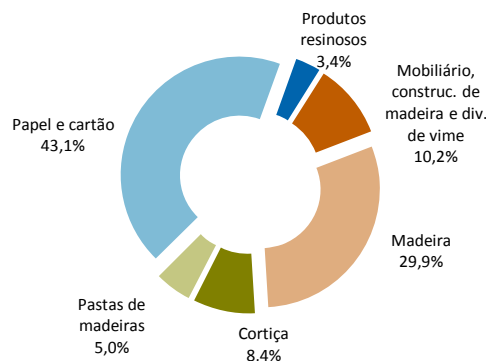
Figura 6.13 >> Saldo da Balança Comercial dos produtos do sector florestal (2017-2018)



Fonte: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

As trocas comerciais de “Madeira” continuaram a registar o único défice (136,8 milhões de euros), que se acentuou face ao ano anterior em 2,3 milhões de euros, em resultado do aumento das importações (+38,5 milhões de euros) ter sido superior ao aumento das exportações deste produto (+36,2 milhões de euros).

Figura 6.14 >> Valor das Importações por grupo de produtos florestais (2018)

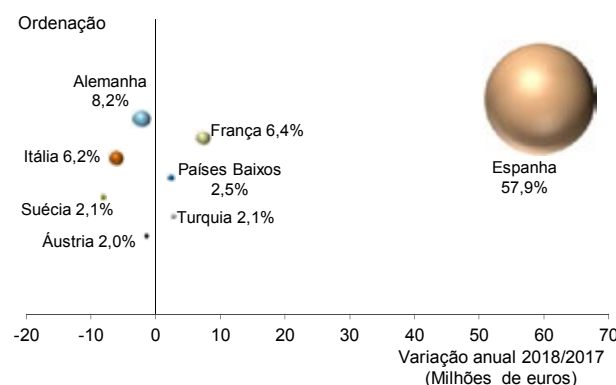


Fonte: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

IMPORTAÇÕES

Em 2018 as importações de “Produtos do sector florestal” registaram um aumento de 8,0% face ao ano anterior, atingindo 2 587,1 milhões de euros. Todos os grupos de produtos que concorrem para os “Produtos do sector florestal” registaram acréscimos face a 2017, destacando-se os de “Papel e Cartão”, “Cortiça” e “Madeira”.

Figura 6.15 >> Importações de papel e cartão por principais países de origem, 2018



Fonte: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

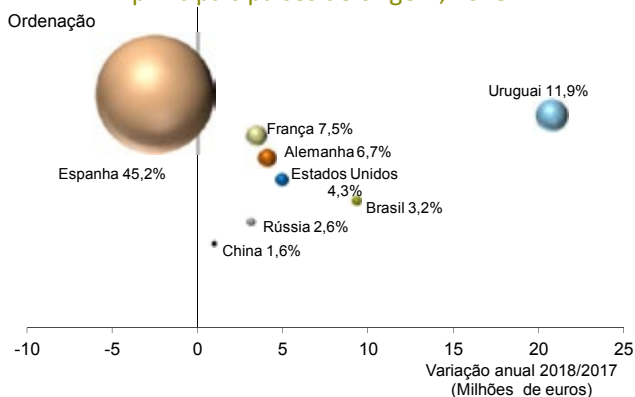
Nota: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da importação de bens em 2018.

O grupo do “Papel e Cartão” verificou o maior aumento absoluto face ao ano anterior (+6,1%), permanecendo o principal grupo de produtos importado em 2018 (peso de 43,1%, -0,8 p.p. face a 2017). Esta evolução deveu-se sobretudo ao aumento das importações provenientes de Espanha (+10,1%), que se manteve como principal país fornecedor deste tipo de bens a Portugal (peso de 57,9%, +2,1 p.p. face ao ano anterior). Os 2º e 3º principais países fornecedores destes bens em 2018 foram, respetivamente, a Alemanha com um peso de 8,2% (-0,7 p.p.) e a França com um peso de 6,4% (+0,3 p.p.).

As importações de “Cortiça” (4º principal grupo importado) registaram o segundo maior acréscimo (+24,7%). Os maiores contributos para este aumento foram as importações provenientes de Espanha (+14,0%), que continuou a ser o principal fornecedor (peso de 70,3%, -6,6 p.p. face a 2017) e de Itália (+138,9%). A Itália ascendeu assim de 3º para 2º principal fornecedor (peso de 14,4%, +6,9 p.p.), trocando de posição com Marrocos.

Em 2018 as importações de “Madeira” aumentaram 5,2% face ao ano anterior, sendo o grupo de produtos importado com o terceiro maior contributo para o acréscimo total das importações de “Produtos do sector florestal” e mantendo-se como 2º principal grupo importado. Este aumento ocorreu principalmente devido à evolução das importações do Uruguai (cresceram 29,1%), que permaneceu o 2º principal fornecedor (peso de 11,9%, +2,2 p.p. face a 2017). A Espanha manteve-se o principal fornecedor com um peso de 45,2% (-2,7 p.p. face a 2017), apresentando uma variação negativa face ao ano anterior (-0,7%). Destaca-se ainda o decréscimo significativo das importações provenientes do Chile (-97,2%) que passou assim de 8º principal fornecedor para 42º.

Figura 6.16 >> Importações de madeira por principais países de origem, 2018



Fonte: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens
Nota: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da importação de bens em 2018.

O “Mobiliário, construções de madeira e div. de vime” manteve a sua posição como 3º principal grupo de produtos importado, tendo registado um acréscimo de 6,2% face a 2017. Espanha (peso de 50,7%, -4,4 p.p. face a 2017), Itália (peso de 12,2%, +1,1 p.p.) e China (peso de 6,6%, +1,0 p.p.) mantiveram-se os principais países fornecedores destes produtos.

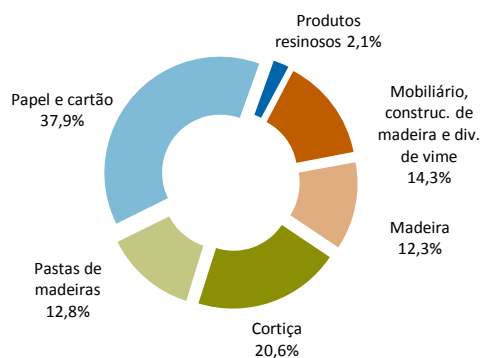
Destaca-se ainda que em todos os grupos dos “Produtos do sector florestal”, os parceiros Intra-UE apresentaram o maior domínio nas importações. O peso mais expressivo do Comércio Extra-UE foi registado nas importações de “Produtos resinosos” (45,4%), o que representa um aumento muito significativo de 37,8 p.p. face a 2017, reflexo sobretudo do aumento das importações originárias do Brasil e da redução das importações provenientes de Espanha.



EXPORTAÇÕES

As exportações de “Produtos do sector florestal” aumentaram 5,5% em 2018, comparativamente com o ano anterior, totalizando 5 179,6 milhões de euros. Todos os grupos de produtos pertencentes aos “Produtos do sector florestal” registaram acréscimos face a 2017, tendo maior destaque os aumentos registados nas exportações de “Papel e cartão”, “Cortiça” e “Madeira”.

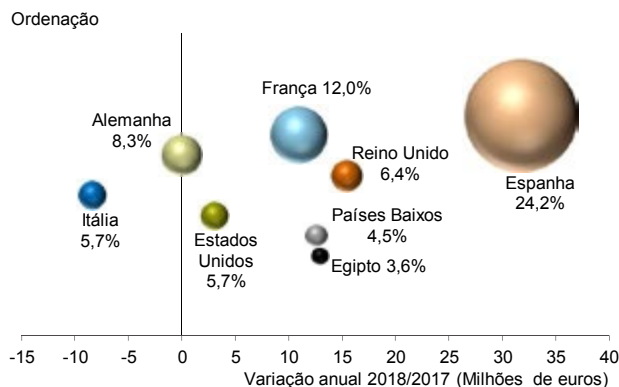
Figura 6.17 >> Valor das Exportações por grupo de produtos florestais (2018)



Fonte: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

O “Papel e cartão” foi o grupo de produtos exportado entre os “Produtos do sector florestal” que registou o maior acréscimo face a 2017 (+6,5%) em termos absolutos, mantendo-se como o principal grupo de produtos exportado com um peso de 37,9% (+0,3 p.p. face ao ano anterior). O acréscimo registado nas exportações para Espanha (+7,1%) foi o principal contributo para esta evolução, continuando o país vizinho a ser o principal cliente, com um peso de 24,2% (+0,1 p.p. face a 2017). Em sentido contrário, evidencia-se a redução de 17,2% nas exportações para a Turquia.

Figura 6.18 >> Exportações de papel e cartão por principais países de destino, 2018



Fonte: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens
Nota: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da exportação de bens em 2018.



[**BALANÇOS DE APROVISIONAMENTO**]

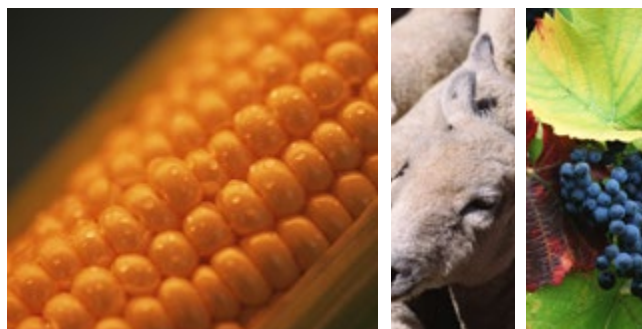


Quadro 7.16 >> Balanços de aprovisionamento dos melações

Portugal		Unidade: 10 ³ t								
Campanha (a)	Rubricas	Produção utilizável (b)	Comércio internacional		Recursos disponíveis	Variação de existências	Utilização interna			Grau de auto-aprovisionamento %
			Entrada	Saída			Total	Da qual:		
								Alimentação animal	Utilização industrial	
2015/2016		12	59	3	68	5	63	16	46	19,0
2016/2017		12	47	4	55	-6	61	16	44	19,7
2017/2018 Po		11	61	9	63	2	61	17	43	18,0

Fonte: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos vegetais

(a) Período de referência: julho do ano n a junho do ano n+1.



**[BALANÇA ALIMENTAR
PORTUGUESA]**

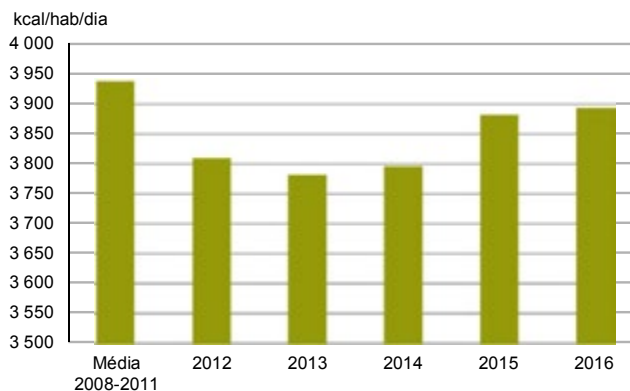


8 - BALANÇA ALIMENTAR PORTUGUESA

A Balança Alimentar Portuguesa (BAP) disponibiliza um conjunto de indicadores de referência que, apesar do seu carácter global, pode ser utilizado para diversas finalidades, nomeadamente para a avaliação, a nível nacional, das disponibilidades, da procura e das tendências de consumo alimentar como instrumento orientador de políticas de produção agrícola, das pescas ou da indústria alimentar. É importante notar que o quinquénio 2012-2016 incluiu um período recessivo da economia portuguesa (2011-2013), sendo ainda de salientar outros acontecimentos que afetaram igualmente a disponibilidade de bens alimentares, nomeadamente, a ocorrência de um ano de seca (2012), limites à captura de sardinha (desde 2012), a extinção do regime de quotas leiteiras (1 de abril de 2015), o embargo da Rússia à carne europeia (2014/2015) e a aplicação da Diretiva Bem-Estar Animal (estratégia bem-estar animal 2012-2015).

No quinquénio 2012-2016, a BAP apurou um aporte calórico diário médio disponível para consumo por habitante de 3 834 kcal, inferior às 3 938 kcal registadas no período 2008-2011. A trajetória de descida das disponibilidades alimentares, expressas em calorias, teve início em 2010 e prolongou-se até 2013, registando uma variação média anual negativa de 0,9%. Entre 2013 e 2016 a evolução negativa infletiu a um ritmo médio anual de 1,0%, atingindo 3 895 kcal em 2016, mais 112 kcal por dia e por habitante.

Figura 8.1 >> Disponibilidades diárias per capita de calorias



Fonte: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

Figura 8.2 >> Roda dos Alimentos e Balança Alimentar Portuguesa 2012 e 2016

Roda dos Alimentos

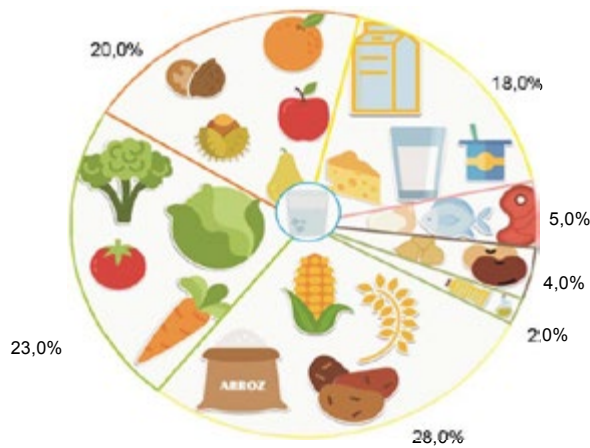
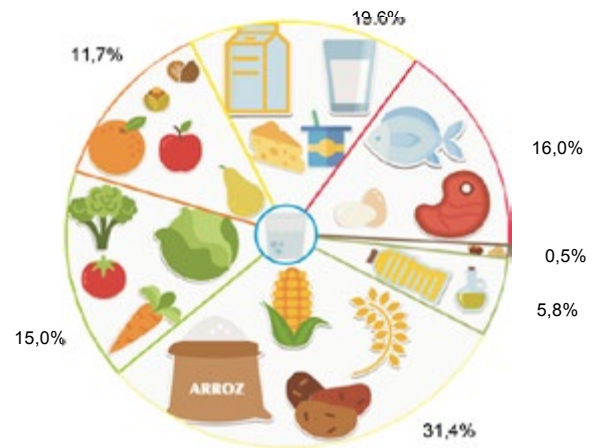


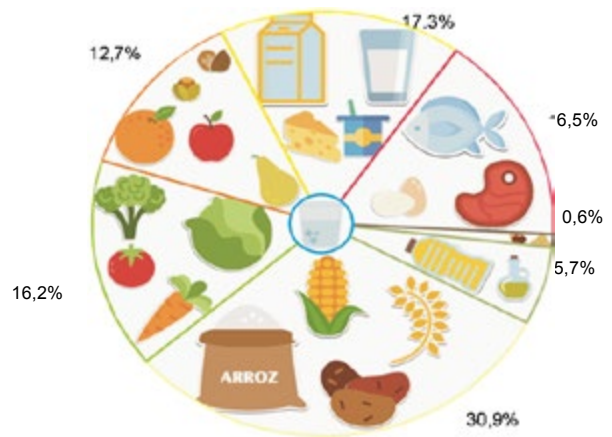
Figura adaptada da Roda dos Alimentos da Direção Geral do Consumidor

Fonte: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

Balança Alimentar Portuguesa 2012



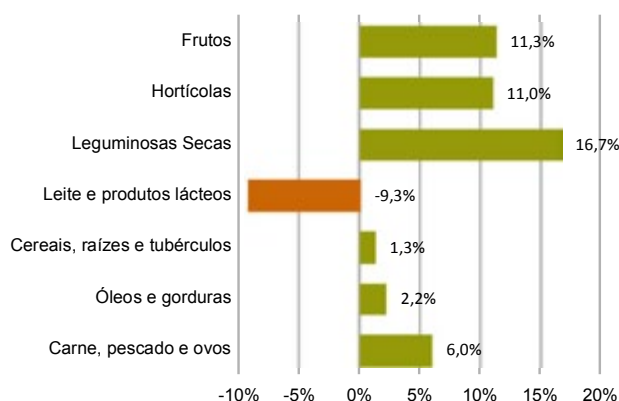
Balança Alimentar Portuguesa 2016



A comparação da distribuição das quantidades de produtos alimentares disponíveis diariamente para consumo *per capita* apuradas pela BAP com o padrão alimentar recomendado pela Roda dos Alimentos revela, uma vez mais, uma distorção do padrão das disponibilidades face ao recomendado.

Os grupos de produtos alimentares que apresentaram desvios mais significativos, tendo por referência o ano de 2016, foram o da “Carne, pescado e ovos” com uma disponibilidade 11,5 p.p. acima do consumo recomendado (+11,0 p.p. em 2012), dos “Frutos” e dos “Hortícolas” com disponibilidades deficitárias de 7,3 p.p. e 6,8 p.p. respetivamente (-8,2 p.p. e -8,0 p.p. em 2012). Realça-se ainda o desvio negativo do grupo “Leite e produtos lácteos” de menos 0,7 p.p., quando em 2012 apresentava um desvio positivo de mais 1,6 p.p. face à Roda dos Alimentos.

Figura 8.3 >> Variação das disponibilidades diárias per capita 2012/2016



Fonte: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

Os grupos dos “Cereais, raízes e tubérculos” e dos “Óleos e gorduras” mantiveram, em 2016, disponibilidades acima do padrão alimentar recomendado (+2,9 p.p. e +3,7 p.p., respetivamente), mantendo-se deficitária a disponibilidade para as “Leguminosas secas” (-3,4 p.p.).

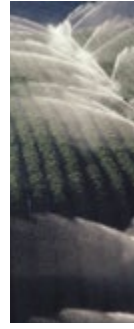
O aumento das disponibilidades diárias *per capita* dos grupos “Leguminosas secas”, “Hortícolas” e “Frutos” em 2016 face a 2012, respetivamente +16,7%, +11,3% e +11,0%, não foi suficiente para corrigir o desequilíbrio das disponibilidades destes grupos face ao recomendado pela Roda dos Alimentos. Em sentido contrário, o aumento das disponibilidades diárias *per capita* dos grupos “Carne, pescado e ovos”, “Óleos e gorduras” e “Cereais, raízes e tubérculos” contribuíram para reforçar o desequilíbrio face ao recomendado. Relativamente ao grupo “Leite e produtos lácteos”, o decréscimo das disponibilidades diárias *per capita* em 2016 face a 2012 (-9,3%) levou a que a proporção das disponibilidades diárias destes produtos, face ao total das disponibilidades dos produtos alimentares, diminuísse e ficasse aquém do recomendado.

Quadro 8.2 >> Captações diárias totais de produtos alimentares e bebidas alcoólicas,
calorias

Portugal

	Anos	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016
Produtos alimentares							
Calorias							
Total	nº		3 811,0	3 783,0	3 797,0	3 882,0	3 895,0
Produtos alimentares:	"		3 674,0	3 648,0	3 653,0	3 735,0	3 748,0
Cereais e arroz	"		1224	1 171	1 182	1 191	1194
Raízes e tubérculos	"		189	198	201	202	203
Açúcares	"		323	330	332	335	336
Leguminosas secas	"		32	34	37	37	37
Produtos hortícolas	"		57	62	64	62	64
Frutos, incluindo azeitona	"		154	161	161	168	173
Carne e miudezas comestíveis	"		386	388	399	408	412
Ovos	"		30	31	31	36	35
Leite e derivados do leite	"		289	280	286	283	279
Pescado	"		75	72	68	73	75
Óleos e gorduras	"		828	831	803	851	848
Outros produtos alimentares	"		87	90	89	89	92
Bebidas alcoólicas:	"		137	135	144	147	147
Bebidas alcoólicas fermentadas	"		118	116	126	129	129
Outras bebidas alcoólicas	"		19	19	18	18	18

Fonte: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa



[SEGURANÇA ALIMENTAR]

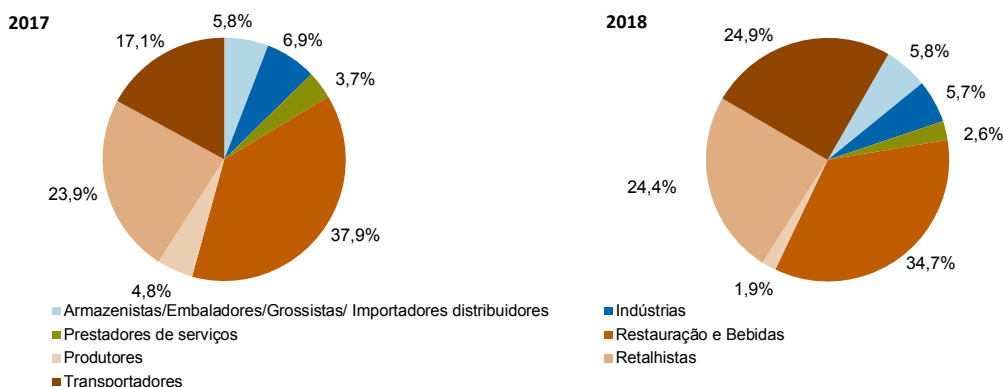


9 - SEGURANÇA ALIMENTAR

Ações de controlo e fiscalização - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Em 2018, as ações de controlo e fiscalização levadas a cabo pela ASAE, no âmbito da Segurança Alimentar, incidiram sobre 18 767 operadores (18 188 em 2017). Estas operações tiveram como principais destinatários a “Restauração e bebidas” e os Retalhistas, respetivamente 37,2% (37,9% em 2017) e 24,4% (23,9% em 2017) do total de operadores fiscalizados.

Figura 9.1 >> Ações de controlo e fiscalização por tipo de operador (2017 e 2018)

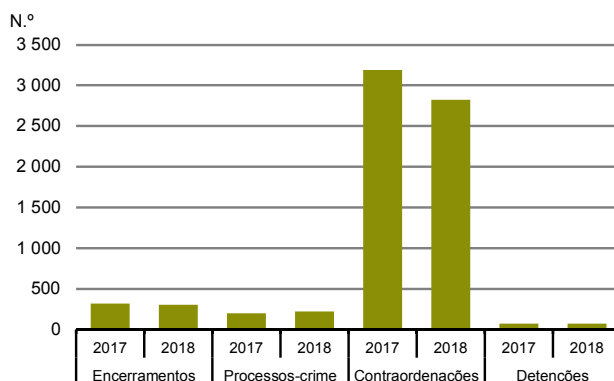


Fonte: Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE)

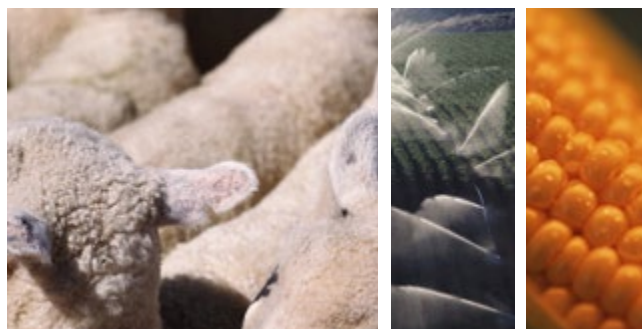
Na sequência destas ações, foram encerrados 304 estabelecimentos, instaurados 225 processos-crime, aplicadas 2 824 contraordenações e levadas a cabo 72 detenções, o que, face a 2017, correspondeu a decréscimos no número de encerramentos (-4,1%), detenções (-4,0%) e contraordenações aplicadas no decorrer das operações de controlo e fiscalização (-11,4%), enquanto o número de processos-crime aumentou 10,8%.

O valor dos produtos apreendidos nas ações de controlo e fiscalização ascendeu a 3,1 milhões de euros, mais 74,2% comparativamente a 2017.

Figura 9.2 >> Sanções aplicadas nas ações de controlo e fiscalização (2017/2018)



Fonte: Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE)



[PREÇOS E ÍNDICES DE PREÇOS NA AGRICULTURA]



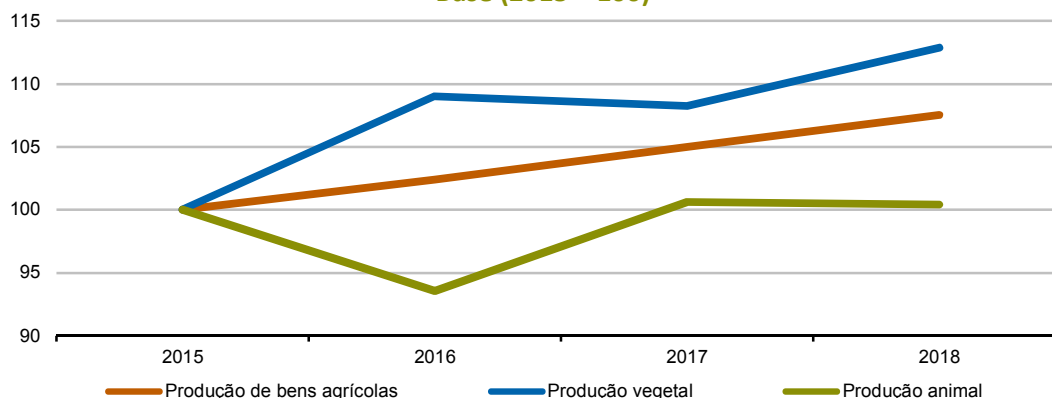
10 - PREÇOS E ÍNDICES DE PREÇOS NA AGRICULTURA

A informação relativa às estatísticas de preços na agricultura compreende os preços e índices de preços da produção de bens agrícolas, dos bens e serviços de consumo corrente na agricultura e os índices de preços dos bens e serviços de investimento na agricultura.

Os preços na agricultura são, por definição¹, os preços recebidos pelo produtor (ou os preços de aquisição pagos pelo produtor), excluindo os subsídios e incluindo os impostos, exceto o IVA dedutível.

Alguns dos principais fatores responsáveis pelas variações dos preços dos produtos agrícolas, além da sazonalidade, própria deste tipo de atividade, são as condições meteorológicas ocorridas ao longo de cada ano e os preços dos produtos praticados nos mercados internacionais.

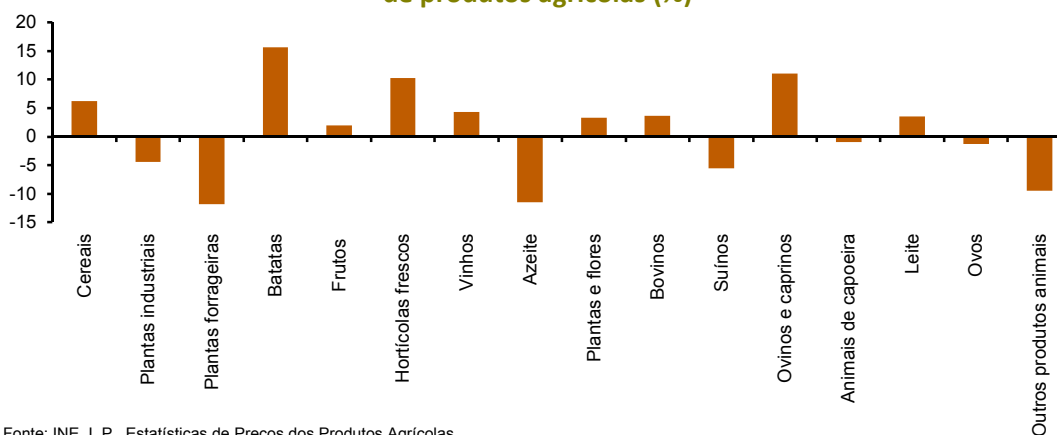
Figura 10.1 >> Índices de Preços no produtor de produtos agrícolas
Base (2015 = 100)



Fonte: INE, I. P., Estatísticas de Preços dos Produtos Agrícolas

No ano de 2018, em comparação com o ano anterior, observou-se uma variação de +2,4% no índice de preços de produção dos bens agrícolas. Esta evolução resultou do acréscimo de 4,2% observado no índice de preços da produção vegetal, já que o índice de preços da produção animal teve uma variação de -0,2%.

Figura 10.2 >> Variação 2017/2018 nos Índices de Preços no produtor de produtos agrícolas (%)



Fonte: INE, I. P., Estatísticas de Preços dos Produtos Agrícolas

Os produtos que mais influenciaram o comportamento registado no índice de preços da produção vegetal foram a batata (+15,7%) e os hortícolas frescos (+10,2%), apesar do decréscimo no índice de preços das plantas forrageiras (-11,8%) e do azeite a granel (-11,5%).

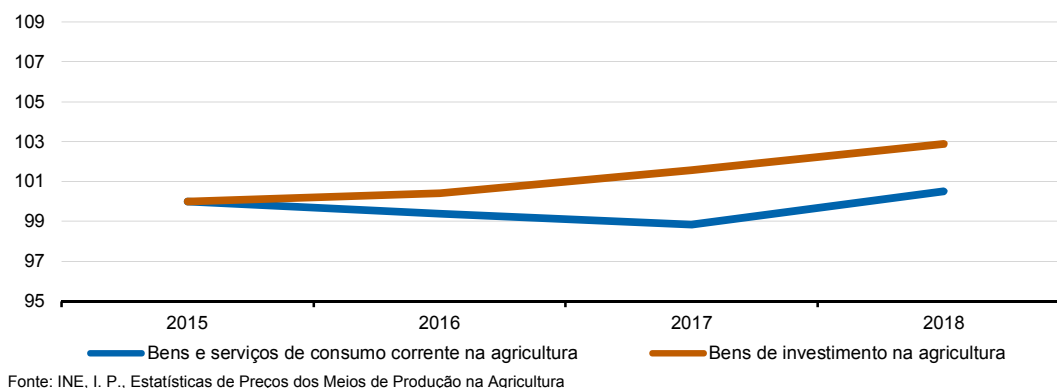
As condições climáticas que ocorreram no ano 2018 originaram uma diminuição da oferta de batata e de hortícolas frescos, com um conseqüente aumento do preço. Já para o azeite, a grande produção da campanha 2017/2018 fez com que o excesso de oferta provocasse uma redução dos preços.

¹ Handbook for EU Agricultural Price Statistics²⁷, version 2.0, Eurostat, March 2008, Luxemburg

Os produtos que mais contribuíram para a evolução assinalada no índice de preços da produção animal foram os suínos (-5,5%) e os outros produtos animais (-9,5%), apesar da evolução positiva observada nos ovinos e caprinos (+11,0%). O preço dos suínos diminuiu, na sequência de um aumento acentuado no ano anterior (+14,1 em 2017) e apesar da expectativa de abertura de grandes mercados como a Índia e a China. Nos ovinos e caprinos, a exportação foi o motor para um maior incremento dos preços ao produtor.

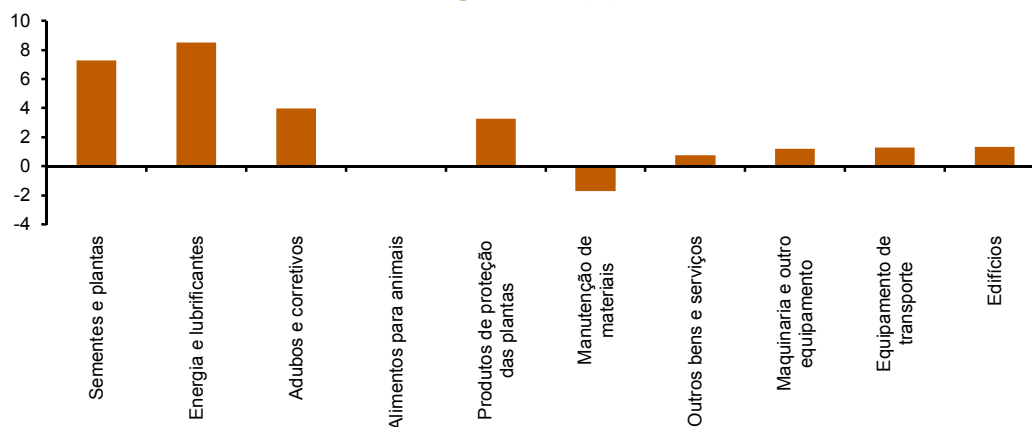
Em 2018, e em relação ao ano anterior, o índice dos bens e serviços de consumo corrente na agricultura teve uma variação de +1,7%, sobretudo devido à evolução do índice de preços da energia e lubrificantes (+8,5%).

Figura 10.3 >> Índices de Preços dos meios de produção na agricultura
Base (2015 = 100)



Ainda face ao ano anterior, em 2018 o índice de preços dos bens de investimento apresentou um acréscimo de 1,3%, para o qual contribuíram as evoluções assinaladas nos outros trabalhos exceto melhoramentos de terras (+1,9%), nos edifícios da exploração (não residenciais) e no equipamento de transporte (ambos com +1,3%) e na maquinaria e outro equipamento (+1,2%).

Figura 10.4 >> Variação 2017/2018 nos Índices de Preços dos meios de produção na agricultura (%)



Quadro 10.2 >> Preços anuais no produtor de alguns produtos agrícolas - animais e produtos animais

Portugal (a)

	Anos	Unidade	2016	2017	2018
Animais e produtos animais					
Bovinos					
Vitelo 3 a 6 meses		Euros/cab	427,19	434,01	435,39
Novilho 6 a 8 meses		Euros/100 kg pv	252,76	260,06	268,83
Novilha 6 a 8 meses		«	208,07	219,29	230,30
Novilho 8 a 12 meses		«	204,63	208,42	222,55
Novilha 8 a 12 meses		«	202,64	203,18	209,08
Novilho 12 a 18 meses		Euros/100 kg pc	356,64	367,21	374,44
Novilha 12 a 18 meses		«	341,02	349,38	354,52
Vaca de refugio		«	212,44	213,38	227,34
Suínos					
Suínos até 25 kg					
Leitões		Euros/100 kg pv	275,40	335,50	325,35
Porco					
		Euros/100 kg pc	144,94	164,50	155,36
Ovinos e caprinos					
Borrego até 28 kg		Euros/100 kg pv	305,59	296,70	330,13
Borrego de peso superior 28 kg		Euros/100 kg	212,39	219,67	255,13
Ovelha de refugio		Euros/cab	12,50	12,50	12,50
Cabrão		«	411,26	392,37	410,12
Cabra de refugio		Euros/cab	26,48	30,46	27,17
Aves de capoeira					
Frango - 1,8 Kg		Euros/100 kg pv	85,43	85,80	84,57
Galinhas		«	21,19	28,32	31,40
Peru		«	139,23	135,21	135,00
Outros animais					
Dos quais:					
Coelho		Euros/100 kg pv	156,14	172,29	180,02
Leite em natureza					
Leite cru de vaca (teor real de MG)		Euros/100 kg	27,21	29,03	30,13
Leite cru de ovelha		«	106,82	106,20	106,24
Leite cru de cabra		«	70,27	71,17	69,87
Outros produtos animais					
Dos quais:					
Ovos		Euros/100 unid.	6,52	8,22	8,12

Fonte: INE, I. P., Estatísticas de Preços dos Produtos Agrícolas

(a) Base 2015

Quadro 10.7 >> Índice de preços dos meios de produção na agricultura

Portugal				
Bens e serviços Bens de investimento	Anos	Índice Base (2015 = 100)		
		2016	2017	2018
Bens e serviços de consumo corrente na agricultura		99,4	98,8	100,5
<i>Dos quais:</i>				
Sementes e plantas		97,0	101,1	108,5
Energia e lubrificantes		94,8	101,2	109,8
Adubos e correctivos do solo		100,7	105,3	109,5
Alimentos para animais		98,8	94,8	94,9
Despesas veterinárias		101,8	103,5	103,7
Manutenção de materiais		98,8	97,2	95,6
Manutenção de edifícios		100,1	100,7	102,1
Outros bens e serviços		102,3	102,9	103,6
Bens e serviços de investimento na agricultura		100,4	101,6	102,9
<i>Dos quais:</i>				
Maquinaria e outro equipamento		100,4	101,4	102,6
Motocultivadores e outro material de 2 rodas		103,1	105,2	106,9
Máquinas e material para cultura		99,9	100,9	102,0
Equipamento de transporte		100,9	101,8	103,1
Tratores		100,9	101,8	103,1
Outros veículos		100,5	101,2	102,0
Edifícios		99,8	101,7	103,3

Fonte: INE, I. P., Estatísticas de Preços dos Meios de Produção na Agricultura



[CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA]

11 - CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA - 2018

De acordo com a segunda estimativa das Contas Económicas da Agricultura (CEA) para 2018, elaborada com dados disponíveis até 31 janeiro 2019², registou-se um acréscimo do Rendimento da atividade agrícola, por Unidade de Trabalho Ano (UTA) de 0,2% em termos reais, em relação a 2017, após um crescimento de 5,4%. A evolução do rendimento resultou da conjugação de um aumento nominal do Valor Acrescentado Bruto (VAB) (+1,3%) com um acréscimo dos Outros subsídios à produção (+3,0%).

O crescimento nominal do VAB deveu-se a uma variação positiva da Produção do ramo agrícola (+0,4%) com um decréscimo do Consumo Intermediário (CI) (-0,3%).

O crescimento nominal da Produção do ramo agrícola foi consequência de um aumento de 2,1% dos preços de base, que mais do que compensou um decréscimo de 1,7% em volume. A produção vegetal registou um decréscimo nominal de 0,9%, enquanto a produção animal aumentou 1,7%.

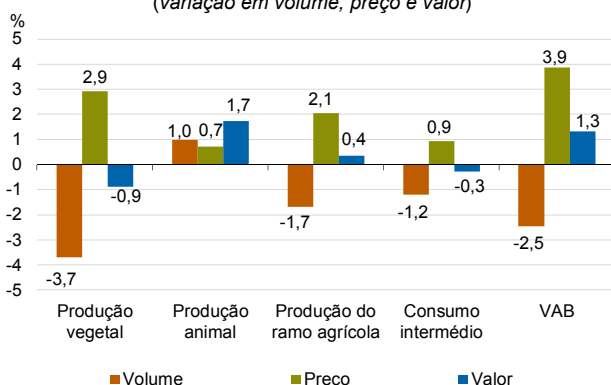
O decréscimo nominal da Produção vegetal em 2018 resultou de uma diminuição em volume (-3,7%) e de um aumento dos preços de base (+2,9%), para os quais foi determinante o comportamento da produção de Vegetais e produtos hortícolas.

O aumento nominal da Produção animal face a 2017 deveu-se fundamentalmente a um incremento do volume (+1,0%) e dos preços de base (+0,7%). As produções de bovinos, ovinos, caprinos, leite e ovos concorreram para este crescimento.

Quanto ao CI, registou-se uma diminuição de 0,3% em termos nominais, na sequência de um decréscimo em volume (-1,2%) e um acréscimo em preço (+0,9%). Registaram-se variações nominais negativas nos alimentos para animais (-0,4%), fertilizantes (-4,2%) e sementes (-1,3%).

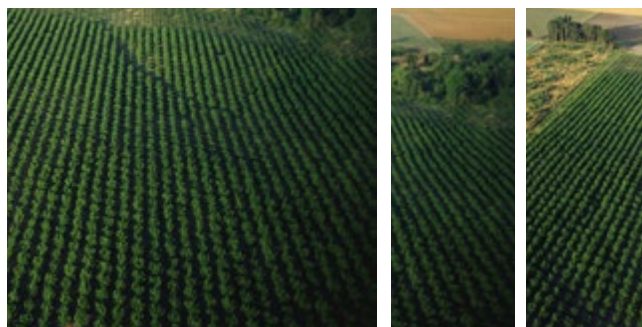
Figura 11.1 >> Produção do ramo, Consumo intermédio e VAB em 2018

(variação em volume, preço e valor)



Fonte: INE, I. P., Contas Económicas da Agricultura

² O Regulamento (CE) N.º 138 / 2004 das Contas Económicas da Agricultura prevê, no calendário de reporte de informação ao Eurostat, o envio da segunda estimativa em janeiro do ano seguinte ao ano de referência. Nessa medida, os dados divulgados (reportados em janeiro de 2019) não apresentam um caráter definitivo.



[CONTAS ECONÓMICAS DA SILVICULTURA]



[ANEXOS]



CONCEITOS**Índice alfabético****A**

adubos, 161
alimentação animal, 162
ano agrícola, 156
aparas e estilhas, 160
áreas ardidadas de povoamentos, 159
áreas de corte raso, 159
áreas percorridas por incêndios florestais, 159
armazenista, 164
aves do dia, 157
aviário de multiplicação, 157
azeite virgem, 156

B

balanço de aprovisionamento, 163
bebidas à base de leite, 162
boi, 158
borrega coberta, 158

C

cabra, 158
capitação, 163
capitação edível, 163
carcaça, 157
carne aprovada para consumo público, 157
carvão vegetal, 160
chiba coberta, 158
consumo aparente, 165
consumo de capital fixo, 165
consumo humano, 163
consumo intermédio, 165
contas económicas da agricultura, 164
contas económicas da silvicultura, 164
contraplacado, 160
cortiça amadia, 160

cortiça de reprodução, 160
cortiça secundeira, 160
cortiça virgem, 160
culturas forrageiras, 156
culturas permanentes, 156
culturas temporárias, 156
cultura temporária principal, 156

D

distribuidor, 164

E

equídeos, 158
excedente líquido de exploração ou rendimento misto, 165
exploração agrícola, 156

F

fertilizante, 161
floresta, 159
floresta natural, 159
folheados, 160
formação bruta de capital fixo, 165
fumigante de solo, 161
fungicida, 161

G

gema (resina), 160
grau de autoaprovisionamento, 163
grossista, 164

H

herbicidas, 161

I

importador, 164
incêndio florestal, 159
indicador A, 165
industrial, 164

**Q**

quantidade de madeira removida, 160

queijo, 162

queijo fundido, 162

R

ramo de atividade, 164

reacendimento, 159

remuneração dos assalariados, 166

rendimento dos fatores, 166

rendimento empresarial líquido da agricultura, 166

reses ou animais de talho, 158

retalhista, 164

S

soro de leite, 162

T

transferências de capital, 166

transformação industrial, 162

U

unidade de trabalho ano (UTA), 166

utilização industrial, 162

V

vaca, 158

vaca leiteira, 158

valor acrescentado bruto (VAB), 166

valor acrescentado líquido, 166

variação de existências, 165

varrasco, 158

vendas (saídas da agricultura), 165

vinho com denominação de origem protegida (DOP), 163

vinho com indicação geográfica protegida (IGP), 163

vinho com indicação de casta, 163

vinho (sem certificação), 163

vitela, 158

vitelão, 158

volume de mão-de-obra-agrícola (VMOA), 166



CONCEITOS

Índice temático

PRODUÇÃO VEGETAL

ano agrícola - o período de tempo em que se realizam as operações culturais necessárias à produção agrícola e que se inicia a 1 de novembro do ano n-1 e termina em 31 de outubro do ano n.

exploração agrícola - unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1) produzir produtos agrícolas ou manter em boas agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2) atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais, etc.); 3) estar submetida a uma gestão única; 4) estar localizada num lugar determinado e identificável.

culturas forrageiras - culturas destinadas ao corte para dar ao gado e que são colhidas antes de completarem o seu ciclo vegetativo (maturação), de modo a serem melhor digeridas pelos animais. Podem ser consumidas pelo gado em verde, depois de conservadas como feno ou silagem ou secas ao sol ou desidratadas artificialmente.

culturas permanentes - culturas que ocupam a terra durante um longo período e fornecem repetidas colheitas, não entrando em rotações culturais. Não incluem os prados e pastagens permanentes. No caso das árvores de fruto só são considerados os povoamentos regulares, com densidade mínima de 100 árvores, ou de 45 no caso de oliveiras, figueiras e frutos secos.

culturas temporárias - culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (as anuais) e também as que são ressemeadas com intervalos que não excedem cinco anos (morangos, espargos, prados temporários, etc.).

cultura temporária principal - cultura que proporciona maior rendimento sob o ponto de vista económico, quando na mesma parcela de terreno se fazem sucessivamente várias culturas no mesmo ano agrícola. Por convenção, sempre que exista uma associação de matas e florestas com culturas temporárias, estas últimas serão as principais; na associação culturas temporárias e permanentes as primeiras são consideradas sempre secundárias.

pastagens permanentes - plantas, sementeiras ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos.

leguminosas secas para grão - leguminosas cultivadas para colheita do grão após maturação completa, quer se destinem à alimentação humana ou à alimentação animal.

lagar de azeite - estabelecimento industrial destinado à produção de azeite a partir das azeitonas.

azeite virgem - azeite obtido a partir do fruto da oliveira unicamente por processos mecânicos ou outros processos físicos, em condições que não altere o azeite, e que não tenha sofrido outros tratamentos além da lavagem, da decantação, da centrifugação e da filtração, com exclusão do azeite obtidos com solvente, com adjuvantes de ação química ou bioquímica ou por processos de reesterificação e qualquer mistura com óleos de outra natureza.

PRODUÇÃO ANIMAL

produção indígena bruta (carnes) - produção líquida acrescida do saldo do comércio internacional de animais vivos (exportação - importação), convertido a peso carcaça.

produção líquida (carnes) - produção correspondente ao abate de animais realizado dentro do território nacional e aprovado para consumo, para cujo cálculo não se entrou em linha de conta com a proveniência dos animais abatidos (produzidos internamente ou importados).

aviário de multiplicação - aviário que se destina à produção de ovos para incubação destinado à produção de aves de capoeira quer de rendimento (produção de ovos para consumo ou de carne) quer de multiplicação. Em determinados períodos, os ovos postos nestes aviários podem ser desviados, em quantidade variável, para consumo alimentar, por não interessar à produção do dia.

aves do dia - aves com menos de 72 horas e que ainda não foram alimentadas e destinadas aos aviários de produção e multiplicação.

ovos de incubação - ovos produzidos pelas aves de capoeira e destinados a serem incubados.

miudezas das aves - as vísceras das aves usadas como alimento, compreendendo a cabeça e as patas quando separadas da carcaça.

matadouro - estabelecimento aprovado e licenciado pelas entidades competentes para a execução de abates e preparação de carcaças das espécies (bovina, ovina, caprina, suína, equina, aves, leitões e espécies abrangidas na designação de caça de criação) destinadas ao consumo público ou destinadas à indústria.

carne aprovada para consumo público - carne que tenha sido inspecionada e aprovada sem qualquer limitação e que tenha sido marcada de acordo com a legislação em vigor.

carcaça - corpo de qualquer animal abatido após ter sido sangrado e preparado conforme a espécie.

peso limpo de carcaça - peso em frio do corpo do animal de abate depois de esfolado, sangrado, eviscerado e depois da ablação dos órgãos genitais externos, das extremidades dos membros ao nível do carpo e do tarso, da cabeça, da cauda, dos rins e das gorduras envolventes dos rins, assim como do úbere (ver peso limpo da carcaça de cada espécie de gado abatido).

peso limpo da carcaça dos bovinos - peso, a frio, do corpo do animal abatido, depois de sangrado, esfolado, eviscerado e depois da separação dos órgãos genitais externos, das extremidades dos membros ao nível do carpo e do tarso, da cabeça, da cauda, das gorduras envolventes dos rins e do úbere, bem como dos materiais de risco específicos.

peso limpo da carcaça dos caprinos e ovinos - peso em frio do corpo do animal abatido, depois de sangrado, esfolado, eviscerado e depois de cortada a cabeça (separada ao nível das articulações occipito-atloidea), os pés (cortados ao nível das articulações carpo-metacárpicas ou tarso-metatársicas), a cauda (cortada entre a 6ª e 7ª vértebras caudais), o úbere e os órgãos genitais. Os rins e as gorduras envolventes dos rins fazem parte da carcaça.

peso limpo da carcaça dos suínos - peso em frio do corpo do animal abatido depois de sangrado e eviscerado e depois da separação dos órgãos genitais externos, dos rins, das gorduras envolventes rins e banha. O toucinho do lombo, a cabeça, os pés e a cauda fazem parte da carcaça.

peso limpo da carcaça dos equídeos - peso em frio do corpo do animal abatido depois de sangrado, esfolado e eviscerado, despojado da pele e de todos os órgãos internos com exceção dos rins e gordura envolvente, depois de desprovidos da cabeça, extremidades locomotoras e cauda.

miudezas do gado abatido - a carnes frescas não incluídas na carcaça, mesmo quando estando presas a esta pelas suas ligações naturais. Inclui a cabeça com ou sem língua, pulmões com a traqueia, coração, diafragma, esófago, estômago, intestinos (tripa), fígado, baço, pâncreas, epiplons, mesentério, órgãos genito-urinários, (exceto rins, verga e útero), extremidades locomotoras e cauda.

produção de madeira - diz respeito ao volume sólido ou ao peso da produção total dos produtos. Inclui a produção de produtos que podem ser imediatamente consumidos na produção de outro produto (pasta de papel, que pode ser imediatamente convertida em papel como parte do processo contínuo). Exclui a produção de folheados usados para a produção de contraplacados no mesmo país. A unidade de reporte é o metro cúbico sólido sem casca (em volume) no caso da madeira serrada ou das aparas ou dos resíduos ou dos painéis de madeira e toneladas métricas no caso do carvão, pasta e produtos de papel.

quantidade de madeira removida - toda a madeira removida com ou sem casca. É um agregado que inclui a lenha, a madeira para serrar e folhear (toros) e para triturar (rolaria) e outras madeiras redondas industriais.

madeira para triturar (redonda e partida) - madeira redonda em bruto, exceto toros, para a produção de pasta, painéis de partículas ou de fibras. Esta madeira pode ser contabilizada com ou sem casca e pode estar na forma de madeira redonda ou partida.

outra madeira redonda industrial - madeira redonda industrial (madeira em bruto) exceto toros para serrar e folhear e/ou triturar. Inclui madeira redonda que será usada para estacas, postes, vedações, etc.

lenha - quantidade de madeira redonda removida para ser consumida nesse estado (para aquecimento, para cozinhar) ou para ser utilizada como matéria-prima para a obtenção de carvão.

aparas e estilhas - madeira que foi deliberadamente reduzida a pequenos pedaços durante a transformação de outros produtos de madeira e é apropriada para a produção de pasta de madeira, painéis de partículas e de fibras, para uso como combustível ou outro. Exclui as estilhas de madeira vindas diretamente da floresta porque já foram contabilizadas como madeira para triturar.

madeira serrada - madeira que foi produzida tanto com madeira redonda nacional ou importada, serrando longitudinalmente ou por um processo de quebra da madeira com uma espessura superior a 5 mm (com pequenas exceções). Inclui pranchas, travessas, vigas, tábuas, esteios, pedaços de madeira, ripas, caixotes e caixas.

carvão vegetal - madeira carbonizada por combustão parcial ou pela aplicação de calor a partir de fontes externas.

contraplacado - placa de madeira constituída pela sobreposição de três, cinco ou mais folhas de madeira, e pequena espessura, dispostas com as fibras cruzadas entre si, que se grudam e se submetem seguidamente à pressão hidráulica em prensas.

folheados - finas folhas de madeira de espessura uniforme, descascadas, cortadas às fatias ou serradas. Inclui madeira usada para o fabrico de material de construção laminado, mobília, contentores, etc.

cortiça virgem - cortiça proveniente de partes de árvores nas quais é a primeira vez que se extrai cortiça.

cortiça secundeira - cortiça proveniente de partes de árvores nas quais é a segunda vez que se extrai cortiça.

cortiça de reprodução - cortiça proveniente de partes de árvores nas quais é a segunda vez ou seguintes que se extrai cortiça (inclui a cortiça amadia, secundeira, bocados de amadia e refugo cru).

cortiça amadia - cortiça proveniente de partes de árvores nas quais é a terceira vez ou seguintes que se extrai cortiça.

gema (resina) - é um produto de secreção própria das resinosas, que serve para proteger e conservar estas árvores. O pinheiro bravo é a espécie em que normalmente, entre nós, se pratica a resinagem.

pasta de papel - material fibroso preparado de rolaria para triturar, resíduos de madeira, partículas ou resíduos por processo mecânico e/ou químico para produção de papel, cartão, painel de fibras ou outros processos celulósicos. A unidade de reporte é a tonelada métrica em peso seco ao ar, isto é com 10% de humidade (90% sdt).

pastas químicas ao sulfato (ou kraft) - pasta produzida pelo cozimento de estilhas de madeira num recipiente pressurizado na presença de um licor de hidróxido de sódio (soda). Esta pasta pode ser branqueada ou crua. Os usos finais são muito numerosos, sendo a pasta branqueada utilizada em particular para papéis de usos gráficos, tissues e cartolinas. A pasta crua é utilizada geralmente para liner, para cartão canelado, papéis de embrulho, papéis para embalagem (sacos), envelopes e outros papéis especiais não branqueados.

pastas químicas ao sulfito - pasta produzida pelo cozimento de estilhas de madeira num recipiente pressurizado na presença de licor de bissulfito. Os usos finais incluem papel de jornal, papéis de escrita, tissues e papéis de uso doméstico e sanitário. Esta pasta pode ser branqueada ou crua.

painel de fibras - painel produzido a partir de fibras de madeira ou outros materiais lenhoso-celulósicos. Inclui painéis de fibras que são pressionados para ser lisos e produtos de painéis de fibras moldados. Subdivide-se em painel de fibras duras (densidade > 0,8 g/cm) e MDF (painel de fibras de média densidade - 0,5 < densidade ≤ 0,8 g/cm³).

painel de partículas - painel produzido a partir de pequenos pedaços de madeira ou outros materiais lenhoso-celulósicos juntos por um aglutinante orgânico com um ou mais agentes (calor, pressão, humidade, etc.).

papéis para embalagem - inclui materiais para caixa, papéis para embalagem, outros papéis e cartões principalmente para embalagem e outros papéis e cartões (para fins industriais e especiais).

papéis para usos domésticos e sanitários - incluem uma larga gama de *tissues* e outros papéis para a higiene utilizados em casas de habitação ou instalações comerciais e industriais.

papéis para usos gráficos - inclui papel de jornal, papéis não revestidos de pasta mecânica, papéis não revestidos de pasta química e papéis revestidos.

AGRICULTURA E AMBIENTE

limite máximo de resíduos (LMR) - concentração máxima autorizada do resíduo de um pesticida no interior e à superfície de géneros alimentícios ou de alimentos para animais.

produtos fitofarmacêuticos - substâncias que se destinam a proteger os vegetais ou os produtos vegetais contra todos os organismos prejudiciais ou a impedir a sua ação. Ex: acaricidas, inseticidas, fungicidas, herbicidas, etc.

fumigante de solo - líquido volátil para combate de fungos, bactérias, insetos, nemátodos ou infestantes do solo.

fungicida - substância ou preparado que destrói os fungos ou impede o seu desenvolvimento.

herbicidas - produtos químicos, que, pela sua variedade e poder seletivo, atuam nas ervas daninhas procurando não prejudicar o normal desenvolvimento das culturas.

inseticidas e acaricidas - substâncias ou preparados usados para controlar e combater insetos e ácaros.

nematodocida - substância ou preparado usado para combater nemátodos.

óleo mineral - hidrocarboneto usado para combater insetos, ácaros e infestantes ou como adjuvante.

fertilizante - substâncias utilizadas (adubos e/ou corretivos) com o objetivo de direta ou indiretamente melhorar a nutrição das plantas.

adubos - fertilizantes que pela sua natureza e pelo teor em um ou vários nutrientes se destinam a melhorar as produções agrícolas, por rapidamente disponibilizarem os nutrientes para as plantas.

INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO

transformação industrial - quantidades de produtos utilizados na fabricação de um produto derivado alimentar, para o qual existe um balanço específico.

utilização industrial - emprego que inclui as quantidades de produtos utilizados pela indústria para fabricação de outros não destinados à alimentação humana ou animal, nomeadamente os consumidos pela indústria dos químicos, da cerveja, do álcool, etc.

alimentação animal - quantidades de produtos utilizados na alimentação animal direta e/ou consumidos na fabricação de alimentos para animais (rações).

leite para consumo - leite destinado ao consumo humano, cru ou submetido a um tratamento pelo calor (pasteurizado, esterilizado e UHT).

leite gordo ou inteiro - leite submetido, numa empresa de tratamento de leite, pelo menos a um tratamento pelo calor ou a um tratamento de efeito equivalente autorizado, e cujo teor natural de matérias gordas seja igual ou superior a 3,5% ou cujo teor de matérias gordas tenha sido regulado a 3,5% no mínimo.

leite meio gordo (ou parcialmente desnatado) - leite submetido, numa empresa de tratamento de leite, pelo menos a um tratamento pelo calor ou a um tratamento de efeito equivalente autorizado, e cujo teor de matérias gordas tenha sido regulado a um valor que vai de 1,5% no mínimo a 1,8% no máximo.

leite magro (ou desnatado) - leite submetido, numa empresa de tratamento de leite, pelo menos a um tratamento pelo calor ou a um tratamento de efeito equivalente autorizado, e cujo teor de matérias gordas tenha sido regulado a um valor que vai até 0,3%, no máximo.

leite fermentado (ou acidificado) - leite caracterizado por ser um produto acidificado pelo ácido láctico e por escassas quantidades de outros compostos orgânicos, igualmente ácidos, produzidos por bactérias típicas; como consequência deste processo acidificação as proteínas do leite coagulam e precipitam-se dissociando-se posteriormente em aminoácidos. As bactérias lácteas fermentam uma parte da lactose do leite produzindo ácido, bem como outros açúcares.

leites em pó - produto pulverulento, obtido diretamente, por eliminação da água do leite, do leite parcialmente desnatado, do leite magro ou de uma mistura destes com ou sem nata e cujo teor de humidade seja inferior ou igual a 5%, em massa, do produto final.

nata - produto obtido do leite através da concentração da sua matéria gorda e que apresenta um teor de matéria gorda superior a 10% do peso do produto.

soro de leite - subproduto do fabrico do queijo ou da caseína através da ação dos ácidos, do coalho e/ou de processos físico-químicos.

bebidas à base de leite - produtos líquidos que contenham, pelo menos 50% de produtos lácteos, incluindo os produtos à base de soro de leite. Inclui o leite vitaminado, os leites achocolatados, o leitelho com aditivos ou aromatizado, etc..

queijo - produto fresco ou curado, de consistência variável, obtido por coagulação e dessoramento do leite ou do leite (total ou parcialmente desnatado, mesmo que reconstituído), assim como da nata, do leitelho e a mistura de alguns ou de todos estes produtos, (incluindo lactosoro), sem ou com adição de outros géneros alimentícios.

queijo fundido - produto obtido a partir de um ou vários tipos de queijo, submetidos a fusão emulsionante, sem ou com adição de outros géneros alimentícios, podendo ou não ser esterilizado. Inclui as preparações à base de queijo fundido.

manteiga - produto butiroso obtido exclusivamente do leite de vaca ou da sua nata, com ou sem adição de sal e/ou culturas lácteas, apresentando-se sob a forma de uma emulsão sólida e maleável, com teor de matéria gorda igual ou superior a 80 % e inferior a 90%, com teor de humidade máximo de 16% e de matéria seca desengordurada de 2%. Inclui a manteiga com ervas, especiarias ou aromas.

leitelho - subproduto do fabrico da manteiga, obtido após batadura ou butirização em contínuo da nata e separação da fração gorda sólida, que embora possa ser utilizado na alimentação humana, é quase sempre utilizado na alimentação de suínos ou de vitelos.

óleo - gordura líquida extraída de substâncias animais, minerais e ou vegetais de numerosas espécies usadas como alimento, matéria-prima industrial, combustível, lubrificante, etc..

vinho (sem certificação) - vinhos destinado ao consumo humano que não se enquadra nas outras designações existentes, cumprindo com as disposições nacionais e comunitárias em vigor.

vinho com denominação de origem protegida (DOP) - designação comunitária adotada para designar os vinhos com Denominação de Origem aos quais é conferida proteção nos termos estabelecidos na regulamentação e que integram um registo comunitário único.

vinho com indicação geográfica protegida (IGP) - Designação comunitária adotada para designar os vinhos com Indicação Geográfica aos quais é conferida proteção nos termos estabelecidos na regulamentação e que integram um registo comunitário único.

vinho com indicação de casta - vinho sem indicação geográfica, que mediante o cumprimento de determinados requisitos pode utilizar na rotulagem o ano de colheita e/ou as castas utilizadas na sua elaboração.

BALANÇO DE APROVISIONAMENTO

balanço de aprovisionamento - síntese de informação estatística, através da qual se quantificam, para um dado produto ou agrupamento de produtos alimentares, todos os fluxos ocorridos ao nível da exploração agrícola nacional e/ou ao nível do mercado. Equivale ao estabelecimento de um equilíbrio recursos/emprego em dados físicos.

grau de autoaprovisionamento - coeficiente, traduzido em percentagem, dado pela razão entre a produção interna (exclusivamente obtida a partir de matérias primas nacionais) e a utilização interna total; mede, para um dado produto o grau de dependência de um território, relativamente ao exterior (necessidade de importação) ou a sua capacidade de exportação.

BALANÇA ALIMENTAR

capitação - consumo médio expresso em quilogramas ou litros/habitante, durante o período de referência, tomando para base do seu cálculo a população residente no território a meio ou no fim do ano, consoante o período de referência observado.

capitação edível - valor que se obtém por aplicação de um coeficiente percentual (parte edível de um produto), variável consoante o produto alimentar ou bebida, sobre a capitação bruta que é definido segundo a Tabela de Composição de Alimentos Portugueses.

consumo humano - emprego que corresponde às quantidades de produtos consumidos pela população residente, quer sob a forma de produto primário, consumido nesse estado, quer sob a forma de produto industrializado, convertido a primário, durante o período de referência.

SEGURANÇA ALIMENTAR

armazenista - agente económico cuja atividade principal consiste em comprar, armazenar e vender artigos em grande quantidade.

distribuidor - agente económico que exerce como atividade principal a distribuição de bens junto dos consumidores finais.

grossista - agente económico que exerce a atividade económica no comércio por grosso.

importador - agente económico que compra diretamente a terceiros mercadorias alimentares, provenientes dos restantes Estados-membros e de países terceiros.

industrial - pessoa singular ou coletiva que pretenda explorar ou seja responsável pela exploração de um estabelecimento industrial ou que nele exerça em seu próprio nome atividade industrial.

retalhista - agente económico que exerce como atividade principal o comércio a retalho.

PREÇOS NA AGRICULTURA

preço de aquisição de meios de produção - Preço pago pelo agricultor (correspondente à última fase de comercialização), na aquisição de meios de produção, excluindo subsídios e descontos, e incluindo impostos, exceto o IVA dedutível.

preço no produtor - preço de compra ao agricultor/ produtor ou preço de primeira venda pelo agricultor/ produtor, à saída da exploração agrícola/unidade produtiva, excluindo subsídios ao produto e incluindo prémios de qualidade (sempre que existam) e impostos, exceto o IVA dedutível.

CONTAS NACIONAIS E REGIONAIS

ramo de atividade - um ramo de atividade agrupa as unidades de atividade económica ao nível local que exercem uma atividade económica idêntica ou similar. Ao nível mais pormenorizado de classificação, um ramo de atividade compreende o conjunto das UAE locais inseridas numa mesma classe (4 dígitos) da NACE Rev.1 e que exercem, por conseguinte, a mesma atividade, tal como definida na NACE Rev.1.

contas económicas da silvicultura - representam um quadro sistemático, harmonizado e o mais completo possível da atividade silvícola, de modo a permitir a elaboração de rubricas e de indicadores, num sistema coerente e harmonizado de contas. Disponibilizam, com periodicidade anual, informação a nível nacional sobre o comportamento dos agregados macroeconómicos fundamentais na área da silvicultura.

produção do ramo silvícola - conjunto de todos os empregos da produção provenientes das explorações silvícolas (silvicultura, exploração florestal e atividades de serviços relacionados), incluindo os intraconsumos.

contas económicas da agricultura - representam um quadro sistemático, harmonizado e o mais completo possível da atividade agrícola, de modo a permitir a elaboração de rubricas e de indicadores, num sistema coerente e harmonizado de contas. Disponibilizam, com periodicidade anual, informação a nível nacional sobre o comportamento dos agregados macroeconómicos fundamentais na área da agricultura.

produção do ramo agrícola - conjunto de todos os empregos da produção provenientes das explorações agrícolas (produção vegetal, produção animal, serviços agrícolas e atividades secundárias), incluindo os intraconsumos.

produção utilizável - quantidade disponível para a eventual utilização dentro e fora da agricultura, resultante do processo de produção e durante o período de referência, após a dedução das perdas de colheita e de transporte do campo para a exploração agrícola e das destruições efetuadas no próprio campo.

vendas (saídas da agricultura) - emprego que compreende os quantitativos de produtos escoados para o mercado pelos produtores agrícolas ou outros, com exclusão das quantidades usadas em autoconsumo, os intraconsumos, as variações de existências e as perdas na exploração.

intraconsumo - conjunto de produtos agrícolas com origem na própria agricultura e aí utilizados como meios de produção (ex.: sementes e plantas, alimentos para animais, ovos para incubação, etc.).

variação de existências - diferença entre o valor existente de bens adquiridos ou produzidos pela unidade estatística de produção no fim e no início do período de referência, considerando a sua regularização.

excedente líquido de exploração ou rendimento misto - saldo contabilístico que corresponde ao rendimento que as unidades geram pela utilização dos seus ativos de produção. É obtido retirando ao rendimento de fatores as remunerações dos assalariados. O excedente líquido de exploração avalia o rendimento da terra, do capital e do trabalho não assalariado. É o saldo da conta de exploração, que indica a distribuição do rendimento entre os fatores de produção e o setor das administrações públicas.

consumo aparente - total de recursos disponíveis para serem utilizados no mercado interno (inclui eventuais perdas e *stocks*).

consumo de capital fixo - o consumo de capital fixo representa a depreciação verificada, no decurso do período considerado, pelo capital fixo em resultado da utilização normal e da obsolescência previsível, incluindo uma provisão para perdas de bens de capital fixo na sequência de prejuízo acidentais seguráveis.

consumo intermédio - o consumo intermédio consiste no valor dos bens e serviços consumidos como elementos de um processo de produção, excluindo os ativos fixos, cujo consumo é registado como consumo de capital fixo. Os bens e serviços podem ser transformados ou utilizados no processo produtivo.

formação bruta de capital fixo - a formação bruta de capital fixo engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e determinadas mais valias dos ativos não produzidos obtidas através da atividade produtiva de unidades produtivas ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

indicador A - a variação anual do Rendimento da Atividade Agrícola corresponde ao “Indicador A” (Variação anual, em %, do Rendimento dos fatores, deflacionado, por Volume de mão-de-obra agrícola total). Foi determinado com base em informação disponível até 31 de janeiro de 2019.

$$\text{Indicador A} = \frac{[(\text{Rendimento de Fatores ano } n / \text{deflador do PIB}) / \text{VMOA ano } n]}{(\text{Rendimento de Fatores ano } n-1 / \text{VMOA ano } n-1)} = \frac{[(2922,65/101,38 \times 100) / 244,72]}{(2868,42 / 243,90)} \times 100 - 100 = +0,2\%$$

juros - nos termos do instrumento financeiro acordado entre um mutuante e um mutuário, os juros são o montante a pagar pelo segundo ao primeiro ao longo de um determinado período de tempo sem reduzir o montante do capital em dívida.

outros impostos sobre a produção - são todos os impostos em que as empresas incorrem pelo facto de se dedicarem à produção, independentemente da quantidade ou do valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos. Podem ser devidos por terrenos, ativos fixos ou mão-de-obra empregada no processo de produção ou em certas atividades ou operações.

outros subsídios à produção - os “outros subsídios à produção” recebidos por unidades produtivas residentes em consequência da sua atividade produtiva são subsídios não ligados à quantidade ou ao valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos.

remuneração dos assalariados - as remunerações dos assalariados definem-se como o total das remunerações, em dinheiro ou em espécie, a pagar pelos empregadores aos assalariados como retribuição pelo trabalho prestado por estes últimos no período de referência.

rendimento dos fatores - indicador económico que permite medir a remuneração de todos os fatores de produção que deram origem à Produção do Ramo. Esta variável é calculada subtraindo ao valor acrescentado líquido a preços de base, os outros impostos sobre a produção e somando os outros subsídios à produção.

rendimento empresarial líquido da agricultura - saldo contabilístico obtido adicionando ao excedente líquido de exploração os juros recebidos pelas unidades agrícolas constituídas em sociedade e deduzindo as rendas (isto é, rendas de terrenos e parcerias) e os juros pagos. Mede a remuneração do trabalho não assalariado, das terras pertencentes às unidades e do capital. É semelhante ao conceito, usado na contabilidade das empresas, de lucro corrente antes da distribuição e dos impostos sobre o rendimento. Embora o rendimento empresarial líquido não seja habitualmente calculado para os ramos de atividade, é geralmente possível calculá-lo para o ramo agrícola, pois pode se determinar a parte dos juros e das rendas ligada exclusivamente à atividade agrícola (e às atividades secundárias não agrícolas).

transferências de capital - são transferências, em dinheiro ou em espécie, efetuadas pelas administrações públicas ou pelo resto do mundo a unidades de produção, para lhes permitir financiar, na totalidade ou em parte, o custo de aquisição de ativos fixos ou indemnizar os proprietários de bens de capital que tenham sido destruídos por atos de guerra, catástrofes naturais ou perdas excecionais devidas a causas externas à unidade de produção.

unidade de trabalho ano (UTA) - unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 240 dias de trabalho a 8 horas por dia).

valor acrescentado líquido - valor acrescentado bruto deduzido do consumo de capital fixo (de bens de equipamento, edifícios, construções e plantações agrícolas).

valor acrescentado bruto (VAB) - corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os setores institucionais como para os ramos de atividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos.

volume de mão-de-obra-agrícola (VMOA) - equivale ao trabalho efetivamente aplicado na produção de produtos agrícolas e das atividades não agrícolas não separáveis das unidades agrícolas que compõem o Ramo. Por definição, pode ser dividido em Assalariado e Não Assalariado e é expresso em unidades trabalho ano (UTA). A UTA corresponde à prestação, medida em tempo de trabalho, de uma pessoa que efetua, a tempo inteiro e durante todo o ano, atividades agrícolas numa unidade agrícola.



OUTRA INFORMAÇÃO DISPONÍVEL

- Preços e índices de preços mensais no produtor de alguns produtos agrícolas (output);
- Preços e índices de preços mensais dos meios de produção na agricultura (input);
- Produção de azeite segundo o tipo de lagar e sistema de extração;
- Produção de pintos do dia;
- Reses abatidas e aprovadas para consumo, segundo as espécies, por meses.



A large, abstract green shape that starts as a wide horizontal bar at the top, tapers down to a sharp point, and then rises back up to a horizontal bar on the right side. The shape is filled with a light green color and has a darker green outline.

www.ine.pt